

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política



Dissertação de Mestrado

ESPACIALIDADE E DEPENDÊNCIA EM PORTO RICO:
***Operation Bootstrap* (1952-1968),**
sob a lente da Teoria Marxista do Imperialismo

Pedro Henrique Silva de Oliveira

Pelotas, 2020

PEDRO HENRIQUE SILVA DE OLIVEIRA

ESPACIALIDADE E DEPENDÊNCIA EM PORTO RICO:

***Operation Bootstrap* (1952-1968),
sob a lente da Teoria Marxista do Imperialismo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora

Prof.^a Dr^a. Etiene Villela Marroni

Pelotas, 2020

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

O48e Oliveira, Pedro Henrique Silva de

Espacialidade e dependência em Porto Rico : operation bootstrap (1952-1968), sob a lente da teoria marxista do imperialismo / Pedro Henrique Silva de Oliveira ; Etienne Villela Marroni, orientadora. — Pelotas, 2020.

147 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2020.

1. Porto Rico. 2. Estados Unidos da América. 3. David Harvey. 4. Teoria marxista do imperialismo. I. Marroni, Etienne Villela, orient. II. Título.

CDD : 320

Elaborada por Leda Cristina Peres Lopes CRB: 10/2064

Pedro Henrique Silva de Oliveira

ESPACIALIDADE E DEPENDÊNCIA EM PORTO RICO:

Operation Bootstrap (1952-1968),

sobre a lente da Teoria Marxista do Imperialismo

Dissertação apresentada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – PPGCPol, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 11/08/2020

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Etiene Villela Marroni (Orientadora)

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Emérito Eurico de Lima Figueiredo (Avaliador Externo)

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof. Dr. Carlos Artur Gallo

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Eu dedico esse trabalho a todos que me fizeram que sou hoje: ao meu pai, Renato, e a minha mãe, Cristina, que sempre me apoiaram nas minhas decisões e foram meu porto seguro nos meus momentos de desesperança; ao meu irmão, Dudu, que sempre esteve lá por mim e nunca me deixou me sentir só em nenhum passo; dedico a minha orientadora, Etiene Villela, por sua incrível paciência durante essa caminhada e por todos seus ensinamentos; dedico aos meu avós, Altino, Ery, José e Leni, por todas as vezes que me ofereceram um segundo lar para ficar e por sempre encorajarem minha curiosidade por meio de revistinhas; dedico ao Josué por estar sempre disposto a escutar minhas reclamações e por me acompanhar na minha jornada acadêmica; aos meus amigos de longa data, Mello, Lucas e Maísa, por fazerem questão de me acompanhar e estimular durante anos; à Amanda e ao Ronald, meus eternos colegas de pensionato, de apartamento e de vida; aos meus amigos e colegas mestrandos, Yndie e Max, por toda cumplicidade que tiveram comigo e por todos energéticos que beberam ao meu lado nas nossas manhãs de laboratório; dedico à Martina que sempre me encheu de carinho e me incentivou, jamais duvidando da minha capacidade (independentemente de quantas vezes eu mesmo tenha o feito), conseguindo, sem falhar uma vez, alegrar meu dia; à Alana que, mesmo à distância, sempre fez questão de demonstrar sua preocupação por mim, me contando com suas piadas e mostrando desenhos animados; à Luísa, por todos as nossas piadas filosóficas de nerds compartilhados; à Ana por fazer o possível e o impossível para me alegrar, dando a impressão que o espaço entre RS e SP é inexistente; e, por fim, a todos os meus amigos que alegam a minha vida por meio de grupos de whatsapp (“BanKat” e “O Grupo de Acordar Cedo”).

Epígrafe

The Greatest Teacher Failure is - Yoda

RESUMO

OLIVEIRA, Pedro Henrique Silva de. **Espacialidade e Dependência em Porto Rico: *Operation Bootstrap* (1952-1968)**, sobre a lente da Teoria Marxista do Imperialismo. 2020. 135f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

O presente trabalho configurou-se como uma investigação sobre o processo de industrialização de Porto Rico durante a *Operation Bootstrap* (1952-1968). Objetivou-se com essa investigação compreender o que tais transformações das relações de produção podem revelar sobre a relação colonial vivida por Porto Rico com sua metrópole, os Estados Unidos da América. Neste sentido, faz-se um desenho metodológico partindo do Materialismo Histórico Dialético, e como marco teórico, empregou-se o uso da Teoria Marxista do Imperialismo, com um enfoque especial para a releitura conceitual realizada pelo geógrafo britânico David Harvey em sua obra *The New Imperialism* (2003). Buscou-se também situar geograficamente a economia política por meio do uso da Teoria Marxista da Dependência, tal como elaborada por Ruy Mauro Marini. Dentre os resultados encontrados percebe-se que a industrialização de Porto Rico não ocorrerá de forma orgânica, mas dentro de uma conjuntura internacional específica que favoreceu a intensificação de sua submissão aos EUA. Ademais, nota-se que a economia política da ilha apresenta um caráter profundamente contraditório e dialético, resultando em uma frágil tensão por dois fatores em particular: a existência de um forte fluxo migratório em direção a metrópole; e a natureza dependente de sua economia política.

Palavras-Chaves: Porto Rico; Estados Unidos da América; David Harvey; Teoria Marxista do Imperialismo

ABSTRACT

OLIVEIRA, Pedro Henrique Silva de. **Espacialidade e Dependência em Porto Rico: *Operation Bootstrap* (1952-1968)**, sobre a lente da Teoria Marxista do Imperialismo. 2020. 135f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

The present work was configured as an investigation about the industrialization process of Puerto Rico during Operation Bootstrap (1952-1968). The objective of this investigation was to understand what such transformations in production relations can reveal about the colonial relationship experienced by Puerto Rico with its metropolis, the United States of America. In this sense, a methodological design is made starting from Dialectical Historical Materialism, and as a theoretical framework, the use of the Marxist Theory of Imperialism was used, with a special focus on the conceptual re-reading carried out by the British geographer David Harvey in his work *The New Imperialism* (2003). We also sought to situate political economy geographically through the use of the Marxist Theory of Dependency, as elaborated by Ruy Mauro Marini. Among the results found, it is clear that the industrialization of Puerto Rico will not occur organically, but within a specific international context that favored the intensification of its submission to the USA. Furthermore, it is noted that the political economy of the island has a deeply contradictory and dialectical character, resulting in a fragile tension due to two factors in particular: the existence of a strong migratory flow towards the metropolis; and the dependent nature of its political economy.

Keywords: Puerto Rico; USA; David Harvey; Marxist Theory of Imperialism

LISTA DE SIGLAS

CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

ELA Estado Livre Associado

EUA Estados Unidos da América

FLSA *Fair Labour Standards Act*

MDM Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria

ONU Organização das Nações Unidas

PIB Produto Interno Bruto

PPD *Partido Popular Democrático*

PR Porto Rico

PRRA *Puerto Rican Reconstruction Administration*

UFPeI Universidade Federal de Pelotas

UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro

URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Lista de Figuras

Quadro 1	A Dialética entre Território e Capital	p.31
Figura 1	Palavras-Chave da Revisão Bibliográfica	p. 33
Figura 2	Westward the course of empire takes its way	p. 65
Figura 3	Urbanização de Porto Rico (1955 - 1975)	p.127
Figura 4	A Diáspora de Porto Rico	p. 130

Lista de Tabelas

Tabela 1	Salário Mínimo Comparado – EUA e Porto Rico (por horas de trabalho)	123
Tabela 2	Valor das exportações e importações de mercadorias e déficit comercial: 1958-1966	124
Tabela 3	Taxa de desemprego (anos selecionados)	132
Tabela 4	Investimento Externo em Porto Rico	136
Tabela 5	Dívidas do Setor Privado ao Setor Bancário Estrangeiro	135

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

16

1 PREOCUPAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

- 1.1 Materialismo Histórico Dialético – uma aproximação do método em Marx
- 1.2 Dança da Dialética – pensando um mundo em movimento
- 1.3 Materialismo Histórico Dialético e o Primeiro Ato Histórico
- 1.4 Abstração como a reprodução ideal do movimento – o papel da teoria na metodologia marxista e as categorias de análise a serem empregadas
- 1.5 Técnica de pesquisa – relativo sea coleta e tratamento dos dados
- 1.6 Notas metodológicas relativas a revisão bibliográfica e a seleção do marco-teórico

2 TEORIA MARXISTA DO IMPERIALISMO

- 2.1 Rosa de Luxemburgo e a Acumulação de Capital
- 2.2 Teoria Clássica do Imperialismo – capital financeiro, portador de dividendos
- 2.3 Imperialismo e Dependência na América Latina – uma aproximação do pensamento de Ruy Mauro Marini
 - 2.3.1 Estado, Mercadoria, Burguesia Nacional em Marini
- 2.4 Acumulação por Espoliação – o “novo” imperialismo segundo David Harvey
 - 2.4.1 Produção do Espaço no Capitalismo

3 IMPÉRIO PELA LIBERDADE: REPRESENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE UM POVO

- 3.1 Hemisfério Dividido: Doutrina Monroe e a proclamação imperial
- 3.2 Um Destino Manifesto: expansão territorial e a formação geopolítica dos EUA
- 3.3 Fim da Fronteira e o Começo do Século Americano: imperialismo a moda estadunidense (1890-1916)

4 NATUREZA POLÍTICA DAS RELAÇÕES ENTRE O IMPÉRIO (EUA) E O ESTADO LIVRE ASSOCIADO (PORTO RICO)

- 4.1 De Primitiva à *Haciendas*
- 4.2 Porto Rico à Moda Americana

- 4.3 Anos Iniciais da Ocupação
- 4.4 De *Foraker* a Segunda Guerra Mundial
- 4.4.1 *Fair Labour Standards Act*
- 4.5 Porto Rico após a Segunda Guerra Mundial – nascimento do *Estado Libre Asociado* (ELA)

5 *OPERATION BOOTSTRAP*: INÍCIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO DA ILHA

- 5.1 *Operation Bootstrap* - Economia dependente e o Fluxo do Capital em Porto Rico
- 5.2 *Operation Bootstrap* – A transformação espacial e o fluxo de trabalho
- 5.3 *Operation Bootstrap* – imperialismo e capital monopolista

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INTRODUÇÃO

O presente estudo configura-se como uma investigação a respeito da relação do imperialismo estadunidense sobre Porto Rico. Trata-se de uma pesquisa que faz-se uso da lente oferecida pela teoria marxista do imperialismo contemporânea, com ênfase na análise geopolítica desenvolvida pelo geógrafo britânico David Harvey em seu livro *The New Imperialism* (2003). Em sua obra, o Harvey é enfático ao priorizar o entendimento de que o fenômeno do imperialismo não é possível de ser compreendido quando observado por uma lente econômica pura. O autor parte de uma leitura dialética sobre a natureza deste fenômeno, o compreendendo como uma síntese entre lógicas territoriais (espaciais) e lógicas capitalistas.

É com tal entendimento em mente que começamos a presente introdução do nosso objeto pelo momento da anexação de Porto Rico pelos Estados Unidos da América como espólio de sua vitória sobre a Espanha na Guerra Hispano-Americana de 1898. É importante ressaltar a importância deste evento na história do país, uma vez que além de cristalizar sua posição como a grande potência hegemônica dentro do continente - garantindo assim a concretização do princípio que viria a nortear a sua política externa regional, a Doutrina Monroe- a vitória estadunidense resultou na aquisição das colônias espanholas para seu domínio, dentre elas Porto Rico. Esta colônia apresentava uma função estratégica para os planos dos Estados Unidos da América (EUA), pois sua localização geográfica fazia da ilha o lugar ideal para o avanço dos interesses estadunidenses na região, servindo tanto como um local de onde o país poderia garantir a segurança do futuro Canal do Panamá, quanto para o controle militar regional em caso de futuras agressões por parte das potências europeias (IMMERWAHR, 2019).

Imediatamente após a anexação, os Estados Unidos da América se depararam com um impasse sobre as maneiras nas quais a o país deveria realizar a ocupação espacial de Porto Rico. Fazer uso da antiga tática de colonialismo de ocupação, tão usada em sua própria população nativa, demonstrou-se duplamente

inviável: sendo constrangida tanto por sua configuração ideológica nacional como o “berço da liberdade”; assim como pela densidade populacional da ilha. Ao mesmo tempo, ficava claro que os EUA não poderiam simplesmente ignorar tal população local, neste sentido, optou-se por uma visão catedrática, “americanizadora”, para elevar os porto-riquenhos a condição de civilizados. Para isso, e após dois anos de tutela militar, o Congresso Estadunidense promulgou o *Foraker Act* de 1900, garantindo eleições indiretas a Porto Rico, mas mantendo sua condição como território incorporado sob jurisdição federal (DIETZ, 1985; CABAN, 2002; SLATER, 2006; HIXSON, 2008).

Essa condição manteve-se até o ano de 1950, como resultado da aprovação da *Public Law 600* (PL-600) pelo Congresso Estadunidense, marcando o início de uma transformação institucional e burocrática ampla em Porto Rico. Tratava-se de uma Lei que permitia a realização de um plebiscito, questionando a população local a respeito da criação de uma Constituição própria regional. O plebiscito sobre a reforma proposta fora realizado em 4 de junho de 1951 e tinha, como única escolha, aceitá-la ou rejeitá-la nos termos incluídos na PL 600, sendo aceito por 76,5 % dos votos válidos. Em 27 de agosto do mesmo ano, delegados foram eleitos para fazer parte de uma Assembleia Constitucional. Após a realização da Constituição elaborada, aprovada por 80% dos votos pelos participantes e enviada ao Congresso estadunidense para ser ratificada em 1952 quando Porto Rico foi declarado um “Estado Livre Associado” (ELA), tradução da palavra Commonwealth (AYALA; BERNABE, 2007).

Como um ELA, Porto Rico manteve os principais atrativos da relação colonial para as firmas estadunidenses, tais como: isenção de impostos federais, acesso ao mercado e o sistema monetário. Da mesma forma o Congresso aumentou a atratividade ao permitir que as firmas estadunidenses que estabelecessem plantas na ilha pudessem repatriar seus lucros sem impostos caso liquidassem suas operações (CABAN, 2002a). O período que se sucedeu fora marcado por um forte processo de transformação das relações de produção de Porto Rico.

Em menos de dez anos a ilha abandonou sua economia tradicional transformando-se em uma industrial. Era o início da *Operation Bootstrap*, também conhecida como *Operacion Manos a la Obra*. Tratava-se de um programa de “investimento por convite”, ao qual a ilha buscou se desenvolver por meio de capital externo. Durante os anos 1950 até os anos 1960 as prioridades de planejamento eram extremamente simples: adquirir bens de capital para a industrialização do país, mantendo a confiança de que o lucro gerado pela *Operation Bootstrap* seria o suficiente para aumentar os salários. Nesse cenário, gastos em políticas de bem estar social foram deixados de lado. Contudo, eventualmente os limites do desenvolvimento desse modelo foram ficando cada vez mais claros. Apesar da rápida industrialização e urbanização, logo ficou claro as limitações do projeto, pois apesar do aumento de seu Produto Interno Bruto (PIB), a riqueza desenvolvida nunca fora partilhada com a população e uma forte oposição ao governo emergiu (AYALA; BERNABE, 2007).

É importante afirmar que, durante esse período, o único efeito concreto fora a criação de um “conjunto de instituições e arranjos sociais que aumentaram as perspectivas de investimentos corporativos e lucratividade em longo prazo” (CABAN, 1989, p.88, tradução autoral). As estruturas coloniais como a subordinação da ilha ao aparato institucional do Governo Federal não foram, totalmente, alteradas. Elas apenas sofreram variações que propiciaram maior autonomia para a elaboração de um desenho institucional mais apropriado para responder às necessidades de uma “fase mais avançada de capitalismo” (CABAN, 1989, p.88, tradução autoral).

Assim incorpora-se o marco teórico que será empregado no decorrer dessa pesquisa: a teoria marxista do imperialismo. Começamos nossa discussão apontando que o “imperialismo” configura-se como um conceito amplamente estudado no campo das Relações Internacionais, encontrando expoentes dentro de quase todos os grandes paradigmas da disciplina, é a teoria marxista que o apresenta de forma mais complexa e abrangente (GARCIA, 2010).

A subordinação existente entre um Estado Livre Associado (Porto Rico) e sua relação como “sócio soberano” de um Estado nacional (EUA), bem como a escassez de produção acadêmica especializada no Brasil sobre o assunto, justifica a seleção do presente objeto do estudo. Apesar de existir uma relativa produção acadêmica do tema em artigos e revistas internacionais, a relação entre Porto Rico e os Estados Unidos da América ainda se configura como uma grande lacuna dentro da produção intelectual brasileira. Uma breve pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES empregando “Porto Rico” como palavra-chave dentro da área de avaliação de “Ciência Política e Relações Internacionais”, encontrou apenas 1 resultado: a dissertação “A Dimensão Estratégica da Política Externa dos Estados Unidos no Caribe” (2008) elaborada por Flávio José de Moura. Trata-se de um estudo que difere qualitativamente do aqui realizado, tanto em temática, objeto, marco-temporal e marco teórico.

Assim, compreendendo as determinações históricas da relação entre Porto Rico e os Estados Unidos da América, busca-se responder a seguinte problemática: Qual o papel desempenhado por Porto Rico na reprodução expandida do capital Estadunidense durante a *Operation Bootstrap* (1952-1968)?

Com base na literatura especializada é considerada duas hipóteses: (1) a *Operation Bootstrap* é um plano que, por meio do capital externo (estadunidense), o modelo de “investimento por convite” aponta que existem fortes indícios de que a relação entre os Estados Unidos da América e Porto Rico seja marcada pelo imperialismo; ou seja, pela dominação do capital financeiro e monopolista (2) a teoria do Ordenamento Espaço-Temporal de David Harvey (2003) argumenta sobre a possibilidade de um relativo alívio desse imperialismo por meio de revoluções espaciais.

Desta maneira, a pesquisa apresenta como objetivo geral explicar o movimento do fluxo de capitais entre Porto Rico e os Estados Unidos da América. Relativo aos objetivos específicos, propõe-se estudar, de forma sistemática, a produção marxista pertinente ao imperialismo; expor as determinações históricas internas da relação entre Porto Rico e os Estados Unidos da América; compilar,

ordenar e analisar os dados econômicos e políticos pertinentes ao fluxo de capitais e sua relação com as dinâmicas espaciais em Porto Rico durante o marco temporal selecionado.

Contando com a presente introdução, o estudo encontra-se dividido em cinco capítulos: o primeiro traz como foco central a metodologia empregada: o Materialismo Histórico Dialético. Apresentar-se-á, brevemente, as origens filosófico-teóricas do pensamento dialético e materialista, bem como serão verificadas categorias de análise, técnicas de pesquisa empregadas e o tratamento dos dados. O capítulo 2, por sua vez, discorre sobre o marco teórico que sustenta o trabalho, apontando um histórico da produção teórica relativa ao imperialismo dentro da literatura marxista. O terceiro capítulo consta das determinações históricas do imperialismo estadunidense, buscando-se compreender as contradições internas que levaram à concretização do lugar como uma potência imperialista¹. O capítulo 4 objetiva traçar a narrativa histórica da anexação de Porto Rico na esfera de controle dos EUA e analisar a relação entre o fluxo de capitais da Ilha com suas revoluções espaciais. Por fim, o capítulo 5 onde realizamos a análise da *Operation Bootstrap* fazendo uso do materialismo histórico dialético.

1- PREOCUPAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Todo começo é difícil, e isso vale para toda ciência.

Karl Marx

Dentro da Teoria Social, existe uma grande centralidade para a questão do método, uma vez que é por meio do diálogo entre teoria e método que se torna

¹ Não se busca realizar uma revisão historiográfica que se atente as minúcias destes processos, apenas apresentar e contextualizar o imperialismo com as relações produtivas emergentes.

possível o processo de coleta, sistematização categórica e análise de dados, típicos de um trabalho científico. Nesse estudo, apropria-se desses conceitos, vinculando ao objeto selecionado, ou seja, a relação entre os Estados Unidos da América com o Estado Livre Associado de Porto Rico. Buscar-se-á, por meio de um estudo de caso, compreender a denominada *Operation Bootstrap* (1953-1968), operação que fora responsável pela transformação dos modos de produção da Ilha, em uma economia mais voltada para a exportação.

Levando em consideração o objeto selecionado, escolhe-se como marco teórico a teoria marxista do imperialismo em consonância com a teoria da dependência, buscando revelar a verdadeira relação entre os dois atores para a análise entre o modo produtivo de ambos. Tal questão se deve à metodologia particular associada com a literatura selecionada: o Materialismo Histórico Dialético, elaborado pelo teórico alemão Karl Marx.

1.1 Materialismo Histórico Dialético: uma aproximação do método em Marx

Em seu livro, “Introdução ao Estudo do Método de Marx” (2011), José Paulo de Netto, discute a questão do método na Teoria Social, elaborada por Karl Marx, como um “nó de problemas”. As razões para o debate acadêmico, em torno da metodologia marxista são inúmeras e, discuti-las de forma aprofundada, fugiria da temática e do escopo delineados pelo presente estudo. Portanto, sinteticamente, serão apresentados dois motivos diferentes, ainda que interligados, para justificar esse estudo a partir da temática marxista.

Em primeiro lugar, aponta-se a própria complexidade do pensamento de Marx em consonância com a falta de escritos deixados relativos à sua questão metodológica. Diferentemente de Durkheim e Weber que escreveram profundos Tratados, próprio para uma investigação sociológica, Marx não deixou grandes escritos sobre sua metodologia. Na verdade, até mesmo a própria nomenclatura do “Materialismo Histórico Dialético”, apesar de intimamente associada com a

metodologia da obra de Marx, jamais fora empregada pelo autor para descrever sua doutrina (LEFEBVRE, 2009; NETTO, 2011).

Ademais, a própria divisão intelectual do trabalho, típica dos dias atuais, não é aplicável à obra marxista, uma vez que seu trabalho antecedia tal divisão. Assim, torna-se incorreto dividir a Teoria Social nos campos do conhecimento delineados pela divisão intelectual do trabalho. Inexistem “fases” da obra marxista condicionadas aos diferentes campos disciplinares das Ciências Humanas. A obra de Marx não pode ser repartida como uma “Teoria Filosófica”, “Teoria Econômica”, “Teoria Sociológica”, pois – ainda que seu universo teórico tenha maturado e evoluído com o passar dos anos – seu objeto sempre se manteve o mesmo: a sociedade capitalista burguesa. Seria correto afirmar que sua obra corresponde a uma tentativa de elaboração de uma Teoria Social, capaz de explicar a totalidade e da reprodução do “ser social” dentro da sociedade burguesa (NETTO, 2011).

Relativo ao segundo motivo, aponta-se o vínculo da obra de Karl Marx a um projeto revolucionário. Como aponta Netto (2011), nenhum teórico fora preso por ser durkheimiano ou weberiano, mas inúmeros por serem marxistas. A Teoria Marxista é marcada por uma filosofia de *práxis* social, ao qual a concretude material (ou a prática) corresponde, ao mesmo tempo, a finalidade, critério e fundamento de seus pressupostos teóricos. Em nenhum lugar tal sentimento é exemplificado melhor do que nas “Teses para Ludwig Feuerbach”, ao qual, no 11º tópico se lê: “os filósofos têm apenas *interpretado* o mundo de maneiras diferentes: a questão, porém, é *transformá-lo*” (MARX; ENGELS, 2007, p. 539). Mais do que estabelecer os critérios de seu Materialismo Histórico Dialético, é um chamado para a ação que revela o quão entrelaçado o projeto teórico e revolucionário de Marx se encontra, fazendo com que a mesma tenha sido objeto de intervenções político-ideológicas².

² Estas disputas não se ativeram a apenas autores contrários a obra de Marx, muitos autores marxistas dividiam-se sobre os sentidos dos escritos de Marx. Relevante para o presente estudo aponta-se a disputa teórica a respeito do sentido do imperialismo pelo líder da Segunda Internacional Karl Kautzky e o bolshevique Vladimir Lênin.

Não obstante, se adiciona o fato de que a obra completa do autor jamais fora reunida e lançada, existindo uma quantidade de escritos para serem compilados. Isso significa que, durante a história, muitos autores³ marxistas de renome escreveram sem o importante acesso a obras que temos hoje. Como resultado, a história do Marxismo como corrente é marcada por diversos “tratamentos equivocados” da obra do próprio Marx, comportando desde reducionismos economicistas a atribuições teleológicas inexistentes (HARVEY, 2003; NETTO, 2011).

Assim, a presente seção visa apresentar sucintamente as principais características do Materialismo Histórico Dialético – como metodologia – bem como as ferramentas teórico-metodológicas nas quais o presente estudo emprega para a análise. O Materialismo Histórico Dialético corresponde a uma metodologia elaborada através da união do materialismo histórico com a lógica dialética. Em um primeiro momento será realizada uma breve explanação da dialética e do materialismo histórico, para, por fim, apresentar o Materialismo Histórico Dialético e a estrutura do presente estudo.

1.2 Dança da Dialética – pensando um mundo em movimento

Em seu livro *Dialectics for the New Century* (2008), o estadunidense Bartel Ollman inicia sua discussão sobre as potencialidades analíticas oferecidas pelo método dialético, por meio do fenômeno astronômico conhecido como o “Grande Atrator” – um *supercluster* de galáxias, cujo efeito gravitacional impacta diretamente inúmeros outros corpos celestes, incluindo a Via Láctea. Em sua narrativa, o autor discorre um pouco a respeito da natureza do fenômeno e das peculiaridades da pesquisa que resultou em sua descoberta. Em particular, ressalta que a verdadeira magnitude dessa ocorrência física – detentora de dimensões infinitamente maiores que múltiplas galáxias – configurou-se como a principal dificuldade enfrentada pelos cientistas em sua observação. Esta característica o tornava praticamente invisível

³ Notavelmente, o escritor e líder soviético Vladimir Lênin morreu antes do lançamento de obras como as *Grundrisse* e a *Ideologia Alemã*, textos que hoje são considerados fundamentais para a compreensão do método em Marx.

quando investigado suas partes individualmente. Foi somente com a análise do todo que o *Grande Atrator* se revelou para os cientistas.

Ao narrar este episódio, Ollman (2008) aponta semelhanças que encontrou com as Ciências Sociais. Comenta que, um estudo que se atenha apenas as miríades dos múltiplos fenômenos sociais, é capaz de ignorar as maneiras como eles se relacionam a um “Grande Atrator” da sociedade humana: o capitalismo. Tal como o fenômeno astronômico, o capitalismo também “exerce um efeito significativo sobre tudo o que ocorre dentro dele, mas é tão grande e tão onipresente que seus impactos exatos podem passar despercebido” (OLLMAN, 2008, p.9, tradução do autor). Contudo, propõe uma alternativa: pensar o mundo dialeticamente.

Dentro do pensamento ocidental, as origens do pensamento dialético podem ser traçadas para a Grécia Antiga, encontrando expoentes em pensadores clássicos como Heráclito, Sócrates e Aristóteles. Inicialmente formulado como um método para diálogo – não tão diferente do famoso método socrático –, o discurso dialético trazia consigo uma proposta única: expor contradições em arguições entre pares, forçando alterações, ou até, o abandono dos mesmos, objetivando a aproximação de um consenso racional das partes. É com Immanuel Kant (1724 - 1804), que o pensamento dialético sofre uma alteração, ao qual a dialética deixa de ser pensada como um processo em que discussões podem avançar rumo a uma resolução harmônica. Kant propunha que a frustração emerge quando a razão transpõe seus próprios limites na tentativa de investigar a verdadeira natureza das coisas. Dentro da filosofia kantiana, a dialética é conceituada como uma infinidade de debates sendo que, cada lado, revela contradições do outro, jamais resolvendo as suas (OLLMAN, 2008).

Expandindo as definições elaboradas por Kant, a dialética encontra seu mais famoso expoente no filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770 - 1831). Notório pela densidade de seu pensamento, Hegel elabora um arcabouço com base no método dialético, argumentando, contrariamente, a concepção kantiana de duas posições completas e independentes em si mesmas. Hegel propõe pensar em oposições antagônicas como apenas um lado de uma realidade

complexa, pois para ele, a verdade encontra-se no todo. Portanto, dentro do pensamento hegeliano, a dialética configura-se como um movimento rumo a uma resolução positiva, nas quais posições, previamente antagônicas, são reconciliadas dentro de um enquadramento superior.

Diferentemente da chamada *lógica formal*, o pensamento dialético reestrutura a realidade, substituindo a concepção da “coisa” (como algo que possui uma história e relações externas a ela) por noções de *determinações* (como algo que possui sua história e possíveis futuros), bem como de *relação* (contendo parte de como se relaciona com o todo). Como afirma Ollman (2003, p.5, tradução do autor):

A dialética] trata as relações nas quais qualquer coisa permanece como parte essencial do que é, de modo que uma mudança significativa em qualquer uma dessas relações é registrada como uma mudança qualitativa no sistema do qual faz parte. Com as relações, e não as coisas, como os blocos de construção fundamentais da realidade, um conceito pode variar um pouco em seu significado, dependendo de quanto de uma relação específica se destina a transmitir.

Enquanto pensadores positivistas compreendem que entidades são relacionadas, umas as outras, apenas de maneiras externas em uma relação causal, a dialética é marcada por sua ênfase na questão da transformação e do movimento. Pensar dialeticamente significa compreender que o mundo encontra-se sempre em movimento, em transformação constante. Nas palavras do filósofo grego Heráclito de Éfeso: “nós não podemos nunca entrar no mesmo rio, pois, como as águas, nós mesmos já somos outros” (OLLMAN, 2003, p.64, tradução do autor). A força motriz deste movimento encontra-se em suas *contradições*.

Uma distinção importante é a diferença entre a *forma aparente* e a *essência* de um objeto. Como um bom estudioso de Hegel, Marx defendia que uma pesquisa, verdadeiramente científica, não deve ser limitada a uma análise, uma mera descrição qualitativa das propriedades do objeto, ou seja, revelando aquilo que é imediatamente perceptível aos sentidos. Tal empreendimento resultaria apenas na revelação de sua *forma aparente*, ou sua *aparência*. O verdadeiro

objetivo de um pesquisador deveria ser a compreensão das dinâmicas e estruturas internas do mesmo, na compreensão de sua *essência*. “Toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (MARX, 2017, p.768).

Afirmar a precedência da essência sobre a aparência, não significa que a forma aparente deva ser descartada em uma pesquisa marxista⁴. É um erro compreender a divisão entre “aparência” e “essência” sob uma ótica maniqueísta e binária, uma vez que a aparência de um objeto é constituída de uma parte concreta e objetiva da realidade, portanto fundamental para a compreensão do objeto. Como afirma Hegel, a “essência deve aparecer”; logo a aparência consiste em uma manifestação da essência. É neste sentido que Netto (2011, p.22) afirma que o método de pesquisa marxista “propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visando alcançar a essência do objeto”.

Assim, diferentemente dos pesquisadores que fazem uso da lógica formal, o materialista dialético não busca abstrair leis universais de fenômenos concretos, mas compreender que todo objeto está em um movimento de transformação contraditória, constrangido pela própria reprodução material de sua vida (LEFEBVRE, 2009; OLLMAN, 2003; NETTO, 2011).

1.3 Materialismo Histórico Dialético – A Reprodução da Vida Material como Primeiro Ato Histórico

Diferentemente do idealismo hegeliano, Marx e Engels propunham uma visão materialista da realidade, sendo que a matéria correspondia ao concreto que fornecia as bases para o pensamento. A análise materialista é aquela que prioriza a concretude: é o próprio objeto que informa o pensamento. Portanto, ela deve iniciar pela aparência do objeto, aquilo que é imediatamente perceptível, com o objetivo de alcançar a essência. Em seguida, esta análise deve determinar as

⁴ Quando aplicada ao nível individual, a forma aparente é indicativa apenas do processo de fetichização característico da reprodução expandida do capitalismo. Sua conexão com a essência pode apenas ser analisada quando conceitualizada como expressões das relações internas em uma totalidade (LEBOWITZ, 2007; OLLMAN, 2003).

relações e os movimentos, buscando assim trazer à tona a reconstrução e exposição de seus movimentos internos. Tratava-se de uma concepção que substituiu a leitura de Hegel, sobre a importância do pensamento, para a materialidade concreta, abandonando-se concepções do espírito como a força motriz da história. Marx, afirmava que “homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim, sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (*apud* LEFEBVRE, 2009).

Em a *Ideologia Alemã* (2007), no tópico intitulado: *Feuerbach e História: Rascunhos e Anotações*, Marx e Engels apresentam diversas pistas sobre a concepção do materialismo histórico, ao delinear o pressuposto básico de toda existência humana. Para os autores, antes que a humanidade pudesse de fato “fazer história”, ela precisava estar em condições para tal, ou seja, necessitava de comida, moradia, vestimenta, entre diversas outras coisas. É com este entendimento que os autores afirmam que:

O primeiro **ato histórico** é, pois, **a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades**, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos [...]. **A primeira coisa a fazer em qualquer concepção histórica** é, portanto, observar esse fato fundamental em **toda a sua significação** e em todo o seu **alcance e a ele fazer justiça** (MARX; ENGELS, 2007, p.33, grifos do autor).

Apesar de categorizar a produção como o “primeiro ato histórico”, ela não ocorreu apenas no princípio da humanidade, pois ao satisfazer essas necessidades a própria “ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação conduzem a novas necessidades – e essa produção de novas necessidades constitui o primeiro ato histórico” (MARX; ENGELS, 2007, p.33). Assim, o entendimento em Marx e Engels é que a atividade produtiva é a precondição para toda vida social, e neste sentido, uma leitura materialista possui, como ponto de partida, as maneiras nas quais a humanidade produz (e reproduz) sua subsistência (SAYER, 1975).

A afirmação de que “a produção⁵ é a precondition para toda vida social”, precisa ser examinada com cautela, evitando reducionismos econômicos sobre o universo teórico empregado. É necessário apontar que a obra de Marx não é uma teoria “fatorial” da sociedade, mas sim um método que busca analisar os processos relacionais de um objeto, para em seguida observar seu movimento e reintegrá-lo no movimento da totalidade (OLLMAN, 2003; LEFEBVRE, 2009; NETTO, 2011).

Logo, ao apontar a importância das relações produtivas para a construção do social, não significa que Marx deixe de lado os aspectos culturais e simbólicos que compõem uma sociedade. A própria existência de um modo produtivo corresponde à afirmação sobre a importância de elementos extra-econômicos para Marx, de um conjunto determinado de relações sociais. Sendo assim, a “organização técnica e social de qualquer modo de produção é [...] internamente, relacionada no sentido mais estrito” (SAYER, 1975, p.781, tradução do autor).

O próprio *Manifesto do Partido Comunista* inicia com a afirmação de que “a história de toda a sociedade até aqui, é a história de lutas de classes” (MARX; ENGELS, 2018, p.25, tradução do autor). Logo, quaisquer leituras economicistas a respeito da teoria marxista são errôneas a respeito de seus pontos mais fundamentais. É um erro afirmar que as relações sociais encontram-se submetidas às forças produtivas, uma vez que a ordem social de produção é um resultado das disputas travadas entre as forças sociais. Neste sentido, o estadunidense Robert Cox é preciso ao afirmar que

⁵ Neste sentido é importante afirmar que o uso marxista de “produção” corresponde a uma abstração. A investigação marxista não busca compreender os específicos de uma produção, mas no sentido de um estágio determinado de produção (SAYER, 2009).

Os momentos decisivos da história não devem, portanto, ser explicados pelos **movimentos impessoais de preços ou sequências de aplicações tecnológicas**, mas sim pelas **mudanças nas relações sociais que as tornam possíveis** (1987, p.159, tradução e grifo do autor).

Portanto, uma análise materialista é aquela que privilegia a compreensão das relações sociais derivadas do modo de produção. Samir Amin (1978, p.38) conceitua modo de produção como:

[...] uma equação, com duas classes opostas: no caso do capitalismo, burguesia e proletariado, isto é, donos de meios de produção que são eles mesmos o produto do trabalho social (equipamento que se torna capital) e vendedores de sua própria força de trabalho. No modo capitalista: (1) todo o produto social assume a forma de mercadoria; (2) o próprio poder de trabalho é uma mercadoria (o trabalho é móvel); (3) o capital, que é uma relação social, está incorporado em bens de capital que também são mercadorias (o capital é móvel) (tradução do autor).

1.4 Abstração como Reprodução Ideal do Movimento – o papel da teoria na metodologia marxista e as categorias de análise a serem empregadas

Toda investigação científica tem sua origem naquilo que é imediatamente perceptível aos sentidos, na forma aparente do objeto a ser estudado. Contudo, esta análise sensorial jamais será o bastante para compreender todas as determinações que o compõe. É necessário muito mais do que uma observação a olho nu para um biólogo compreender as minúcias do funcionamento de um organismo, ele precisa de ferramentas que potencializem seu poder de observação, microscópios. Assim como estudo dos fenômenos naturais possuem seus microscópicos, aqueles que estudam a miríade de eventos sociais também fazem uso de um ferramentário próprio para a interpretação da realidade: o conhecimento teórico.

A teoria apresenta um papel importante dentro do método em Marx, sendo o “espelhamento de uma realidade material que existe, independentemente da consciência” (LUKÁCS, 2012, p.300). Diferentemente da tradição positivista, Marx não compreende o conhecimento teórico apenas como um “exame sistemático das formas dadas de um objeto, com o pesquisador descrevendo-o detalhadamente e construindo modelos explicativos para dar conta [...] de seu movimento visível”.

Mas como “o conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo” (NETTO, 2011, p.28), a “reprodução ideal⁶ do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa” (NETTO, 2011, p. 29). Ele apenas informa como o pesquisador deve organizar seu pensamento para compreender o mundo (OLLMAN, 2008).

Através do movimento de síntese entre o concreto e o ideal que o pesquisador abstrairá os principais padrões das determinações sociais do objeto: suas **categorias de análise**. Deve-se fazer uma ressalva sobre a diferença do entendimento marxista dessas categorias, para a tradição positivista. Enquanto a lógica formal realiza uma leitura que separa o sujeito do objeto, o pensamento dialético questiona o limiar de tal objetividade, o incorporando dentro de uma concepção de *totalidade*. Define-se abstração como “a capacidade intelectual que permite extrair de sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável” (NETTO, 2011, p.44).

Uma análise começa através da observação de fenômenos, mais precisamente, por meio de um conjunto de categorias nas quais a experiência é habitualmente compreendida (SAYER, 1975). Relativo ao presente estudo inicia-se com categorias, tradicionalmente empregadas, para a compreensão das relações possíveis de serem encontradas historicamente: as categorias econômicas.

A economia, para Marx, bem como suas categorias, configura-se como expressões teóricas (ou seja, abstrações) das relações sociais de produção. Logo, da reprodução da vida material (LEFEBVRE, 2009; OLLMAN, 2003; NETTO, 2011). Portanto, justifica-se a seleção por categorias, uma vez que sua condição como manifestações aparentes das relações sociais de produção, faz com que uma investigação aprofundada revele verdades a respeito das condições de

⁶ Netto (2011) faz uso da palavra “ideal” em seu sentido hegeliano, correlacionando ao processo de reprodução mental que o pesquisador realiza em pensamento na busca da compreensão de seu objeto (OLLMAN, 2003).

possibilidade da relação entre Porto Rico e os Estados Unidos da América (SAYER, 1975).

Nota-se que, um estudo que faça uso do Materialismo Histórico Dialético, deve partir da realidade concreta material, ou seja, do próprio objeto. Isso significa que o pesquisador deve ter como seu ponto de partida e de chegada no objeto a ser estudado, investigando a aparência do mesmo até adentrar em sua essência. Neste sentido, o ideal é que as próprias categorias de análise, que serão empregadas, sejam oriundas do objeto em análise e que a teoria sirva apenas para auxiliar o pesquisador a reproduzir o objeto em pensamento (OLLMAN, 2003).

Contudo, pertinente a presente investigação, reconhece-se que tal abordagem seria impossível de ser realizada de forma satisfatória em uma dissertação de mestrado. Logo, far-se-á um uso mais deliberado do marco teórico selecionado, resultando em uma análise amparada nas categorias analíticas desenvolvidas pelo cânone da teoria do imperialismo marxista, assim como do ferramentário teórico desenvolvido pelo geógrafo britânico David Harvey.

David Harvey é um pensador marxista dialético, cuja obra foca, principalmente, no entendimento das tensões inerentes entre a rigidez do espaço e a fluidez dos processos moleculares do capitalismo – busca compreender, como estes fatores interagem entre si – o contraste entre as chamadas **lógicas territorialista e capitalista**.

Observa-se que essas lógicas apresentam distinções que as tornam quase incompatíveis. Esse antagonismo é manifestado em diferentes esferas, que comportam desde as motivações dos atores (acumulação de capital/interesse nacional), quanto sua espacialidade (fluido/fixo). Destarte, uma fusão contendo tais componentes jamais poderia ser harmoniosa – ela é sempre contraditória, sempre dialética (ARRIGHI, 2009; JESSOP, 2008; HARVEY, 2003). No tópico 2.4 há uma profunda análise da questão, mas no quadro

Harvey (2003), afirma que o ato de repousar o capital na terra torna a materialização de seu valor um processo temporalmente realizado, possibilitando certo alívio (ainda que temporário) dos efeitos do imperialismo por meio de investimento em estruturas físicas. No mais, a síntese entre essas relações antagônicas resultam na marca tradicional do autor em seu conceito de **Arranjo Espaço Temporal**.

Ao longo do estudo, as reflexões pinceladas serão basilares para abordar os seguintes tópicos:

- **O Papel do Capital Financeiro Estadunidense em Porto Rico e os lucros exorbitantes:** análise será realizada através de uma comparação entre a entrada de capital de investimento e sua saída, informações que se encontram disponíveis no *Informe Económico al Gobernador*;
- **Existência e importância dos monopólios:** verificação dos papéis dos *trusts* e fundos internacionais nos investimentos de Porto Rico;
- **Taxa de Desemprego;**
- **Fluxo migratório;**
- **Crescimento Urbano.**

Estas categorias configuram-se como as formas aparentes nas quais o fenômeno do imperialismo se manifestam. Contudo, sua introdução não é o bastante para que a realização da reprodução ideal do movimento deste fenômeno, faz-se necessário apresentar as distintas lógicas que orientam e cristalizam as contradições particulares deste objeto. Neste sentido, apresenta-se no quadro abaixo um breve esquema sobre as distintas lógicas em David Harvey (2003):

Quadro 1: A Dialética entre Território e Capital

	Lógica capitalista de poder	Lógica territorial de poder
Atores-chave	Capitais privados móveis, potencialmente de curta duração, operam em um campo aberto e espacialmente dinâmico de acumulação.	Estados duráveis e delimitados territorialmente em diferentes escalas operam para defender / expandir fronteiras territoriais.
Lógica Principal	A geoeconomia dos fluxos de capital, os monopólios espaciais emergentes e a produção de novas escalas econômicas têm efeitos políticos inevitáveis. Os interesses regionais podem capturar o Estado territorial.	A geopolítica das estratégias territoriais dos Estados e impérios para acumular controle sobre os territórios tem efeitos econômicos inevitáveis (por exemplo, crescimento do complexo industrial-militar, acesso a recursos, protecionismo durante crises, promoção do livre comércio). A primazia dos interesses políticos pode levar a estados "falidos" ou "desonestos".
Característica Principal	O poder econômico flui de maneira molecular e em rede através do espaço e do tempo contínuos. A integração interterritorial resulta de estratégias espaciais monopolistas. Fluxos e correções espaço-temporais ignoram as fronteiras.	O poder político-militar defende e expande o controle territorial segmentado para promover os interesses do próprio estado. Envolve decisões estratégicas e reivindicações em nível estadual e está vinculado a fronteiras territoriais.
Papel do Espaço/Território na lógica principal	A lógica capitalista explora condições geográficas desiguais, 'assimetrias' enraizadas nas relações de troca espacial, mas também transborda fronteiras territoriais. Os processos moleculares ultrapassam as fronteiras regionais e nacionais e os estados devem tentar gerenciar os fluxos moleculares.	A lógica territorial é orientada para aumentar a riqueza e o bem-estar de um território em detrimento de outros. Pode envolver estados subnacionais, blocos regionais, etc; pode levar ao aumento da hegemonia global baseada no território. Um risco de superação imperial se a lógica territorial for levada ao limite.
Lógica Secundária	A lógica capitalista é mais avançada através de estados territoriais que garantem as principais condições externas do circuito do capital. Os estados capitalistas orientam suas políticas às necessidades econômicas, legais, políticas e sociais do capitalismo mediado pelo mercado, orientado para o lucro. Mais tarde, também requer capacidade de criação de instituições do Estado (especialmente a do <i>hegemon</i> territorial). As ações territoriais do Estado também abrem novos campos de investimento para o capital privado.	O poder político-militar depende de uma economia que gera riqueza e recursos, forte base tributária, força militar. Portanto, o estado governa sua economia para maximizar dinheiro, capacidade produtiva e força militar. Ele usa coerção, diplomacia e política para promover interesses econômicos que também atendem aos interesses territoriais do estado. Um <i>hegemon</i> territorial gerencia a lógica do capital para sustentar seu poder.
Interdependências	Os Estados apóiam a primazia da lógica capitalista no interesse de negócios privados no país e no exterior. Não fazer isso enfraquece sua própria riqueza e poder e pode culminar em estados "falhados".	Os Estados dirigem a dinâmica regional em seus próprios interesses políticos. Eles tentam capturar processos moleculares de acumulação de capital no espaço e no tempo dentro de suas próprias fronteiras.
Modo de direção	A lógica econômica é privada, difusa, molecular, difícil de controlar ex ante.	A lógica política é pública, aberta ao debate pluralista e orientada a objetivos.

Crise	Envolve articulações mais complexas de fixação e movimento, reforçando a lógica espacial da acumulação e o papel principal da mobilidade do capital (isto é, a troca) na absorção de crises.	Resolvido por conflitos inter-regionais e interestatais – os confrontos econômicos e militares contribuem para a desvalorização e destruição local e regional do capital. A expansão territorial contínua pode culminar em um alcance imperial.
Imperialismo	Imperialismo baseia-se no livre comércio – com poder estatal usado para impor (ou resistir) condições de livre comércio, incluindo a adoção de direito de propriedade intelectual.	Imperialismo neoconservador visa consolidar hierárquica ordem política mundial para garantir saídas para excedente de capital dos EUA e avançar a acumulação por expropriação.

Fonte: JESSOP, 2008 (tradução do autor).

1.5 Técnica de Pesquisa – relativo à coleta e tratamento dos dados

Em sua apreciação sobre o método em Marx, Netto (2011) aponta técnicas de pesquisa, contemplando da análise documental à entrevista. Pertinente ao presente estudo, será empregada análise documental dos chamados *Informes Economicos al Gobernador* de Porto Rico, uma compilação de dados econômicos disponíveis no sítio oficial do Governo de Porto Rico⁷. Trata-se de um relatório realizado anualmente pela *Junta de Planificacion Economica y Social* que, apesar de ter sido codificado como obrigatório apenas pela Lei 75, em 1975, reúne documentos realizados desde 1951. Em seu conteúdo, o relatório apresenta diversos indicadores sociais e econômicos sobre os mais variados setores de Porto Rico. Informações adicionais foram coletadas em fontes especializadas, como o Banco Mundial, assim como periódicos e livros especializados.

1.6 Notas Metodológicas Relativas a Revisão Bibliográfica e a Seleção do Marco-Teórico

Propugnando por um maior rigor científico para a realização da revisão teórica, pertinente ao presente estudo, optou-se por um aporte inicial da literatura por meio de procura sistematizada na Plataforma Scielo⁸. Considerando-se o arcabouço teórico selecionado, realizou-se uma busca através das palavras-chave:

⁷ *Informes Economicos al Gobernador* Disponível em: <<https://jp.pr.gov/Econom%C3%ADa/Informe-Econ%C3%B3mico-al-Gobernador>>. Acesso em: 15 de março de 2020.

⁸ Disponível em: <<https://www.scielo.br/>>.

“imperialismo” e “marxismo”. A pesquisa obteve 13 resultados⁹ que foram ordenados por ordem de relevância (vide Figura 1).

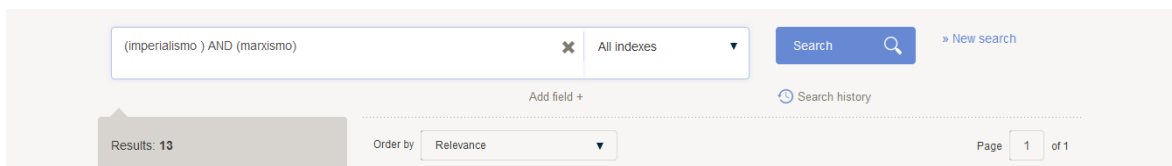


Figura 1: Palavras-Chave da Revisão Bibliográfica de Literatura
FORMULAÇÃO DO AUTOR

Estes textos serviram como um contato inicial do pesquisador com a literatura especializada sobre o tema, apontando as obras com maior impacto dentro da formulação teórica marxista à respeito do imperialismo. A investigação demonstrou uma tendência por parte dos autores em classificar as teorias marxistas do imperialismo em **Teorias Clássicas** e **Teorias Contemporâneas**.

Os autores clássicos foram aqueles que primeiro compreenderam as determinações internas do imperialismo como um processo histórico, identificando o papel do capital financeiro na dominação e subordinação de Nações não industrializadas. Destaca-se a centralidade oferecida pelas obras: *The Accumulation of Capital* (2003) de Rosa Luxemburgo, *Imperialism and the World Economy* (1972) de Nikolai Bukharin e *Imperialism: The Highest Stage of Capitalism* (1999) de Vladimir Illich Lênin.

Os autores contemporâneos, por sua vez, foram responsáveis por tentar trazer uma releitura dos processos fenomênicos, descritos no imperialismo pela tradição marxista, visando traduzir seus impactos dentro do capitalismo neoliberal. Destacam-se aqui obras como: *The New Imperialism* de David Harvey (2003); *Empire* (2003) de Michael Hardt e Antonio Negri e *Empire of Capital* de Ellen Wood (2014).

Antes de prosseguir, torna-se necessário realizar um breve apontamento. Como essas obras buscam teorizar os fenômenos particulares do imperialismo no

⁹ Os textos encontram-se indexados e devidamente referenciados no **Anexo 1**, organizados pela ordem que apareceram na plataforma de pesquisa (ordem de relevância).

capitalismo neoliberal, coloca-se em questão a utilidade delas para auxiliar na compreensão de um evento, cujo recorte temporal é anterior ao seu nascimento. Estas são críticas perfeitamente válidas, pois, de fato, a maioria desses autores postula, especificamente, sobre processos neoliberais. Formulações como o *Império* de Hardt e Negri perdem seu potencial analítico quando descontextualizados de seu eixo temporal.

Contudo, estas prerrogativas não se aplicam necessariamente para a obra de Harvey (2003). Como será explicitado neste estudo, grande parte de suas ferramentas teóricas não devem ser vistas isoladamente e sim, continuações de suas leituras sobre as dimensões espaciais da sua teoria do valor. Os circuitos do capital, descritos por Harvey (1988), em toda sua capilaridade, assim como as revoluções espaciais do Arranjo Espaço-Temporal e a Acumulação por Espoliação, não são fenômenos exclusivos do imperialismo. Inclusive o autor rejeita a própria concepção de uma “uma teoria do imperialismo”, preferindo compreender o fenômeno dentro do processo de reprodução expandida do capital.

O imperialismo não mudou e “o ‘novo imperialismo’ mostra não passar da revisitação do antigo, se bem que num tempo e num lugar distantes” (HARVEY, 2003, p.148). Ademais, grande parte das ferramentas analíticas, disponibilizadas para a construção de sua teoria, não descrevem apenas fenômenos neoliberais. Neste sentido, entende-se que algumas manifestações fenomênicas, de fato, são detentoras de novas formas quando materializadas no neoliberalismo¹⁰. Portanto, compreende-se que sua essência não muda.

2 - TEORIA MARXISTA DO IMPERIALISMO

O início do Século XX foi um momento extremamente fértil para produção marxista. Foi durante esse momento que autores como Karl Kautzky, Vladimir Lênin,

¹⁰ Formas que serão explicitadas ao longo do Capítulo 2.

Rosa de Luxemburgo, Nikolai Bukharin e Rudolf Hilferding versaram extensivamente sobre o capital financeiro e seu papel na política internacional.

O filósofo inglês Alex Callinicos (2009) aponta características sobre este coletivo de autores: realizavam sua produção afastados dos *campus* da academia e, como consequência, sua produção teórica sobre o imperialismo era radicalmente diferente.

Também, entendiam a teoria como *práxis* social. Neste sentido, todos eles partiam de um entendimento comum sobre o imperialismo consistir em um problema que necessitava de uma problematização analítica que fosse capaz de fornecer a base para a ação política.

Hoje, a palavra "imperialismo" geralmente se refere ao domínio dos mais desenvolvidos sobre os países menos desenvolvidos. Para os marxistas clássicos, isso significava, principalmente, rivalidade entre os principais países capitalistas, rivalidade expressa em conflitos por território, assumindo formas políticas e militares, além de econômicas, e levando finalmente à guerra interimperialista. O domínio de países mais fortes sobre os mais fracos certamente está implícito nessa concepção, mas o foco está na luta pelo domínio, uma luta entre os mais fortes, nos quais os países menos desenvolvidos figuram principalmente como campos de batalha passivos, não como participantes ativos (BREWER, 1990, p.88, tradução do autor).

Estes autores buscaram realizar a continuação do esforço de Marx no desenvolvimento de dinâmicas do modo de produção capitalista, tal como descritas no *Capital*, uma abordagem que:

[...] impõe uma restrição importante a esses esforços [...] que as conceituações do imperialismo sejam consistentes com o relato mais abstrato das relações constitutivas, tendências e mecanismos do modo capitalista desenvolvido no *Capital* (CALLINICOS, 2009, p.35).

2.1 Rosa de Luxemburgo e a Acumulação de Capital

Cronologicamente, a primeira aplicação da teoria marxista sobre o imperialismo resider na obra de Rudolf Hilferding, intitulada *Finance Capital* de 1910. Ainda assim o presente estudo optou por iniciar sua revisão bibliográfica a partir das contribuições da autora polaco-alemã Rosa de Luxemburgo em *The*

Accumulation of Capital (2003). Ainda que a obra não contenha, de fato, uma apresentação sistemática de uma teoria específica do imperialismo (em verdade, a autora nunca emprega o termo), justifica-se tal seleção na importância que seus achados tiveram para o desenvolvimento do corpo teórico em questão. Dentre os muitos autores que engajam com essa obra, é necessário apontar que é partindo de uma releitura de seus conceitos que David Harvey concretiza a própria visão a respeito do imperialismo.

Rosa Luxemburgo, em sua obra, busca explicar os processos de reprodução estendida do capitalismo, por meio de uma releitura hegeliana sobre os conceitos de “interior” e “exterior” da produção capitalista. A autora entende que, os modos de produção não capitalistas (visto como essencialmente estáticos), são capazes de manter seu equilíbrio interno. Contrastando diretamente com o capitalismo, cujo movimento contraditório de suas determinações internas faz com que ele necessite de constante expansão (BREWER, 2002; HARVEY, 2003).

Luxemburgo desenvolve seus estudos a partir da crítica aos esquemas de reprodução do capital, tal como desenvolvido no segundo volume do *Capital*, argumentando que o capitalismo seria um modo produtivo “que não poderia existir de forma pura, mas, apenas em conjunto com outros sistemas” (BREWER, 1990, p.58, tradução do autor). Justifica esse entendimento apontando uma suposta falha na lógica de Marx sobre a reprodução expandida do capital, argumentando que seria impossível a realização (venda) da parte da mais-valia destinada ao reinvestimento de uma determinada mercadoria sem a existência de compradores externos (não capitalistas) (BREWER, 1990; CALLINICOS, 2009; HARVEY, 2003). Existe uma longa discussão a respeito da validade desse argumento que não é pertinente para a continuidade do presente estudo. Cabe apenas apontar que a arguição de Luxemburgo sobre a necessidade de um exterior para a continuação do capitalismo foi contestada por diversos autores do mesmo viés temático¹¹.

¹¹ Callinicos (2009), Harvey (2003), Brewer (1990), Bukharin (1972) e Wood (2009) são alguns dentre muitos autores que engajaram sobre a temática com maior profundidade.

Em outro momento de seus estudos, Rosa de Luxemburgo aponta que o capitalismo encontra-se cercado por formações pré-capitalistas e que “a mais-valia não pode ser realizada por venda nem a trabalhadores nem a capitalistas, mas apenas se for vendida a organizações ou estratos sociais cujo modo de produção não seja capitalista” (LUXEMBURGO, 2003, p.332, tradução do autor). Esse aspecto também é fortemente criticado por autores marxistas. Bukharin, por exemplo, alegou falta de compreensão nas distinções de objeto entre os três volumes do *Capital* (CALLINICOS, 2009). Contudo, apesar de suas falhas, a obra de Luxemburgo se destaca por sua brilhante apresentação da intrusão capitalista no resto do mundo. Harvey (2003), por exemplo, aponta que “poucos hoje aceitariam a teoria do subconsumo de Luxemburgo como a explicação das crises” (p.138, tradução do autor), mas concorda que o capitalismo sempre cria o seu “próprio outro” (p.141, tradução do autor).

Neste sentido é justo afirmar que, apesar de suas falhas analíticas, a grande contribuição de Luxemburgo para o debate consistiu em apontar que os mecanismos de acumulação primitiva por meio da força, da fraude e do poder Estatal não consistiam em eventos já superados pelo capitalismo, mas sim em parte integrante de seu desenvolvimento (BREWER, 2002).

Além disso, a produção capitalista, por sua própria natureza, não pode se restringir aos meios de produção produzidos pelos métodos capitalistas. Elementos baratos de capital constante são essenciais para o capitalista individual que se esforça para aumentar sua taxa de lucro [...] Desde o início, as formas e leis da produção capitalista visam compreender o globo inteiro como uma reserva de forças produtivas. O capital, impelido às forças produtivas apropriadas para fins de exploração, assola o mundo inteiro, adquire seus meios de produção de todos os cantos da terra, aproveitando-os, se necessário pela força, de todos os níveis da civilização e de todas as formas da sociedade (LUXEMBURGO, 2003, p.337, tradução do autor).

2.2 Teoria Clássica do Imperialismo – capital financeiro, portador de dividendos

Fora entre os anos 1900 e 1920 que o marxismo desenvolveu uma teoria específica a respeito do imperialismo, fundamentada por três autores: Rudolf

Hilferding, Nicolai Bukharin e Vladimir Ilych Lênin. Anthony Brewer (2002, p.88, tradução do autor), ressalta que, nesse aspecto, “não é fácil separar as contribuições desses três escritores”. E mesmo embora Rudolf Hilferding não tenha tecido seus argumentos de forma a desenhar um conceito preciso do imperialismo, *Finance Capital* (2006) serviu como base conceitual para os demais autores. Coube a Nicolai Bukharin, em sua obra *Imperialism and the World Economy* (1972), ressaltar os estudos de Hilferding e os transformar em uma teoria coerente de transformação da economia mundo. Porém, foi Lênin que concretizou o que hoje é chamado de a teoria clássica do imperialismo em sua obra *Imperialism – The Highest Stage of Capitalism* (1999).

Dentro da perspectiva marxista clássica, Lênin foi o último autor a teorizar sobre o imperialismo. Neste sentido, é possível compreender que suas obras configuram-se como síntese da produção acadêmica de seu tempo sobre o tema, buscando contextualizar obras de Bukharin e de Hilferding, juntamente com escritos do teórico liberal radical John Hobson¹², *Imperialism: a Study* (1902)(LEITE, 2010).

Dando início a uma discussão sobre a obra, Lênin apresenta as cinco manifestações aparentes dessa “nova fase do capitalismo”¹³:

(1) a concentração da produção e do capital evoluiu a um nível tão alto que criou monopólios que desempenham um papel decisivo na vida econômica; (2) a fusão de capital bancário com capital industrial e a criação com base nesse "capital financeiro" de uma oligarquia financeira; (3) a exportação de capital, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância excepcional; (4) a formação de associações capitalistas monopolistas internacionais que compartilham o mundo entre si; e (5) a divisão territorial do mundo inteiro entre as maiores potências capitalistas é concluída (LENIN, 1999, p.10, tradução do autor).

A tese defendida por Lênin representa a manifestação aparente de cada uma dessas características, que individualmente demonstram um grau diferenciado

¹² Faz-se necessário apontar que enquanto obra de Hobson era altamente racializadas, as teorias marxistas da época não apresentavam tais categorias raciais (CALLINICOS, 2009).

¹³ Nota-se a grande cautela de Lênin ao apresentar definições, alertando que não se deve “esquecer o caráter condicional e relativo de todas as definições em geral, que nunca podem abranger, em todos os seus aspectos, as múltiplas relações de um fenômeno no seu completo desenvolvimento” (LÊNIN, 1999, p.92, tradução do autor).

de mudança do capitalismo. Contudo, é somente quando observadas em sua totalidade que a essência emerge, revelando que, na verdade, o imperialismo consiste em “um estágio qualitativamente diferente no desenvolvimento do capitalismo” (LÊNIN, 1999, p.10, tradução do autor).

A transformação do capitalismo em imperialismo marca o início da transformação da livre competição para seu oposto, o monopólio; ou seja, a combinação em uma só empresa de diferentes ramos da indústria. A acumulação competitiva de capital resulta na concentração e centralização de capital na mão de poucos. Isso é resultante de um desenvolvimento que leva também a uma centralização de capital-dinheiro em indústrias e bancos, deixando estes de serem meros operadores e intermediários para assumir um papel de “monopólios onipotentes” e controladores da economia de toda uma sociedade (GARCIA, 2010; LÊNIN, 1999).

A relação entre banqueiros e industriais deixa de ser separada, tornando-se uma união pessoal, uma vez que “industriais só têm acesso a seu capital por meio dos bancos, e estes precisam colocar enorme capital em investimentos de retorno” (GARCIA, 2010, p.158).

Uma proporção cada vez maior de capital na indústria deixa de pertencer aos industriais que o empregam. Eles obtêm o uso somente através dos bancos que, em relação a eles, representam os proprietários do capital. Por outro lado, o banco é obrigado a afundar uma parcela crescente de seus fundos na indústria. Assim, em um grau cada vez maior, o banqueiro está sendo transformado em um capitalista industrial. **Esse capital bancário, isto é, capital em forma de dinheiro, que é realmente transformado em capital industrial, eu chamo de 'capital financeiro'.** O capital financeiro é capital controlado por bancos e empregado por industriais (HILFERDING, p.338-339 *apud* LENIN, 1999, p.56, grifos e tradução do autor).

O estágio final desse processo, segundo a Teoria Clássica do Marxismo é a “crescente integração do capital privado com o Estado-Nação; em outras palavras, o surgimento do capitalismo de Estado” (CALLINICOS, 2009, p.51, tradução do autor). Esta transformação é o que torna o imperialismo um fenômeno qualitativamente diferente do “velho capitalismo”. Enquanto, no capitalismo se

exporta bens, no imperialismo, exporta-se capital. “A exportação de capital, uma das bases econômicas mais essenciais do imperialismo, isola ainda mais completamente os rentistas da produção e estabelece o selo do parasitismo em todo o país que vive explorando o trabalho de vários países e colônias no exterior” (LÊNIN, 1999, p.101, tradução do autor).

A exportação de capitais é particularmente importante uma vez que:

A possibilidade de exportar capital é criada pelo fato de vários países atrasados já terem sido atraídos para a relação capitalista mundial; As principais ferrovias já foram ou estão sendo construídas lá, foram criadas as condições básicas para o desenvolvimento industrial, etc. A necessidade de exportar capital decorre do fato de que em alguns países o capitalismo se tornou “maduro demais” e (devido ao atraso (o estágio da agricultura e o estado empobrecido das massas), o capital não consegue encontrar um campo para investimentos “lucrativos” (LENIN, 1999, p.71, tradução do autor)

O excedente de capital em alguns países é exportado para Nações pré-capitalistas, sendo responsável pelo alargamento e aprofundamento do capitalismo pelo mundo. Caso as condições para o desenvolvimento capitalista não estejam ainda presentes, empréstimos são realizados para a construção dos mesmos (tais como ferrovias e infraestrutura) cujos dividendos aprofundam a divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, é correto afirmar que o imperialismo é o domínio do capital financeiro, e implica o domínio de rentistas ou de uma oligarquia financeira. Lênin compreende que *rentiers* são aqueles que vivem de uma renda, “parasitas” e não investidores. No mesmo sentido, um “Estado rentista” é um Estado credor perante a grande maioria de Estados devedores (GARCIA, 2010). Como afirma Callinicos (2009), passagens como essa apontam para indícios de teorizações mais recentes sobre o imperialismo, como a divisão entre o Norte e o Sul globais.

No entanto, a conceituação de Lênin não é, particularmente, seu diagnóstico do imperialismo como o estágio final e terminal do capitalismo. Uma das mais famosas oposições a essa tese advém do ultraimperialismo de Karl Kautzky. Para Kautzky, visando eliminar as contradições lançadas pela fase imperialista do capitalismo (tais como a corrida armamentista) as grandes Nações poderiam se

unificar em torno de uma “grande federação”, para assim “explorar as zonas agrárias mais atrasadas em benefício do desenvolvimento industrial doméstico, ao mesmo tempo em que eliminariam as rivalidades entre as potências, renunciando a corrida armamentista” (LEITE, 2010, p.509).

Contudo, é necessária a lembrança do momento histórico vivido por Lênin e por outros autores da Teoria Clássica do Imperialismo, um período marcado por guerras imperialistas e por corridas armamentistas por toda Europa. Ellen Wood (2009, p.162, tradução do autor), coloca que:

Apesar de todas as profundas divergências entre os teóricos marxistas clássicos do imperialismo, eles compartilhavam uma premissa fundamental: que o imperialismo tinha a ver com a localização do capitalismo em um mundo que não era – e provavelmente nunca seria – totalmente, ou mesmo predominantemente, capitalista.

Mais recentemente, o italiano Giovanni Arrighi também lançou suas críticas à leitura de Lênin em sua obra *The Geometry of Imperialism* (1978):

A primeira dificuldade que encontrei foi saber que significado exato atribuir à famosa definição de imperialismo de Lênin como "o estágio de monopólio do capitalismo" – um estágio que é ao mesmo tempo caracterizado como "o último" ou "o mais alto". Essa formulação pode de fato ser interpretada de duas maneiras bem distintas: como uma declaração de fato e como um postulado de identidade. No primeiro caso, "imperialismo" e "estágio de monopólio do capitalismo" se referem a diferentes conjuntos de fenômenos que a definição coloca em inter-relacionamento sem identificar um com o outro [...] essa leitura implica que a definição é submetida a algum tipo de verificação empírica. Se, em vez disso, é considerado um postulado de identidade, então "imperialismo" ou "estágio de monopólio do capitalismo" designam o mesmo conjunto de fenômenos e a definição escapa a todo controle empírico (p.10-11, tradução do autor).

2.3 Imperialismo e Dependência na América Latina – uma aproximação do pensamento de Ruy Mauro Marini

A ascensão dos Estados Unidos da América como superpotência mundial e a reorganização do mundo capitalista do fim da Segunda Guerra Mundial exigiram uma reestruturação da Teoria do Imperialismo. E é na Teoria da Dependência que tal pensamento encontra seu maior reflexo. Ainda que a Teoria

Clássica do Imperialismo pudesse ter descrito com precisão o mundo contemporâneo do século XIX até a queda da União Soviética, “ela falhou em prover uma teoria específica do capitalismo colonial e periférico” (VALENCIA, 2017, p.50, tradução do autor). Portanto,

[...] o conceito de **dependência** deve ser compreendido como um **complemento necessário** a teoria do imperialismo, pois, exclusivamente, **reconhece a natureza das formações socioeconômicas dependentes e subdesenvolvidas – como a América Latina e o Caribe –** subordinadas ao sistema imperialista capitalista hegemônico (VALENCIA, 2017, p.50, tradução e grifos do autor).

Nota-se que a Teoria da Dependência não nasceu como um pensamento marxista. Muitos de seus autores consagrados como Raul Prebisch, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto apresentavam preferência pelo uso de tipologias weberianas em suas produções. Foi na escalada do pensamento dependentista que se tornou cada vez mais necessário a incorporação do ferramentário marxista, culminando em um momento ao qual esta corrente “plantou sua bandeira firmemente no campo marxista” (MARINI, 1990, p. 53 *apud* VALENCIA, 2017, p. 22, tradução do autor).

Enquanto na ortodoxia marxista o caráter uniformizante do capitalismo acabaria por fazer com que “diferenças e antagonismos nacionais entre os povos desaparecessem cada vez mais” (MARX; ENGELS, 2018, p.39-40, tradução do autor), a Teoria Dependentista foi notória por esclarecer uma dimensão histórica e geográfica para as determinações capitalistas, buscando realizar uma reconstrução cronológica da inserção da América Latina no capitalismo mundial. Isso ocorreu por meio da divisão do mundo entre centro/periferia, partindo da compreensão de que existem diferenças qualitativas do capitalismo central para o periférico que se manifestam na dicotomia entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. Neste sentido, qualquer tentativa de teorização deve levar em consideração tais determinações espaciais específicas (BICHIR, 2018). Não obstante, “foi o capitalismo, tanto mundial quanto nacional, que produziu subdesenvolvimento no passado e que ainda gera subdesenvolvimento no presente” (FRANK, 1979, p.xi *apud* BREWER, 2002, p.161, tradução do autor).

Dentre os pensadores dependentistas, existe um grande destaque para a obra do brasileiro Ruy Mauro Marini. *A Dialética da Dependência* (1973) é vista até hoje como uma das grandes obras do marxismo mundial. Apesar de brasileiro, grande parte da obra de Marini fora escrita em espanhol. Isso se deve ao fato de que, como muitos pensadores marxistas de sua época, foi para o exílio político brutal da ditadura civil-militar brasileira, concretizada pelo Golpe de 1964 (VALENCIA, 2007).

2.3.1 Estado, Mercadoria, Burguesia Nacional em Marini

Marini apresenta muitas facetas e nuances, comportando análises que reformulam a Teoria do Valor para países periféricos, aprofundadas em estudos comparados sobre a economia política dos múltiplos Estados da América Latina. Enquanto nas economias centrais o consumo do trabalhador apresentava um papel central para a manutenção do circuito de capital, situando-se como uma das condições para que o fluxo da produção se resolva adequadamente no fluxo da circulação das mercadorias produzidas,

[...] na economia exportadora latino-americana, as coisas se dão de outra maneira. Como a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais valia. Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo (MARINI, 1973, p.17).

O primeiro apontamento a respeito da obra de Marini consiste em sua concepção quanto à natureza da integração da América Latina com o capitalismo mundial. Enquanto no capitalismo Europeu as transformações das forças produtivas (as transformações no processo de circulação de mercadorias que resultaram na formação de uma classe burguesa) ocorreram no interior de seus Estados-Nações, o capitalismo latino-americano fora transformado através de forças externas. Neste sentido, corresponde a um capitalismo que existe de forma mais intensa no exterior dos Estados Nacionais do que em seu interior, uma vez que “ele (capitalismo)

modifica e aperfeiçoa, primeiramente, suas relações com a economia internacional, para, em seguida, adequar suas relações internas àquelas” (BICHIR, 2018, p.512).

Assim, a leitura clássica da Teoria Marxista - no qual a atividade econômica estaria submetida à relação existente entre as taxas internas de mais-valia (esta que encontraria sua realização no mercado interno) e de investimento econômico - é contestada por Marini. Ainda que não seja uma concepção incorreta, os dependentistas argumentaram que ela não explora a fundo as implicações existentes das consequências da inserção violenta que os países periféricos sofreram (MARINI, 1972). “A industrialização latino-americana não cria, portanto, como nas exportações clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda anterior, e se estruturar nas funções do mercado de procedimentos procedentes dos países avançados” (MARINI, 1972, p.21).

A diferença é que Marini (2013) encontra sua origem na força motriz que impulsiona o movimento de circulação de mercadorias dentro dos Estados latino-americanos. Não é a demanda interna que movimenta a economia, mas sim, as pressões externas advindas das economias centrais. Portanto,

Nascida para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais, e centrada, portanto sobre o mercado mundial, a produção **latino-americana não depende da capacidade interna de consumo para sua realização** (MARINI, 1972, p.16, grifos do autor).

Como as forças produtivas consistem em manifestações aparentes do capitalismo, é apenas natural que o processo histórico de transição para o capitalismo reflita-se na organização societal das economias dependentes e altere tanto as dinâmicas da luta de classes latino-americana, quanto na estrutura de seus Estados Nacionais. O Estado dependente¹⁴ apresenta a mesma função de todos os Estados dentro do capitalismo: garantir a reprodução do capital e a dominação da classe burguesa (BICHIR, 2018). Portanto, para compreendê-las, é necessário

¹⁴ Trata-se de uma nomenclatura empregada por Bichir (2018) para descrever a concepção do Estado em Marini apesar do mesmo não cunhar formalmente esta categoria.

apontar os diferentes interesses da burguesia latino-americana, manifestadas no processo de circulação de mercadorias dentro desses Estados.

Dentro das concepções tradicionais de capitalismo, a extração e a realização da mais-valia ocorrem dentro das etapas do circuito do capital. Para olhar o momento de extração da mais-valia, deve-se observar o momento da produção, ou seja, a transformação de capital-dinheiro para capital-mercadoria, mais precisamente na desconexão entre o valor total da força de trabalho empregada com o valor salário. Já sua realização, ocorre no momento da troca, ou seja, na conversão de capital-mercadoria para capital-dinheiro (MARX, 2011). No entanto, como transformações nas forças produtivas de economias dependentes, provém de fora, seu circuito do capital também apresenta íntima conexão com o exterior:

A economia exportadora é, portanto, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e **cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada** a dependência em que se encontra frente à economia internacional (MARINI, 1972, p.18, grifos do autor).

Ainda que a extração da mais-valia ocorra em seu mercado interno, sua realização ocorre apenas no mercado externo mediante a atividade de exportação, “e se traduz em rendas que se aplicam, em sua maior parte, nas importações”. É neste sentido que a “diferença entre o valor das exportações e das importações, ou seja, o excedente passível de ser investido sofre, portanto, a ação direta de fatores externos à economia nacional” (MARINI, 2013, p.50).

Contudo, como apontado por Marini (2013), nem todo excedente é empregado em importações, uma vez que o pouco de excedente que resta, repousa nas mãos das classes dominantes locais, sendo aplicado no setor mais rentável de sua economia nacional, que é, precisamente, a atividade de exportação, responsável maior pela produção de excedente

Efetivamente, o desenvolvimento do principal setor de exportação tende, nos países dependentes, a ser assegurado pelo capital estrangeiro através de investimentos diretos, deixando às classes dominantes nacionais o controle de atividades secundárias de exportação ou a exploração do mercado interno (MARINI, 2013, p.50).

Portanto, é do interesse das burguesias nacionais a manutenção desse ciclo vicioso, que é refletido na organização dos Estados latino-americanos. Esta concepção permite que Bichir (2018) aponte três diferenças principais dos Estados Dependentes para com os Estados Nacionais europeus dentro da concepção de Marini:

1) quando o autor ressalta que o desajuste entre as relações de produção e as formas políticas, nos países latino- americanos, representava uma contradição apenas aparente, já que, na base do Estado, se encontravam interesses burgueses perfeita constituído por áreas nas quais imperavam relações de tipo capitalista; 2) quando afirma que o Estado capitalista, na América Latina, começou a se constituir em 1840; 3) quando caracteriza o Estado oligárquico-burguês como um Estado capitalista, forma política correspondente à economia exportadora (BICHIR, 2018).

O pensamento de Marini introduz as maneiras nas quais as lógicas moleculares do capital se manifestam dentro de uma economia latino-americana. Contudo, torna-se claro que o pensamento do autor apresenta lacunas quanto a sua leitura sobre o Estado latino dentro de um sistema interestatal. É visando suprir tais carências que serão apresentados processos que interagem quando inseridos em uma lógica de dominação imperialista.

2.4 Acumulação por Espoliação – o “novo” imperialismo segundo David Harvey

Geógrafo de formação, o trabalho do britânico David Harvey sempre apresentou uma grande preocupação quanto ao papel do **espaço** nas relações do capitalismo, particularmente no que tange as cidades urbanas. Este é um cuidado que permeia diversas obras, como *Modern Cities* (2012), *Spaces of Capital* (2001), *Justice, Nature and the Geography of Difference* (1997).

Da mesma maneira que Marx faz uso do tempo para compreender as resoluções das contradições do capitalismo, Harvey busca compreender as maneiras nas quais o espaço é utilizado para a extensão da longevidade do capitalismo. O convite que o autor nos faz é de, sobretudo, pensar o tempo e o espaço dialeticamente, questionando o papel das transformações espaciais e como elas são empregadas na resolução de crises. Esta concepção, naturalmente, se manifesta dentro de suas formulações sobre o imperialismo, destacando-se por sua originalidade dentro da produção marxiana.

Desenvolvendo sua obra *The New Imperialism* (2003) na esteira teórica de Vladimir Lênin, o autor defende a tese de que o imperialismo nunca acabou, mas fora apenas reformulado. “O novo imperialismo, portanto, na perspectiva de Harvey (2003), trata-se do imperialismo em um tempo e lugar diferentes” (LEITE, 2013, p.520).

Talvez sua contribuição mais importante sobre o entendimento do imperialismo encontre-se na releitura da Teoria Marxista da Acumulação. Partindo das contribuições de Rosa de Luxemburgo, Harvey (2003) caracteriza o capitalismo como um sistema frágil, repleto de contradições. Estes antagonismos conferem uma característica particular ao modo produtivo capitalista, tornando-o, fundamentalmente, dependente de uma expansão permanente para um “exterior”. Essa expansão fornece novos mercados para onde o capital excedente pode escoar, assim como novos campos industriais os quais as relações de propriedade privada capitalista são reproduzidas e a mais valia de novos trabalhadores extraída.

Ainda que esse movimento “para fora” alivie as tensões inerentes do sistema capitalista, ela é fundamentalmente falha em duas maneiras: não elimina as contradições, apenas as exporta, uma vez que as condições originárias ao surgimento desses tensionamentos continuam presentes. O segundo problema, já identificado por Luxemburgo, seria que, mediante um mundo com um mercado mundial perfeitamente realizado, não existirá um “exterior” para onde o capital possa expandir. Harvey (2007) realiza uma releitura da autora alemã, argumentando que

a única resolução possível seria encontrada através de transformações internas visando a manutenção do processo de acumulação do capital.

Esta releitura traz o entendimento que a tomada violenta de recursos e trabalho, caracterizada por Marx como “acumulação primitiva do capital”, não deveria ser entendida apenas como um fenômeno originário do processo de acumulação. O capitalismo apresenta uma dupla necessidade de tal movimento, tanto em seu momento originário, quanto na subsistência e na reprodução ampliada da totalidade que é o capitalismo. É nesse sentido que Harvey (2003), propõe a substituição dessa categoria por “acumulação por espoliação”¹⁵, ampliando seu escopo para compreender as práticas ocorrentes em períodos de crises de super-acumulação (SCOTELARO; RAMOS; TEIXEIRA, 2018).

Seguindo a esteira teórica desenvolvida por Vladimir Lênin, Harvey (2003) encontra um rastro que elucida a atuação geográfica dos Estados nacionais dentro do capitalismo: a resolução de suas contradições internas por meio de exportação de capital financeiro. A própria violência desse processo serve como denúncia sobre a importância da conquista e do domínio do Estado para garantir a manutenção da aliança das classes nacionais (SCOTELARO; RAMOS; TEIXEIRA, 2018).

A literatura tradicional sobre imperialismo e império parte da premissa que ambas as lógicas se misturam harmoniosamente, um pressuposto que, como aponta Giovanni Arrighi (2009), deve ser criticado. O italiano argumenta que as lógicas que regem os Estados e o capital nem sempre agem em consonância. Na verdade, elas frequentemente encontram-se em direta contradição, ou seja, são dialéticas. Assim, Harvey (2003) divide as distintas racionalidades em duas categorias: a lógica territorial e a lógica capitalista, cuja distinção comporta desde sua forma, até seus agentes.

¹⁵ Alguns autores, notavelmente, aqueles que optaram por seguir pela tradução realizada pela Editora Boitempo, traduzem o termo como “acumulação por despossessão”. No caso da presente dissertação ambos os termos serão empregados como intercambiáveis.

A lógica do **poder territorial** pode ser compreendida como o comando de um Estado sobre um território e seus recursos, sejam eles naturais, ou humanos. Trata-se da política de Estado e de império, cujo ímpeto balizante é a busca pela vantagem, ou a manutenção, em sua posição relativa aos demais atores internacionais. Sua espacialidade é fixa, limitada por fronteiras geográficas e encontra como protagonistas a miríade de personagens que compõem seus agentes políticos, comportando os diplomatas, o aparato militar, ou os estadistas de uma Nação. Relativo à sua temporalidade, como Estados são entes duradouros, esta lógica apresentada deve ser pensada em longo prazo, ainda que ciclos eleitorais afetem a tomada de decisão em regimes democráticos (HARVEY, 2003).

Já a lógica **capitalista** compreende as dinâmicas que regem os fluxos moleculares do capital, regidos por sua reprodução ampliada e possuindo como ímpeto sua acumulação. Seus agentes, o capitalista e a empresa, quando detentores de capital-dinheiro (D), vão buscar inseri-lo em quaisquer oportunidades de oportunidades rentáveis. Quanto à sua territorialidade e temporalidade, o capitalista é por natureza um agente mercurial, sua existência opera em um espaço-tempo contínuo. Empresas podem migrar, desaparecer, ser absorvidas por outras, sem a rigidez de fronteiras fixas¹⁶.

É na síntese, entre essas diferentes lógicas, que o imperialismo capitalista toma sua forma privilegiando a lógica capitalista. Tal afirmação ainda levanta um questionamento, como a lógica territorial, marcada por sua rigidez, responde às dinâmicas fluidas e ágeis típicas da acumulação de capital? Para responder a esse questionamento é necessário, antes, compreender as maneiras nas quais os processos moleculares de acumulação de capital operam no tempo e no espaço, assim como os pontos onde as diferentes lógicas se interseccionam.

¹⁶ Para uma leitura metodológica de como identificar as diferentes lógicas em ação, ver **Quadro 1**.

2.4.1 Produção do Espaço no Capitalismo

O capitalismo histórico apresenta diversas características marcantes, dentre elas, poucas são tão centrais e negligenciadas pelos ciclos acadêmicos quanto a “produção de espaço”. Trata-se de um processo que não apenas fora importante para a sobrevivência do capitalismo em condições críticas, mas que fora a condição fundamental para sua cristalização como um sistema histórico global. Dentre os (raros) autores que trabalham com tal concepção, Arrighi (2009) aponta que a teoria de David Harvey destaca-se por sua potencialidade explicativa sobre os motivos no qual a produção de espaço configura-se como um ingrediente tão essencial para a reprodução expandida do capitalismo.

Antes de apresentar os argumentos de Harvey, faz-se necessário uma (breve) retrospectiva quanto a natureza da dialética como uma metodologia analítica, tal como apresentada por Ollman (2003). A grande potencialidade do pensamento dialético é a compreensão da totalidade. Deve-se, portanto, retirar a lente de análise dos atores e das situações individuais, compreendendo-os como apenas a manifestação das relações internas, ou seja, como processos dentro do capitalismo. É somente com tal entendimento que um pesquisador pode buscar as variadas contradições e sínteses que permeiam o tecido do social.

Premissa que vale para a espacialidade. O capitalismo não se desenvolveu em espaços iguais, dotados com os mesmos recursos materiais e contendo a mesma demanda de trabalho e deslocamento em todos os sentidos. Portanto, Harvey (2007) busca trazer as variadas alterações geográficas à luz da Teoria Marxista, as compreendendo como processos decorrentes da expansão ampliada do capital, ou seja, elucidar o papel do espaço como parte dessa totalidade.

O primeiro entendimento a ser trazido é que Harvey (2007) rejeita tanto concepções deterministas sobre o espaço, quanto compreensões que submetam a organização geográfica como um mero reflexo dos processos de acumulação e reprodução de classe. O convite que o autor nos faz é de propor um meio termo,

pensar o espaço – juntamente com o tempo – dialeticamente, sendo um atributo material da atividade humana e socialmente produzido. Para explicar sua relação, observa-se os passos delineados por Ollman (2003), ao qual parte-se de uma abstração e vai se adicionando complexidade às relações internas, à medida que a totalidade vai se revelando. Assim, inicia-se apontando a função mais simples do espaço para Harvey: o deslocamento.

Considera-se integração espacial – a união da produção de mercadorias em diferentes locais por meio da troca – base para a realização do valor como forma social de trabalho abstrato. Existem duas necessidades básicas para o funcionamento do capitalismo: a primeira é a existência de um equivalente universal de troca, dinheiro; a segunda, no entanto configura-se como a simples troca de *commodities*. É com base nesse argumento que Harvey (2003) argumenta que quaisquer discussões relativas ao capitalismo, devem abordar a temática do “deslocamento”.

Para que uma troca de bens ou de serviços (incluso trabalho) ocorra, é necessário que elas percorram um trajeto físico, em que a “distância” age como um atrito limitante. A própria terra registra os efeitos desse atrito, frequentemente fazendo com que as atividades se agrupem no espaço de maneira a minimizar essas fricções. Portanto, as barreiras físicas sobre os movimentos tanto de *commodities*, quanto de dinheiro, devem ser reduzidas a um mínimo (HARVEY, 2003; 2006).

Nesse aspecto, encontramos o primeiro papel do espaço dentro da produção capitalista, uma vez que é através das interações presentes nas múltiplas formas de mobilidade geográficas – inseridas no contexto da acumulação de capital – que se constrói as inúmeras configurações espaciais regentes do social. É partindo desses processos de troca interativa no espaço¹⁷ que surgem as divisões

¹⁷ O capítulo 11 *The Theory of Rent* de *The Limits of Capital* (2007) fornece o fundamento teórico na qual Harvey elabora tais concepções. Pautando-se nos escritos de Marx sobre o valor da terra, o geógrafo demonstra as maneiras nas quais o espaço configura-se como um valor material de todos os valores de uso.

territoriais e espaciais do trabalho, cristalizando-se no nascimento da distribuição das forças produtivas, e subsequentemente, as distintas diferenciações nas relações sociais e institucionais. Portanto, a produção das configurações espaciais devem ser compreendidas como um “momento ativo” dentro da dinâmica temporal de acumulação e reprodução social. Traz-se como exemplo uma das formas mais óbvias da decorrência deste processo, a distinção entre cidade e país (HARVEY, 2006).

Para título de exemplo, utiliza-se a construção de uma fábrica, como nível de abstração inicial. Considerando o alto custo de investimento necessário em sua obra, pode-se afirmar que uma fábrica que não produz, não oferece retorno. Logo, seu uso é a condição *sine qua non* para a realização do valor de suas instalações. Contudo, apenas a construção de uma estrutura não é o suficiente para iniciar uma produção, necessitando de múltiplos outros fatores para sua operação, sejam elas: estradas para o transporte de *commodities* e de trabalho, uma rede elétrica capaz de suportar a atividade industrial, dentre outras.

Estas instalações servem como uma âncora para as transformações geográficas e na realocação das atividades capitalistas, coibindo o dinamismo, típico da competição capitalista. Harvey (2003, p.100, tradução do autor) coloca que, “apesar do capital fixo investido na terra facilitar a mobilidade espacial para outras formas de capital e trabalho, ele demanda que as interações espaciais sigam [...] os padrões geográficos do investimento”. Também são enfatizadas as conexões entre monopolização e capitalismo, o que aproxima o autor com os escritos de Lênin (1999), fornecendo traços quanto ao seu entendimento sobre o imperialismo. Para melhor elucidar tal aspecto, recorre-se por hora, a outros autores

A metáfora do edifício de Braudel¹⁸ é particularmente relevante aqui, uma vez que o capitalismo não é um local regido pela competição, mas sim por sua

¹⁸ Braudel (1992) sobre a verdadeira forma do capitalismo ser a zona de monopólios, da dominação e do poder. Para ilustrar este ponto, o autor realiza uma analogia, comparando o capitalismo com uma edificação de três andares: No primeiro andar, na camada inferior, encontra-se aquilo que o autor categoriza como “vida material” – trata-se de uma camada da não-economia que nunca pode ser influenciada pelo capitalismo. Por sua vez, o andar intermediário corresponderia à economia de

antítese: o monopólio. O dinamismo oriundo da competição e da curta duração dos processos moleculares do capital fazem do capitalista um ator que preza pela segurança e estabilidade por natureza. Portanto, não é de se admirar que o mesmo encontre maneiras de construir um monopólio sobre uma parcela do mercado, para continuar com a reprodução expandida de seu capital. Pensando no social como uma totalidade regida por uma mesma razão, torna-se lógico o pressuposto de que esses atores empregam estratégias espaciais, visando inibir o dinamismo geográfico (ARRIGHI, 2009; HARVEY, 2001; 2003).

Para entender como tal processo se manifesta, é necessário entrelaçar dois aspectos: a “tendência ao monopólio” e a “importância do deslocamento no capitalismo”. Como previamente apontado, o movimento sobre o espaço de *commodities*, de dinheiro e de outros fatores essenciais para a atividade produtiva só é possível quando existem estruturas físicas no espaço que a permitam, sejam elas estradas, portos, aeroportos, entre outras. Este fator, em consonância com a competição, faz com que os capitalistas busquem vantagens competitivas em uma determinada estrutura espacial. Demonstra uma tendência atrativa para regiões com maior taxa de lucro, ou com menores custos, característica que é facilitada pela fluidez do capital. Portanto, o capital excedente de uma região pode ser empregado em outra cujas oportunidades lucrativas não tenham sido ainda exauridas (HARVEY, 2001; 2003).

Como apontado por Lênin (1999), essas assimetrias são cruciais para entender que a lógica imperialista é oriunda da competição monopolista. Onde outrora barreiras tarifárias e a distância resultava em diversos monopólios nacionais, essas proteções passaram a ser cada vez menos relevante com a concretização do mercado mundial. Capitalistas deslocaram-se para os bancos

mercado; trata-se de um local de realidades transparentes e comunicações horizontais entre seus atores. Esta zona é uma de pequenos lucros, uma vez que é regida pelas regras da oferta e da demanda. É no último andar que se encontra o capitalismo, correspondendo a uma zona opaca, onde certos grupos encontram-se engajados com circuitos desconhecidos pelas pessoas normais. É aqui que se encontram os grandes predadores, regidos pela lei da selva. Para Braudel (1992), o capitalismo é uma zona de antimercado (*contre-mercé*), povoada pelos frutos das relações hierárquicas de poder: os monopólios (ARRIGHI, 2009; WALLERSTEIN, 1991).

nacionais, objetivando a proteção de seus monopólios. É partindo deste entendimento que Harvey (2003) realiza uma releitura do bolchevique, adicionando outra característica ao imperialismo: a centralização das capacidades de deslocamento sobre o espaço.

O entendimento de que o “movimento fluido *sobre* o espaço só pode ser atingido por meio da fixação de certas infraestruturas físicas no espaço” (HARVEY, 2003, p.99, tradução do autor) é crucial para o entendimento sobre o imperialismo, uma vez que aqui encontramos um ponto de intersecção entre as lógicas capitalistas e territoriais. O cerne desse argumento pauta-se na compreensão de que, além de facilitarem a mobilidade espacial do capital, estruturas como rodovias, estradas, portos, sistemas de esgoto, redes elétricas, entre outras, necessitam de uma grande quantidade de capital para sua construção.

Como o objetivo desse capital imbuído na terra é a facilitação do deslocamento espacial de outras formas de capital e de trabalho, ele demanda que interações espaciais sigam a fixação geográfica dos investimentos para realizar seu próprio valor, agindo como um pólo que atrai mais capital em seu entorno imediato. A estruturação de uma região apresenta uma característica dual: ao tempo que, um maior grau de capital fixo regional - aumenta sua atratividade para investimentos externos - a ameaça da desvalorização dos ativos resulta em uma maior dependência do mesmo (HARVEY, 2006).

Norteados pela busca capitalista por sua reprodução expandida, essas transformações geográficas objetivam facilitar atividades em um determinado ponto no tempo. Contudo, assim como todas as outras facetas do capitalismo, seu panorama geográfico manifesta-se em uma tela protagonizada por contradições que necessitam de resolução para que o processo infinito de acumulação de capital continue. Essas tensões encontram resultados através da destruição e da reconstrução da paisagem capitalista (SCOTELARO; RAMOS; TEIXEIRA, 2018).

Apesar das inúmeras revoluções passivas – causadas pelos processos moleculares da acumulação do capital – alterarem a padronização geográfica

capitalista, eles não podem ser entendidos como os únicos responsáveis por todos os fenômenos presentes dentro das dinâmicas espaciais. Por muitas vezes, suas tensões e contradições podem produzir configurações no espaço relativamente estáveis, denominadas de “**regiões**”: economias regionais que apresentam certo grau de coerência estruturada em sua produção, distribuição, troca e consumo (HARVEY, 2003).

Compreendendo que o poder político configura-se como a entidade mais capacitada para coordenar a manutenção das assimetrias das trocas mais vantajosas para os interesses capitalistas, fica clara a necessidade de um aparelho estatal para facilitar tais transformações. Objetivando a resolução de problemas de crises de sobre-acumulação, o aparelho Estatal emprega estratégias de acumulação por espoliação, tais como a reproletarização de setores previamente ganhadores, até a reconquista de novos espaços, com o objetivo de revalorizar ativos previamente desvalorizados (SCOTELARO; RAMOS; TEIXEIRA, 2018). “A implicação destas lógicas dialeticamente conectadas é a contínua apropriação, transformação e domínio de espaços capitalistas pela acumulação por despossessão enquanto uma prática recorrente do capitalismo” (SCOTELARO; RAMOS; TEIXEIRA, 2018, p.167).

Deve-se apontar que o Estado não é um agente passivo, submisso aos interesses capitalistas, quando deparado com estes processos. Como previamente apontado, um ambiente favorável para investimentos tende a atrair o fluxo de capital. Portanto, é apenas lógico que Estados façam uso de seus poderes para a criação destes espaços com o objetivo de influenciar tais processos em seu favor. Este movimento implica o uso dos poderes de monopólios inerentes nesse mesmo espaço para tentar oferecer privilégios monopolistas para quaisquer entes que consigam tirar proveito dos mesmos, seja através de construção de infraestrutura, pela imposição de leis de planejamento, ou pelo emprego de seus aparatos administrativos (HARVEY, 2003).

Apesar de apontarem as contradições e instabilidades típicas do modo de produção capitalistas, as descrições das dinâmicas espaço-temporais realizadas

até agora não retratam precisamente as tendências do capitalismo ao fenômeno conhecido como “crise de sobreacumulação”.

Crises de sobreacumulação configuram-se como episódios recorrentes dentro do capitalismo, sendo consequências naturais de sua tendência a queda da taxa de lucro. Relativa a Teoria Marxista, estes eventos são amplamente estudados, uma vez que compreendem acontecimentos onde as contradições do modo de produção capitalista encontram-se expostas e tensionadas aos seus limites. Ademais, crises de acumulação correspondem a ocorrências onde o capitalismo demonstra sua potencialidade transformativa (HARVEY, 2006).

Esses eventos são marcados pela **quebra da unidade entre a produção e a realização da mais-valia**, materializando-se na forma de **excedentes de trabalho** e de **capital**. Uma união que, uma vez rompida, só poderia ser restaurada através de uma crise de desvalorização, resultando no retorno das condições favoráveis à acumulação. No entanto, os perigos resultantes desse regresso forçado são demasiadamente grandes, envolvendo inquietações e agitações por parte de trabalhadores membros da sociedade civil afetados por tais medidas (HARVEY, 2006).

Essa tensão resultante da dialética entre desvalorização e o rompimento do tecido social encontra sua resolução através da abertura da região e da exportação de capital, *commodities* e trabalho excedentes para um “exterior”. Contudo, essa flexibilização de suas fronteiras regionais para o fluxo de capital e de trabalho não resolve, permanentemente, a problemática da acumulação. Já que resulta na alteração de suas relações produtivas para um reflexo da totalidade dos modos laborais existentes no mercado mundial.

Essa abertura tornam permeáveis aquelas barreiras que outrora delimitavam “interior” e “exterior”, elevando a competição inter-regional para a condição de *ethos*. Como consequência, ocorre um aumento da sensibilidade local para a perda de suas vantagens competitivas por parte de outras regiões que

sofreram desvalorizações que resultaram em revoluções transformativas ainda mais intensas.

Esses eventos, segundo Harvey (2003), são marcados pelo surgimento de excedentes de trabalho – identificados através do crescimento da taxa de desemprego, assim como de capital – manifestando-se de três formas: como um acúmulo de produção no mercado que não pode ser dispersa sem sua desvalorização; na forma de capacidade produtiva parada; e/ou como capital na forma de dinheiro sem canais lucrativos e produtivos para a sua aplicação. A exposição de tais contradições obriga a sociedade a buscar maneiras nas quais canalizar tais excedentes. Segundo o autor, existem três maneiras nas quais isso ocorre:

- 1) **deslocamentos temporais:** através de investimentos a longo prazo, ou através de gastos sociais (tais como pesquisa e educação). Esta resolução visa o adiamento da reentrada de valores de capitais em circulação no futuro.
- 2) **deslocamentos espaciais:** por meio da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novos recursos sociais e laborais em outros lugares.
- 3) Por meio de alguma combinação de A e B, ou seja, por deslocamentos tanto no espaço, quanto no tempo, criando os chamados **arranjos espaço-temporais**.

Arrighi (2009) é pertinente ao apontar que a transcrição de tais lógicas para o cenário internacional, altera seu comportamento. Isso decorre da íntima conexão existente entre a acumulação de capital e poder. No cenário de competições interestatais, a desvalorização de seus ativos é correlacionada com a diminuição de seu poder e, no caso de potências hegemônicas, pode levar ao fim de sua posição distinta no cenário internacional.

De forma que, afirmar que lógicas territoriais e capitalistas são antagônicas não significa dizer que elas são opostas. O pensamento dialético propõe que, para o entendimento de ambas, sejam observados apenas processos dentro de uma totalidade. Portanto, é natural que existam pontos de interseccionalidade entre essas distintas racionalidades, notavelmente quando se traz à *lume* uma traço essencial ao capitalismo histórico: **a produção do espaço** (ARRIGHI, 2009; HARVEY, 2003). A produção do espaço é entendida através da integração de aspectos embutidos na acumulação do capital, relacionando as dimensões financeira (temporal) e geográfica (espacial). Por meio de certo **arranjo espaço-temporal**, os circuitos do capital são conectados através de uma ampla conformação social (JESSOP, 2008).

Infelizmente, a tradução para língua portuguesa oculta o jogo de palavras realizado por Harvey em seu idioma materno. A palavra “*fix*” possui uma miríade de traduções possíveis, podendo ser entendida como “arranjo” – significando “consertar algo” – ou como “fixar”, ou tornar fixo. Este duplo sentido é intencional por parte do autor, que compreende estes arranjos como as manifestações da produção do espaço por parte das lógicas capitalistas e imperialistas:

[...] uma certa parcela do capital total **é literalmente fixada dentro e terras de alguma forma física por um período relativamente longo (dependendo de sua vida econômica e física)**. Algumas **despesas sociais** (como educação pública ou sistema de saúde) também se tornam territorializadas e tornam-se *geograficamente imóveis* por meio de compromissos estatais. O “arranjo” espaço-temporal, por outro lado, é uma metáfora para um tipo particular de solução para **crises capitalistas através do adiamento temporal e da expansão geográfica** (HARVEY, 2003, p.115, tradução e grifos do autor).

É através do fixamento geográfico que o capitalismo encontra suas soluções para a crise. De forma que o momento de alterações na estrutura pública, corresponde à janela perfeita para a compreensão do comportamento dos ciclos do capital. É nesse sentido que, a fim de evitar crises de desvalorização de seus ativos e garantir a manutenção de seu poder, determinados países exportam capital financeiro. As práticas imperiais, coloniais e comerciais resultantes dessas ações

são a consequência da incapacidade das “Nações maduras” de solucionar suas contradições internas entre desigualdade social e superacumulação. Até que um limite seja alcançado, esse movimento em direção ao exterior parece uma solução concreta para as dinâmicas do capital, uma vez que resulta na abertura de demandas para bens de investimento e consumo (LÊNIN, 1999; HARVEY, 2003; 2006).

Uma vez introduzido o marco teórico que será empregado no presente estudo, damos sequência ao próximo capítulo, que investigará lógicas territoriais orientadoras à formação do espaço compreendido como Estados Unidos da América.

3 IMPÉRIO PELA LIBERDADE: REPRESENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE UM POVO

Westward the course of empire takes its way;

The first four acts already past,

A fifth shall close the drama with the day;

Time's noblest offspring is the last.

George Berkeley 1728

Assim, adentramos na próxima etapa do presente estudo que objetiva investigar os princípios norteadores das lógicas territoriais dos Estados Unidos da América sobre o continente americano. Iniciamos nossa inquisição com uma afirmação de Hardt e Negri (2003) sobre o imperialismo estadunidense “talvez a raiz dessas práticas imperialistas deva ser rastreada até as próprias origens do país, a escravidão negra e as guerras genocidas contra os nativos americanos” (HARDT; NEGRI, 2003, p. 177, tradução do autor). De forma semelhante, Slater (2008) encontra na formação territorial da nação as bases materiais nas quais viriam a ser construídas as racionalidades particulares do imperialismo estadunidense que se manifestam em sua política externa.

Tais entendimentos delineiam um caminho delineado a ser traçado para a presente etapa dessa investigação, segundo ambos autores as racionalidades que norteiam a geopolítica estadunidense manifestam-se por meio de uma interlocução entre sua política externa e a identidade nacional. Neste sentido, torna-se necessário expor os principais eventos relativos à formação geopolítica dos Estados Unidos da América, bem com a sua construção identitária. Retomando-se o marco teórico da presente dissertação, deve-se prestar particular atenção para a consolidação do modo de produção capitalista na Nação

Assim, para iniciar nossa discussão, buscamos apresentar as maneiras nas quais as representações simbólicas do recém formado Estados Unidos da América.

Novamente recorremos a Hardt e Negri (2003) que encontram as 85 redações do *Federalist Papers*¹⁹ um ponto de partida ideal, uma vez que refletem o projeto de nação de alguns “pais fundadores” dos EUA. Em particular, o primeiro texto escrito por Alexander Hamilton, sob a alcunha de *Publius*, já identifica o recém formado Estado como um “império, que, de diversas maneiras, é o mais interessante no mundo” (HAMILTON, 2008).

De forma consonante, George Berkeley – quase cinquenta anos antes da independência dos EUA – famosamente escreveu “a oeste o curso do império toma seu rumo” em um poema que celebrava a colonização como a próxima etapa do progresso intelectual da humanidade. Em 1862, Emanuel Gottlieb Leutze transformou o verso no título de sua pintura para o Capitólio em Washington (como visto na Figura 2)²⁰, a imagem que a obra ilustra é uma que hoje pode ser descrita como representativa do imaginário popular sobre a expansão estadunidense: pioneiros másculos mapeando a ecologia virginalmente gendrada, um homem negro que, apesar de recém liberto de suas correntes, ainda segue o caminho traçado pelo homem branco (PARISOT, 2019).

¹⁹ Os *Federalist Papers* foram são uma coleção de 85 artigos defendendo o desenho institucional dos EUA. Apesar de terem sido publicados anonimamente em 1785, hoje sabe-se que foram escritos por John Jay, James Madison e Alexander Hamilton

²⁰ Capital Federal



Figura 2 - *Westward the course of empire takes its way*

Fonte: LEUTZE (1862), imagem retirada de *Architect of Capitol*²¹

Assim, torna-se possível averiguar que desde sua origem como Nação, na Revolução Americana em 1776, os Estados Unidos da América nunca esconderam suas ambições imperiais. Como visto no poema de Berkeley, o imaginário de um império era historicamente abraçado pela cultura estadunidense antes do país existir formalmente (PARISOT, 2019).

O Estado-Nação embrionário do período pós-independência seria diferente de todos os outros que haviam existido até então. Dessemelhante dos Estados europeus, o novo Governo encontrava-se livres das amarras aristocráticas remanescentes do Feudalismo. Emerge, assim, um novo regime político, intrinsecamente burguês, que carregava em seu âmago os interesses das classes corporativas e industriais. Internamente, o poder político dessa nova Nação teria uma dupla direção: ao mesmo tempo, haveria uma forte devoção ao individualismo

²¹ ARCHITECT OF THE CAPITOL. Disponível em: <<https://www.aoc.gov/art/other-paintings-and-murals/westward-course-empire-takes-its-way>>. Acesso em: 15/08/2019

e fortemente contrário a qualquer ameaça aos (inalienáveis) direitos da propriedade privada e a taxa de lucro (HARVEY, 2003).

Antes de prosseguir com nossa discussão, faz-se necessário apontar que nenhum Estado é estável *a priori*, a construção de uma identidade nacional - ou como Campbell (1992) coloca, uma *comunidade política*- é um processo que perpassa por diversas tensões (contradições) que jamais são plenamente resolvidas. Trata-se de um problema que é particularmente forte nos Estados Unidos da América, acentuada por dois fatores: o individualismo e a competitividade de seus nacionais; bem como sua composição multiétnica (que impossibilitava a criação de um nacionalismo étnico aos moldes europeus)²²,. Aqui encontramos as bases das contradições que marcaram toda a história do país (CAMPBELL, 1992; HARVEY, 2003; RENEHAN JR., 2011).

Esta fragilidade ocupava um local de destaque dentro das preocupações dos governos durante o período pós-independência, podendo ser classificada como um risco a União. Segundo Renehan Jr. (2011), o terceiro presidente dos EUA, Thomas Jefferson, era particularmente preocupado que a Inglaterra fizesse uso da fragmentação da Nação estrategicamente para reconquistar sua antiga colônia. Neste sentido, a criação de uma identidade nacional correspondia a um interesse geopolítico que viria a ser traduzido na forma de diretriz de política externa jeffersoniana²³ marcada por duas características: o reforço no isolacionismo americano, ao firmar um compromisso avisando que buscaria a paz, comércio e amizade com todas as Nações do mundo, mas apontando que não firmaria alianças

²² Afirmar que um nacionalismo étnico não seria possível não é o mesmo que afirmar que os EUA são uma nação isenta de racismo. A cesura biológica típica do nacionalismo étnico, principalmente nos moldes europeus, tem sua origem no *locus* geográfico não sendo realizada necessariamente através da cor da pele. Os Estados Unidos, como uma nação que fora colonizada e fez uso de mão de obra escrava encontra na pele o axioma determinante de raça. Para uma leitura mais aprofundada sobre o nacionalismo étnico ler Foucault (2018) e para a raça ler Mignolo (2000).

²³ Motivado por um profundo desgosto pelas políticas das grandes potências europeias, o presidente governava com a promessa de um novo modelo diplomático baseado em um isolamento político para evitar conflitos e a decadência que os acompanhava.

duradouras com nenhuma; e o uso da superioridade moral como retórica para justificar suas ações (HERRING, 2008).

Esta política externa vinha acompanhada de um caráter moral expresso no desenho de seu projeto de transformar os EUA em um “Império pela liberdade”, um berço de onde originária a liberdade no continente americano. Autores como Slater (2004) e Herring (2008), apontam que o projeto de Jefferson era um claramente expansionista e que serviu como base originária da política estadunidense para o mundo. Neste sentido, lidar com as contradições internas dos EUA significava a sua externalização, por meio de uma expansão imperialista.

3.1 Um Hemisfério Dividido: Doutrina Monroe e a proclamação imperial

Antes de seguir para a próxima em nossa discussão, faz-se necessário uma breve introdução sobre o contexto internacional da época, o período após o fim das guerras Napoleônicas. A mudança na balança de poder sinalizava o começo de grandes transformações sistêmicas, uma “era das revoluções” em que as antigas colônias levantaram armas buscando sua independência²⁴ e nascia no cenário internacional um novo *hegemon*: a Grã-Bretanha (ARRIGHI, 2007; 2010; HOBBSBAWM, 1996; RENEHAN JR., 2007).

Como todo período de transição sistêmica, a incerteza norteava as ações das potências europeias. Temerosos de uma nova Revolução Francesa, ou de uma catástrofe ainda maior, sob a forma de um movimento jacobino europeu, unificou as grandes potências europeias sob a alcunha de “a Santa Aliança” – objetivando a manutenção da paz, da ordem e do *status quo*. Contudo, ficou claro que apesar dos esforços das monarquias europeias, seus governos seriam incapazes de conter o rumo da história e tanto a Europa quanto as Américas viriam a se tornar o palco de

²⁴ O historiador britânico Eric Hobsbawm (1996) alerta quando a necessidade de apontar que estes movimentos revolucionários ficaram limitados às Américas. Tanto a Ásia, quanto a África teriam suas revoltas mais tarde na chamada 2ª onda de descolonização (entre 1945-1980).

diversas revoluções durante a primeira metade século XIX²⁵ (GILDERHUS, 2006; HOBSBAWM, 1996).

Na Europa, as revoluções ficaram concentradas no mediterrâneo, ocorrendo na Espanha (1820), em Nápoles (1820) e na Grécia (1821). Como resposta a esses movimentos, ocorreu o “Congresso de Troppau”, onde os membros do Concerto da Europa concordaram em suprimir revoltas onde quer que elas surgissem. Através de uma articulação em conjunto de suas forças, as potências europeias foram exitosas em sua intervenção, conseguindo acabar com a maioria das rebeliões do continente²⁶ (GILDERHUS, 2006; HOBSBAWM, 1996).

As consequências da revolução espanhola são de particular interesse para o presente estudo. Durante o século XVI o poder do Império Espanhol excedia em muito o das outras Nações, devendo-se, em parte, aos seus territórios ultramarinos – sob a forma de colônias nas Américas. Contudo, a sua subordinação ao domínio de autoridades políticas medievais²⁷ resultou em um crescente declínio de seu poder relativo aos novos Estados em ascensão no cenário europeu (ARRIGHI, 2007; 2010). Mediante tal cenário, não é surpreendente que a invasão de Napoleão em 1808, e a subsequente guerra civil de 1812, tencionaram os recursos espanhóis de forma que seu controle sob suas colônias ficasse enfraquecido (HOBSBAWM, 1996; RENEHAN JR., 2007).

Contudo, este breve momento de fraqueza do Império Espanhol, foi o suficiente para o surgimento de movimentos revolucionários por toda a América do Sul. Citando como inspiração os princípios oriundos da Guerra de Independência Americana (1776) e da Revolução Francesa (1789), e tendo como liderança figuras históricas como Simon Bolívar e José San-Martín; os insurgentes viriam a ter êxito em seus movimentos e proclamariam a independência de diversos países. Somente

²⁵ Hobsbawm (1996) divide o período em 3 ondas revolucionárias: a primeira de 1820-24, a segunda de 1829-34 e uma terceira de 1830.

²⁶ A revolta grega contra o Império Otomano culminou na Guerra de Independência da Grécia, sendo o único movimento que sobreviveu aos esforços da Santa Aliança (HOBSBAWM, 1996).

²⁷ Principalmente a autoridade da Igreja Católica (ARRIGHI, 2008).

Cuba e Porto Rico permaneceriam sob o comando espanhol (GILDERHUS, 2006; HOBBSAWM, 1996; RENEHAN JR., 2007).

Esta era a conjuntura na qual os EUA encontravam-se inseridos. Seu *status* de Nação recém liberta, fazia com que seus governantes agissem com muita cautela ao se referir às potências europeias, receosos que os países do velho mundo utilizassem das fraquezas internas estadunidense para fragmentar os estados membros da União. Esta desconfiança fez com que os EUA priorizassem²⁸ uma política isolacionista e protecionista do seu mercado interno (LIVINGSTONE, 2009; RENEHAN JR., 2007; SEXTON, 2011).

As supressões de movimentos revolucionários por parte da Santa Aliança, no continente europeu, atraíram a atenção do secretário de guerra dos Estados Unidos da América, John Quincy Adams. Observando a existência de movimentos semelhantes nas Américas, Adams temia que as ambições das grandes potências europeias levassem a semelhante intervenção no Novo Mundo. Adams defendeu que os EUA deveriam agir decididamente. Isso significava que, – sob a forma de uma nova política oficial – a Nação deveria passar de forma clara e concisa uma mensagem: a Europa não deveria intervir no continente americano (RENEHAN JR., 2007).

E assim, no dia 2 de dezembro de 1823, em seu pronunciamento anual ao Congresso, o quinto presidente dos Estados Unidos da América, James Monroe, anunciou as potências mundiais que: “os continentes americanos [...] não deveriam ser mais considerados como sujeitos para uma futura colonização das potências Europeias” (MONROE, 1823 *apud* WHELESS, 1914, p.69, tradução do autor). Em sua fala, o presidente deixou claro que quaisquer invasões ao hemisfério ocidental

²⁸ Isso não significa que os EUA não lidavam com as potências européias. Renehan (2007) aponta que caso os interesses nacionais pendulassem para o lado europeu, os Estados Unidos frequentemente utilizavam de parcerias estratégicas pontuais. Contudo, a contingência marcava essas alianças e o isolacionismo era o farol norteador da política externa nacional até o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945.

seriam consideradas como uma ameaça à segurança e a paz dos Estados Unidos da América e seria retaliado como tal (LIVINGSTONE, 2009).

O discurso que, no momento do pronunciamento, era apenas uma afirmação da continuidade da política isolacionista e defensiva²⁹, com os interesses das grandes potências, eventualmente viria a se tornar uma nova diretriz da política externa estadunidense. A “Doutrina Monroe³⁰”, como seria eventualmente chamada, passaria a se tornar uma justificativa para as ações intervencionistas na América Latina (HARVEY, 2003; LIVINGSTONE, 2009; SEXTON, 2011).

David Slater (2006) aponta que o estabelecimento de uma nova ordem político-espacial, necessita de uma justificativa, um conjunto de ideias e contextos que fornecem um fundamento moral e cultural para a expansão do poder espacial. Este era o papel que a Doutrina viria a tomar, pois, ao proclamar sua oposição ao colonialismo europeu, os Estados Unidos da América efetivamente anunciavam que estavam dividindo o mundo em dois hemisférios e, anunciavam o que o continente americano, estaria inserido em sua própria esfera de influência (HARVEY, 2003; LIVINGSTONE, 2009; SEXTON, 2011).

A recepção do pronunciamento pela comunidade internacional foi mista. Se por um lado, alguns líderes das grandes potências europeias (como o Czar Russo Alexandre I e o príncipe Matternich da Áustria) viam a mensagem como uma ação arrogante, digna do desprezo internacional, por outro, as recém formadas repúblicas latino-americanas apreciaram o sentimento de solidariedade pan-americana (GILDERHUS, 2006; SEXTON, 2011).

A reação da Inglaterra é de particular interesse e viria a marcar a dinâmica das duas potências no hemisfério ocidental. Estando no momento inicial de sua política de “imperialismo de livre comércio”, o Império Britânico começava a

²⁹ O historiador Jay Sexton (2011) aponta que a grande genialidade da mensagem estava no enquadramento de seu conteúdo. Formulada de forma negativa, o pronunciamento deixava claro os limites das potências europeias, desviando-se assim da necessidade de propor aquilo que os Estados Unidos deveriam fazer.

³⁰ Nota-se que o termo “Doutrina Monroe” seria cunhado somente em 1845 por James K. Polk, quase 20 anos após o pronunciamento original (LIVINGSTONE, 2009).

se tornar fortemente oposto a aquisição territorial nas Américas, optando pela expansão e penetração comercial. Esta oposição só viria a se intensificar após o pronunciamento da Doutrina Monroe, que foi amplamente apoiada por Londres, sendo aplaudida pela revista *Times* de 1824 como “uma medida tão diretamente britânica” (TIMES, 1824 *apud* SEXTON, 2011). O reconhecimento britânico significava que, ambos os Estados reconheciam as regras do “jogo” nas Américas, e iriam participar de uma “competição colaborativa” pela hegemonia local (ARRIGHI, 2007; SEXTON, 2011).

Os debates quanto aos efeitos imediatos e reais da outorgação da Doutrina divergem até hoje. Por um lado, autores como Renehan Jr. (2007) e Livingstone (2009) apontam que o pronunciamento efetivamente dissuadiu as ações das grandes potências nas Américas, citando Cuba como o maior exemplo³¹. Por outro lado, autores como Sexton (2011) apontam que a medida não fora necessária, uma vez que as grandes potências da Europa já haviam optado pela não intervenção antes do pronunciamento do presidente dos EUA.

A Doutrina Monroe fora o primeiro momento na qual a Nação fez uso de um regime discursivo pautado na autodeterminação dos povos para mascarar o desejo de expansão imperial de sua identidade nacional. No entanto, talvez o maior efeito tenha sido seu impacto na formação da identidade nacional dos EUA. Escondido sob o sentimento anticolonialista do pronunciamento de Monroe, encontrava-se um sentimento paternalista sobre as recém formadas repúblicas do sul; somente os Estados Unidos da América seriam capaz de trazê-las à luz do republicanismo. Ademais, ao proclamar sua hegemonia sob o continente, a Nação clamava o significante “America” para si. Postumamente, através da ideologia imperialista e a premissa racializada de que, os estadunidenses possuíam o direito

³¹ Devido ao momento histórico vivido pelo Império Espanhol, houve uma consideração de uma possível transferência direta da ilha caribenha para o Império Britânico. Renehan Jr. (2007) cita que a doutrina Monroe fora o maior impedimento para tal ação, uma vez que ela era contrária aos princípios promulgados pelo presidente dos Estados Unidos.

a terra, James K. Polk ressignificaria a mensagem de 1823 como a convocação de uma política externa agressiva e expansionista (HIXTON, 2008; 2011).

3.2 Um Destino Manifesto: expansão territorial e a formação geopolítica dos EUA

No ano de 1837 John Louis O'Sullivan e seu cunhado co-fundavam o jornal *United States Magazine and Democratic Review*, popularmente chamado de *Democratic Review*. Partindo de sua convicção sobre o lugar único que os Estados Unidos da América ocupava na história, o jornalista nova iorquino escreveu diversas pautas justificando e legitimando a expansão territorial da nação para oeste em por meio da superioridade moral da Nação (JOHANSEN, 1998).

O sentimento de O'Sullivan não era único entre seus contemporâneos, reforçado apenas pela prosperidade do começo do século XIX vivida pelos Estados Unidos da América. A economia pujante e eventos como a vitória sobre a Inglaterra na Guerra de 1812 fortaleciam a crença de que os EUA eram uma Nação que gozava da benção divina, destinada a ascender a sua posição de grande potência. É no entendimento dos estadunidenses quanto à sua excepcionalidade que se encontra as bases retóricas que justificariam a implementação de uma agressiva política externa de expansão territorial (JOHANSEN, 1998; HARVEY, 2003; HIXSON, 2008; 2015).

Entendia-se que o império pela liberdade de Jefferson carregava em si a missão dos Estados Unidos da América; expandir a democracia para o continente. Para isso, tornava-se necessário o aumento do território para o avanço da humanidade. É nesse contexto que, após a anexação do Texas em 1845, John O'Sullivan cunharia a expressão que passaria a ser associada com a política externa e o imperialismo estadunidense para sempre: Destino Manifesto (JOHANSEN, 1998). Assim, com o destino de seu país em suas costas, milhares de colonos deixaram suas terras, migrando para oeste.

Além das motivações oriundas da grandeza por parte dos nacionais, deve-se retomar os fatores para a explicação sobre o fenômeno da expansão para Oeste. Primeiro, o impulso capitalista e as contradições inerentes da sociedade estadunidense; segundo, a busca por novos mercados (BELOHAVEK, 1998; PERISOT, 2019).

Segundo Hixson (2013, p.113, tradução do autor), “a história do Oeste, era na verdade, a história da Nação inteira”. O verdadeiro entendimento desse momento histórico, só é possível, ao inseri-lo como um mais capítulo dentro da história do colonialismo. Construindo seu argumento de forma semelhante, Slater (2006) aponta que a formação geopolítica dos EUA forneceu as bases para as práticas imperialistas da Nação, dividindo a expansão territorial pelo encontro com três significantes “outros”: os povos originários da América do Norte, a população hispânica do México confrontada durante a Guerra Mexicano-Americana de 1846-1848 e os descendentes de africanos no contexto da escravidão e da abolição após a Guerra Civil de 1860.

A expansão para Oeste tomou a forma de colonialismo de povoamento. Estudos sobre colonialismo de povoamento como um campo específico são relativamente novos, carecendo ainda de trabalhos que oferecem uma análise sistemática sobre seus efeitos e suas especificidades.

O colonialismo de ocupação difere-se em objetivo e em lógica do colonialismo de extrativismo. Como objetiva a construção de comunidades unidas por laços de etnicidade e de fé naquilo que era visto como terra virginal, o colonialismo de povoamento carrega em si a lógica de eliminação como seu estímulo. Ou seja, diferentemente do colonialismo tradicional, que busca explorar economicamente as populações nativas, o colonialismo de ocupação tem outro objetivo, a remoção total do espaço colonial (HIXSON, 2013).

Outra diferença é que sob uma lógica “tradicional” do colonialismo, o ocupante eventualmente deixa as terras. Contudo, o colonialismo de povoamento é executado pela eliminação das sociedades nativas e permanente ocupação do

espaço remanescente. Importante destacar que a invasão e o encontro colonial não são apenas um evento desse fenômeno, como veremos, é sua estrutura, seu *modus operandi* (HIXSON, 2013).

A terceira diferença a ser apontada consiste em sua velocidade e intensidade. Walter L. Hixson (2013) descreve que, enquanto os nativos poderiam sobreviver sob uma colonização normal, resistir a volatilidade do colonialismo de povoamento era muito mais difícil. Os colonos não vinham sozinhos, eles eram apoiados pela força de seu estado e traziam consigo o capitalismo e a modernidade. O peso das estradas, ferrovias e indústrias geralmente era o suficiente para sufocar as sociedades locais num processo chamado de “inundação demográfica”. Caso a inundação não fosse o suficiente para o extermínio desses povos, as sociedades modernas justificariam campanhas de limpeza étnica, através de argumentos que ligassem orientalismo, classificação racial e a defesa da civilização.

O espaço colonial não é vazio e sim, fortemente carregado de sentidos e significados. É através de relações imaginárias e legalmente sancionadas com o território que se criam as condições e contingências para a construção de relações sociais. Nesse sentido, termos como a “fronteira”, o “Oeste”, “Destino Manifesto” e “América” trazem consigo sentimentos simbólicos poderosos e sua compreensão apontaria para o entendimento das relações dos EUA com os indígenas (HIXSON, 2013).

O imaginário popular sobre o “*Wild West*” oferece uma pista sobre o sentimento simbólico carregado pelos colonos em sua peregrinação, visto como indomável e selvagem o oeste era visto como um local de “liberdade”. As dificuldades encontradas eram apenas obstáculos a serem superados pelo másculo homem dos Estados Unidos (HARDT, NEGRI, 2001; HIXSON, 2008; 2013; PARISOT, 2019).

Retoma-se aqui a complexa dialética entre as lógicas territorialista e capitalista. É necessário apontar que a conquista do Oeste não fora resultante apenas de um impulso capitalista. Ao enquadrar a fronteira como um espaço de

“liberdade”, é possível compreender as multiplicidades de motivações dos colonos que protagonizaram esse momento histórico. Enquanto alguns buscavam fortuna e novos mercados, outros apenas procuravam se desvencilhar das relações capitalistas que estavam se cristalizando na costa Leste. É com base nesse entendimento que James Perisot (2019) afirma que é errado compreender a expansão para Oeste como a história de uma Nação capitalista, mas que é, na verdade, a história de como uma sociedade com traços capitalistas se tornou uma sociedade capitalista. Ademais o autor demonstra as maneiras nas quais essa expansão não apenas resultou na criação de um sistema específico de produção, mas envolveu a articulação e a cristalização de um determinado conjunto de identidades.

Seu argumento é semelhante ao Federicci (2017), onde o capitalismo culminou em alterando e homogeneizando as dinâmicas raciais, sexuais e de gênero³², criando as atuais divisões do trabalho e as relações sociais que estruturam a sociedade até hoje.

Assim, David Slater (2006) aponta três encontros significativos nessa expansão que viriam a moldar a concepção dos Estados Unidos da América sobre si e sobre o “outro”: com os povos indígenas da América do Norte (os índios); com a população hispânica e indiana do México, enfrentada na Guerra EUA-México de 1846-1888; e com os afro-americanos circunscritos ao contexto da escravidão e sua abolição após a Guerra Civil dos anos 1860.

O violento encontro da América branca com seu outro índio passou a formar um elemento penetrante da memória coletiva da Nação. No nível representacional é possível observar duas dimensões para a idealização dos

³² Segundo Parisot (2019), os puritanos, apesar de caracterizarem certos papéis como masculinos e outros como femininos, não os vinculavam inflexivelmente aos corpos masculinos e femininos. Um curioso caso que ilustra a particularidade das relações sociais pré-capitalistas durante esse momento histórico é o de Thomas(ine) Hall. Apesar de nascido homem, Thomas argumentava que era tanto homem quanto mulher, transitando entre Thomas e Thomasine em momentos diferentes de sua vida. Quando descoberto, fora punido com a necessidade de utilizar roupas masculinas, mas com acessórios femininos, como aventais, simbolizando que não seria considerado um homem “puro” pela comunidade.

encontros coloniais na fronteira: a primeira retrata esse encontro como um uma missão civilizatória, onde cabe ao homem estadunidense, em sua masculinidade, orientar e nortear o nativo, que é visto de forma infantil e inadequada. A segunda, contudo, pontua os indígenas como adversários implacáveis e, que sua derrota é uma necessidade para que os EUA assumam seu local no mundo.

Slater (2004) retrata a representação desse encontro descrevendo as maneiras nas quais a tomada de território era correlacionada com uma missão civilizatória. Através do estabelecimento da categorização racial, trazia-se consigo uma crença na razão iluminista e uma possibilidade de transformação do outro. A realidade da guerra e da violência seria vista como inevitável. Os indígenas como “parte da natureza”, e sua remoção era equivalente a realizar a limpeza da terra, sendo apenas uma consequência da marcha da nova civilização (HIXSON; 2013; SLATER, 2006).

A maneira na qual esta nova civilização tomou a fronteira é de particular interesse para o presente estudo. O historiador Walter Hixson (2013) aponta que, diferentemente de outros colonialismos de ocupação, o povo estadunidense se valeu do Direito para atingir seus objetivos, melhor exemplificado na criação do *Indian Removal Act* em 1830. A Lei mascarava suas intenções expansionistas sob o argumento de criação de um “país indígena”. Os EUA lançaram uma campanha de limpeza étnica, confinando diversos povos indígenas à um único território e desapropriando aqueles que não seguissem a norma.

O encontro com os povos nativos fora um dos fenômenos mais marcantes para a memória coletiva da Nação. Hixson (2013) aponta que o imaginário popular sobre o “Velho Oeste” é tão poderoso que resistiu aos esforços dos historiadores de alterá-lo. Não obstante, tal memória figurou na produção de filmes (sobre como o “Oeste foi conquistado”). Este evento encontra expressão fora das telas do cinema (a exemplo da Guerra do Vietnã) onde as tropas estadunidenses ao descrever a selvageria dos vietnamitas, categorizam o Vietnã como um “país indiano” (SLATER, 2006).

O segundo encontro a ser destacado é o dos EUA com mexicanos e indígenas durante Guerra México Americana de 1846-1848. Longe de se configurar como um episódio separado da política externa estadunidense, esse momento deve ser enquadrado dentro do contexto maior da violência fronteiriça (HIXSON, 2013).

O primeiro ponto a se ressaltar sobre o conflito é que a própria nomenclatura “Guerra México-Americana” é imprópria para ilustrar a tomada territorial pelos EUA do Texas, da Califórnia e do Novo México. Categorizar um evento como uma “guerra” de anexação, carrega a implicação de que esse território encontrava-se sob o controle do México, o que nunca ocorreu de fato. A fronteira norte do México era um território caótico, na qual diversas populações indígenas resistiam aos esforços de catequização por parte dos hispânicos (HIXSON, 2008).

Buscando se aproveitar da falta de controle do México no norte sob seu território e, motivado por uma concepção messiânica quanto à condição da população dos Estados Unidos da América como agentes da vontade divina, James K. Polk anexou o Texas em 1845. Assim, com a certeza de uma não-intervenção inglesa em favor do México em 1846, era chegada a hora do Destino Manifesto (HIXSON, 2013).

Segundo a lógica da conquista, tal qual as populações indígenas, os mexicanos, os texanos e os californianos eram povos abaixo dos estadunidenses dentro da hierarquia racial - portanto, dignos de serem removidos pela violência. É necessário, ainda, apontar o caráter gendrado da violência fronteiriça.. Havia diferentes relações com o “outro”, de acordo com a leitura do seu gênero: os homens eram vistos como fracos, inúteis; enquanto as *señoritas* eram percebidas como desejáveis, perfeitamente adequadas para cumprirem a função de “esposas e mulheres de uma raça superior” (HIXSON, 2008, p.97).

No âmbito nacional a representação do momento era mista. Apesar da imprensa, por interesse próprio, clamar por guerra, carregada de nacionalismo revolucionário e cristianismo evangélico, discutia-se quanto à adesão de uma população inferior a União. Por fim, o interesse geopolítico de acesso ao oceano

Pacífico prevaleceu. É importante apontar que, mesmo os interesses geopolíticos eram sustentados na justificativa da superioridade estadunidense. Por exemplo, ao argumentar quanto aos recursos materiais que tal conquista traria o então presidente, James K. Polk fazia questão de ressaltar a ineficiência do uso dos mesmos pelo México e como o anexo não beneficiaria apenas os Estados Unidos da América, mas a humanidade como um todo (SLATER, 2006).

Assim, apresenta-se o terceiro encontro apontado por Slater (2006), a do homem branco com negros e suas consequências para a formação da identidade dos EUA. A Guerra de Secessão dos EUA fora um evento particular na história da Nação. Seu impacto foi tamanho que levaria mais de uma geração para que as “feridas” nacionais fechassem, e nunca de forma definitiva. Sendo motivada pelo direito dos estados de possuir escravos, o fim da Guerra Civil marcou o fim da escravidão em solo estadunidense. Contudo, apesar das sangrentas batalhas travadas em solo nacional, o legado último da Guerra Civil não fora de divisão, mas de reafirmação da identidade estadunidense, de consolidação de sua posição no mundo e de sua política externa. É nesse momento histórico que a conexão entre a tranquilidade doméstica e a agressão estrangeira configura-se como o sustento da coesão nacional. Dessa forma, pode-se afirmar que a vitória sobre os Confederados solidificou a permanência da União. Ocorreu uma transformação no próprio léxico nacional, onde antes se usava o plural para se referir à federação, passou-se a usar o singular – “*The United States are*” virou “*The United States is*” (HIXSON, 2015).

A vitória da União não apenas serviu para reafirmar a identidade estadunidense, mas foi o estopim para a consolidação de uma forte industrialização no país. Visando a reconstrução das economias precarizadas dos estados sulistas, após o fim da guerra, o presidente Abraham Lincoln lançou um projeto de “Restauração” nacional. Para atingir tal objetivo, o Programa fez uso de crédito Estatal, o que resultou em uma onda de industrialização, alterando para sempre o cenário econômico e social do país. A vitória da União não significou apenas a derrota dos estados confederados, mas também, o fim de todo o sistema econômico

e político que regia essa região. A vitória da União, na verdade, fora a vitória do capitalismo nos Estados Unidos da América (FIORI, 2004; HIXSON, 2015).

Nesse sentido, o brasileiro José Luís Fiori (2004) é particularmente enfático ao afirmar que foi na Guerra Civil que nasceu o Estado moderno e a economia nacional estadunidense. Dentre as consequências do episódio, o autor ressalta a criação de um exército nacional e a origem da dívida pública americana (o pilar onde se construiria o sistema financeiro e bancário nacional).

Pontua-se o momento como origem do sistema financeiro independente americano, assim como a aliança entre Estado e capital financeiro. Os fluxos unilaterais de trabalho, capital e espírito empreendedor, em consonância com uma amplitude territorial e a internalização de custos de transação entre empresas, deixariam os Estados Unidos da América bem posicionados para se tornar o novo centro econômico mundial (ARRIGHI, 2007; FIORI, 2004; HARVEY, 2003).

É importante apontar que um projeto industrial não é possível sem a existência de mão de obra especializada. Assim, visando a consolidação de um parque produtivo, iniciou-se uma política de incentivo à imigração. Apesar de superficialmente o discurso ser acolhedor aos estrangeiros, vendendo a Nação como a “terra da oportunidade”, logo se revelava o caráter racializado do mesmo. Medidas como a proibição da entrada de chineses – vistos como “vira-latas” –, a segregação de irlandeses, entre outras, eram comuns. Como observou Weber em suas cartas (SCARFF, 2011), o trabalho nos Estados Unidos da América era dividido racialmente, com os homens brancos e anglo-saxões ocupando as posições mais altas. De certa forma, o fim da escravidão apenas fortaleceu a branquitude nacional (HIXSON, 2015; SLATER, 2006a).

No caso dos negros, apesar de adquirirem o direito ao voto, deu-se início a um projeto de segregação racial, que perdurou até 1964, quase cem anos após o fim da Guerra Civil. A dedicação em legislar o racismo era tamanha, que as leis estadunidenses serviram de modelo para a criação das chamadas “Leis de Nuremberg” pelo Partido Nacional-Socialista da Alemanha; as mesmas leis que

decretavam os critérios para a determinação de quem poderia ser considerado ariano (WHITMAN, 2017).

Devido às peculiaridades relativas à autonomia de cada estado da União para criar e executar sua própria legislação de forma autônoma, existe certa dificuldade em apontar, exatamente, como a classificação racial tomava forma em linhas gerais. Whitman (2017) aponta que, enquanto alguns estados faziam uso do fenótipo como métrica legal, outros faziam uso da linha genealógica para tal. Enquanto alguns estados decretaram que quem possuísse $\frac{1}{8}$ de ancestralidade era considerado negro, outros faziam uso da regra de “uma gota” -não importava a distância do ancestral, sua existência era o suficiente para se considerar alguém negro. Nota-se que os estados que utilizavam da ancestralidade como métrica eram tão rígidos em sua categorização, que muitos membros do partido nazista viam as classificações americanas como muito severas, optando por empregar a métrica de $\frac{1}{4}$ para suas classificações de quem era Judeu.

No mais, a expansão capitalista encontravam-se intimamente conectada à divisão sexual do trabalho. De forma que, ao se apontar a Guerra Civil como o evento que consolidou a ascensão do capitalismo na Nação, entende-se também, os efeitos sofridos nas relações de gênero. Após o fim da Guerra Civil, o imaginário popular passou a ser tomado por discursos que exaltavam a masculinidade e marginalizavam mulheres, tais como o “patriotismo guerreiro” e a honra masculina. Hixson (2015) aponta que o patriarcado encontrava-se até mais enraizado que a modernidade racial, uma vez que até mesmo homens negros adquiriram o voto, direito esse, negado para mulheres. Ademais, o culto da domesticidade constrangia mulheres culturalmente, ao mesmo tempo em que perpetuava a tradição de abusos por parte de maridos.

Outro ponto a ser ressaltado é a mudança de paradigma quanto ao imperialismo que surgiria devido a guerra. Impulsionados pela demanda por recursos estratégicos – como petróleo, aço, açúcar, entre outros – figuras como John Rockefeller, Andrew Carnegie e Gustavo Swift acumularam capital e orquestraram, através de integrações verticais e horizontais, suas consolidações

corporativas O que resultaria na queda abismal da competitividade do mercado americano e no surgimento de monopólios. Além disso, a lucratividade da guerra se transformaria em uma diretriz da política externa americana: nascia assim o complexo industrial militar (HARVEY, 2003; HIXSON, 2015).

A última característica sobre esse período fora a dimensão religiosa que a reconstrução tomara. Abraham Lincoln era um homem fortemente religioso, que deixou sua marca no imaginário comum ao correlacionar sua agenda política com espiritualidade. O presidente apresentava a salvação da União como uma necessidade do destino e, a abolição da escravidão como uma missão ordenada pelos céus. A afirmação do cristianismo estadunidense – e da posição privilegiada da Nação perante a Deus – fora uma característica do governo de Lincoln. Ocorreram eventos como: a cunhagem da célebre frase “*Em Deus confiamos*”³³ na moeda; na criação do feriado de Ações de Graças ou no surgimento de “Deus abençoe a América”³⁴ como o prelúdio para oração, bem como a sacramentalização da bandeira nacional. Até mesmo a morte do presidente, na sexta-feira santa de 15 de abril de 1865, ganhou conotações religiosas, como um mártir da União (HIXSON, 2015).

3.3 Fim da Fronteira e o Começo do Século Americano: imperialismo à moda estadunidense (1890-1916)

Nunca houve um governo territorialista com domínios tão vastos e tão populosos quanto o Império Britânico em seu auge. Auferido o título de o “Império onde o sol nunca se põe”, a Grã-Bretanha utilizou de sua vasta territorialidade para instituir uma nova ordem mundial: o imperialismo de livre comércio (ARRIGHI, 2007).

Importante ressaltar que, previamente, o sistema vestefaliano pautava-se no princípio de que nenhuma autoridade operava acima do sistema interestados. O imperialismo de livre-comércio colocava uma nova autoridade metafísica que

³³ No original “*In God we trust*”.

³⁴ No original “*God Bless America*”

regia as leis do internacional: o mercado mundial. Apresentando-se como a corporificação dessa entidade, a Inglaterra conseguiu expandir seu poder de forma muito maior que a extensão e a eficiência que seu aparato coercitivo permitiria (ARRIGHI, 2007).

Se valendo de uma prática e de uma ideologia de livre-câmbio, os governantes ingleses criaram redes mundiais de dependência e lealdade à expansão da riqueza e do poder do Reino Unido. Esse controle do mercado - em consonância com o domínio do equilíbrio de poder global, bem como a íntima relação de instrumentalidade mútua com a *haute finance* - resultou em um fenômeno quase sem precedentes da história mundial: uma paz de quase 100 anos, datando de 1815 até 1914 (ARRIGHI, 2007).

Contudo, nenhum Rei governa para sempre. O fim da hegemonia internacional do Reino Unido teria seu início a partir da década de 1870, com a ascensão da Alemanha como a mais nova potência mundial e, seria apenas agravada com o surgimento dos EUA como uma economia nacional mais rica que a sua. A magnitude territorial atingida pela economia dos Estados Unidos da América foi determinante para que ele se tornasse no principal polo de atração de trabalho, capital e recursos empresariais do mundo (ARRIGHI, 2007).

Foi esse contexto que marcou a entrada da chamada fase imperialista da política externa estadunidense. Existe uma grande dificuldade em compreender o fenômeno em sua forma e motivações, uma vez que, como visto no capítulo anterior, o próprio conceito de imperialismo é um debate. Estudiosos que compreendem imperialismo como um fenômeno circunscrito, apenas na lógica de ocupação colonial, enxergam apenas as ocupações de Porto Rico e das Filipinas como atos imperialistas. Dentro dessa perspectiva o imperialismo estadunidense seria uma “aberração” da história do país; um momento histórico onde o mesmo havia “perdido a direção nacional” (FRY, 2002, p.53).

Através da inserção da cultura e de outros eixos de análise, investigadores desafiaram essa visão higienizada da história dos Estados Unidos

da América, argumentando quanto a uma continuidade de um projeto imperialista em sua política externa (FRY, 2002). Nessa análise, Slater (2006a) atenta para a importância de duas categorias para o entendimento da geopolítica do intervencionismo estadunidense: a representação de sua imagem para o mundo e a construção de um projeto de liderança, construída através de uma retórica desterritorializada e universalista de seus próprios valores a fim de mascarar a clareza de seus ganhos territoriais e ocupações (HARVEY, 2003).

Nessa ótica, o projeto imperialista estadunidense teria em Theodore Roosevelt um de seus protagonistas. Roosevelt era um entusiasta da história da expansão fronteiriça. Sua paixão pelo tema o levou a escrever *Winning the West* (1889), uma obra de quatro volumes sobre período. Tão forte era seu apreço que ele não considerava homens como George Washington e Thomas Jefferson os verdadeiros pais da Nação, atribuindo este papel nos colonos que, em seu embate com os selvagens indígenas, criaram os contornos geográficos do Estado. Compreendendo esses desbravadores como o ápice da honra masculina, Roosevelt gostava de pensar que teria muito em comum com estes homens. Contudo, não havia nenhum espaço que ele poderia desbravar; os grandes espaços das fronteiras haviam terminado e, com eles, o perigo de ressurreição de velhas contradições ameaçava a coesão nacional dos Estados Unidos da América (HARDT, NEGRI, 2001; HARVEY, 2003; HIXSON, 2013; IMMERWAHR, 2019).

As fronteiras não se esgotavam apenas nos EUA. O fim do século XIX marcou o fim dos territórios desocupados no mundo. A expansão imperialista havia atingido seu ápice, o mundo inteiro havia sido tomado e dividido entre as potências capitalistas (LENIN, 1999).

É inserido neste contexto que, em 1890, o historiador Alfred Mahan lança sua obra *The Influence of Sea Power upon History*. Em seu livro, o autor defende a tese de que o comércio marítimo seria a verdadeira fonte de riqueza das Nações. Portanto, seria de grande importância para o interesse estratégico nacional a proteção das condições que possibilitem sua continuidade. Navios não podem ser simplesmente enviados para terras distantes. O comércio marítimo necessita de

toda uma cadeia logística, tais como: portos seguros, armazéns, garantias de proteção contra piratas, dentre outras.

Mahan (1987) é muito claro ao alertar que, inserido nessa lógica de conquista, torna-se necessário apontar que, para a proteção de qualquer estrutura que compõem a complexa logística do comércio marítimo, o controle do território ao seu redor é compulsório. Este controle só se torna possível através da instalação de bases militares no entorno estratégico local, contudo, historicamente existe uma propensão dessas bases virarem colônias (IMMERWAHR, 2019). A mensagem de Mahan (1987) era de que, apesar das fronteiras estarem se fechando, os mares permaneciam abertos. Um ensinamento que Roosevelt compreendeu muito bem. Embora o estadunidense já estivesse convencido, previamente, da necessidade de expandir a influência nacional, a obra de Mahan demonstrou o caminho a ser tomado: a busca pela supremacia marítima regional. Retomam-se as palavras de Lênin (1999), o qual dizia que, em um mundo completamente dividido, somente a *redivisão* seria possível. Portanto, para a construção do império estadunidense, seria necessária a retirada das colônias de outros impérios (IMMERWAHR, 2019).

Com os movimentos de independências latino-americanos, a presença do Império Espanhol no continente americano havia sido reduzida apenas para ao controle de Cuba e Porto Rico. Contudo, durante os anos finais do século XIX, o domínio desses territórios era incerto, particularmente em Cuba, onde um misto de doença e fome tornavam movimentos revolucionários cada vez mais comuns. O comando espanhol sobre as Filipinas, no sudeste asiático era igualmente tênue, com o surgimento de movimentos independentistas cada vez maiores (IMMERWAHR, 2019).

Como frequentemente ocorre em períodos de guerra, o caráter gendrado da identidade estadunidense viera à tona através da forma da representação midiática. Fazendo uso de uma caracterização de Cuba, como uma donzela em apuros, cuja virtude encontrava-se ameaçada pela Espanha, o debate público era favorável à catarse da guerra. Unidas sob a bandeira do Destino Manifesto, as narrativas do período enfatizam o caráter humanitário da intervenção por parte dos

Estados Unidos da América; muito se falava sobre o dever de resgatar Cuba de um império europeu decadente. Entretanto, esse caráter missionário e humanista do discurso estadunidense mascarava os empecilhos que uma Cuba independente poderia trazer aspirações estadunidenses a posição de hegemonia regional (HIXSON, 2015; IMMERWAHR, 2019).

A importância estratégica e econômica de Cuba para os EUA não deve ser menosprezada. Em 1894, o mercado interno cubano era responsável por cerca de 6% do total de exportações estadunidenses, sendo também, o destino de quase 50 milhões de dólares em investimentos. Relativo ao eixo estratégico, as condições geográficas de Cuba, em consonância com a qualidade de seus portos, faziam da Ilha um ponto excelente para a consolidação das ambições hegemônicas dos EUA. De forma que a independência cubana era avaliada como um desafio à Doutrina Monroe, quando pensados esses fatores, em conjunto com o caráter racializado da população cubana³⁵ e sua proximidade à Flórida (HIXSON, 2015; O'BRIEN, JOHNSON, 2007).

Theodore Roosevelt, enxergando o suporte público para aquilo que ele considerava como uma oportunidade para a consolidação da influência estadunidense no Caribe, sugeriu ao então presidente William McKinley uma invasão. O chefe de Estado optou pela cautela, preferindo uma resolução por vias diplomáticas, mas concordou em realizar uma demonstração de força ao posicionar o navio de guerra *USS Maine* próximo a Havana (HIXSON, 2008; IMMERWAHR, 2019).

As tentativas do uso da diplomacia de McKinley seriam frustradas quando a embarcação viria a explodir sob circunstâncias misteriosas no dia 15 de fevereiro de 1898. A possibilidade de um ataque espanhol ter matado os mais de 270 nacionais que compunham a tripulação do *Maine* inflamaria ainda mais o caráter belicoso do discurso. Assim, no dia 21 de abril de 1898, munido de uma

³⁵ Dos 1,6 milhões de pessoas que compunham a população Cubana em 1898, 1/3 eram considerados negros (HIXSON, 2015).

justificativa e com amplo apoio popular, Theodore Roosevelt conseguira sua guerra. O conflito seria breve, terminando com a rendição da Espanha para os EUA em 13 de agosto de 1898 e levando a assinatura do Tratado de Paris no dia 10 de dezembro do mesmo. O que culminou na anexação estadunidense de Cuba, das Filipinas, Porto Rico e de Guam (HIXSON, 2015; IMMERSWAHR, 2019).

Aponta-se duas causas para a brevidade da disputa: a primeira advém da superioridade naval demonstrada pelos EUA. Com base nos escritos de Roosevelt, a marinha nacional foi desenvolvida nos moldes britânicos, resultando na criação de uma frota mais capacitada que a espanhola. Além disso, apesar do conflito ser nomeado “Guerra Hispano-Americana”, ele não envolveu apenas esses dois atores. Antes mesmo da intervenção estadunidense, grupos revolucionários cubanos, filipinos e – ainda que de forma menos pronunciada – porto-riquenhos já se encontravam em atrito com a Espanha há anos, drenando tanto seus recursos, quanto a moral de suas tropas (IMMERSWAHR, 2019; O'BRIEN, JOHNSON, 2007; SEXTON, 2011).

O não reconhecimento das ações dos atores locais fora uma das marcas do conflito. Roosevelt desdenhava de seus aliados, questionando sobre suas contribuições ao esforço de guerra. Durante a própria rendição, a Espanha preferiu se render aos Estados Unidos da América do que aos revolucionários, os excluindo até da assinatura dos termos. Ao nomear a expedição “Guerra Hispanico-Americana”, Washington havia construído uma narrativa que retirava o protagonismo dos movimentos revolucionários da história de sua própria luta por libertação (HIXSON, 2015; IMMERSWAHR, 2019).

Internamente, começou-se um debate quanto o que fazer com essas terras. A identidade estadunidense não permitiria que essa anexação garantisse plenos direitos de um estado da federação a eles, uma vez que seria impossível a elevação de uma população racialmente inferior à condição de membro da União. Nessa lógica, o próprio racismo estadunidense desempenharia o papel de frear a expansão territorial nacional (HARVEY, 2003).

A posição dos EUA como o “berço da liberdade” impediria que o mesmo adotasse as práticas colonialistas dos Impérios Europeus que tanto abominava. Entretanto, a masculinidade e a excepcionalidade estadunidense ofereceriam os argumentos necessários para justificar a anexação dessas terras na União. Ao apontar a “incivilidade” deles, a Nação articulou discursivamente sobre como sua “imaturidade” os tornava “incapazes de governo próprio”. Iniciava-se assim um projeto de “Americanização” desses povos subordinados que visava substituir seus saberes e suas formas de vida em nome de uma civilização. Partia-se da premissa de que estas Nações eram inerentemente inferiores, e que sua maturidade – e com isso o exercício do pleno auto-governo – só se tornaria possível através da liderança moral única que os EUA poderiam oferecer (DOTY, 2002; SLATER, 2006).

Para intervir na América Latina, os Estados Unidos da América passariam a desterritorializar e universalizar seus valores. Conjurando o imaginário do continente, como uma fronteira que necessita de civilização, justificaram-se suas ações. Encontros que foram de fértil aprendizado. Nesse sentido, o episódio da Guerra-Hispano Americana – e a subsequente anexação de Cuba, das Filipinas e Porto Rico – não pode ser compreendida como um capítulo isolado na história dos Estados Unidos da América. Iniciava-se assim o “Século Americano”.

4 NATUREZA POLÍTICA DAS RELAÇÕES ENTRE O IMPÉRIO (EUA) E O ESTADO LIVRE ASSOCIADO (PORTO RICO)

The Caribbean is now an American sea. Puerto Rico is its show piece. Puerto Rican society has the near-celestial privilege of free entry into the United States for their unemployed and their ambitious. The United States returns to the Puerto Rican Government all duty collected on such staple imports as rum and cigars. American money for investment and American loans and gifts should create the Caribbean paradise. But if the United States had the Puerto Rican density of population, it would contain all the people in the world. Puerto Rico is just another West Indian island.

C. L. R. James, *The Black Jacobins*

Assim, adentra-se na próxima etapa do presente estudo ao qual se busca apresentar, de forma específica, a natureza política das relações entre o Império (EUA) e o *Estado Libre Asociado* (Porto Rico). Em um primeiro momento faz-se necessário apresentar as relações sociais da Ilha. É nas relações de produção que encontramos as manifestações aparentes das relações sociais. Tal contexto apresenta-se em termos de luta de classe, polarizados pela burguesia e pelo proletariado; além da mercantilização como reprodução da vida material, no qual a própria força de trabalho é vista como mercadoria, marcada pela presença do capital.

É com base em tais preocupações que se forma a estrutura do presente capítulo. Em um primeiro momento, apresentar-se-á a evolução das relações de produção em Porto Rico, passando desde o início de sua colonização (as chamadas *haciendas*, um modelo de monocultura de açúcar voltado para exportação), até a industrialização da *Operation Bootstrap*.

4.1 De formas primitivas de produção à *Haciendas*

Porto Rico configura-se como um espaço pobre em recursos naturais, particularmente quando se trata de jazidas minerais. Num primeiro momento, essa característica geográfica fazia da Ilha um espaço desinteressante para a instauração de uma colônia de exploração por parte do Império Espanhol, especialmente quando comparada a outras terras, ricas em ouro e prata, tais como o México e o Peru. Aos olhos da Espanha, a principal virtude de Porto Rico encontrava-se em sua posição geográfica³⁶. A Ilha correspondia a um ponto estratégico para a proteção das embarcações espanholas de piratas do Caribe, assim como uma vantagem militar e econômica para com as outras potências europeias no comando das rotas marinhas do novo mundo (DIETZ, 1986; RIVERA, 1973).

Desde o início da colonização espanhola no século XV, até meados do século XVIII, Porto Rico desempenhou o papel de fortaleza militar e base naval, servindo como um ponto de reabastecimento de suprimentos para embarcações que rumavam em direção a América Central ou a América do Sul. Como consequência, tanto o crescimento populacional, quanto o econômico fora lento, sendo centrado nas instalações militares que ocupavam a Ilha e os poucos nativos³⁷ que haviam sobrevivido ao encontro colonial³⁸ (DIETZ, 1976; MARTÍNEZ-VERGNE, 1992).

Na esfera econômica, isso foi manifestado através de um desenvolvimento lento de suas forças produtivas, durante o período que abarca o século XV até o começo do século XVIII. O desenvolvimento da Ilha floresceu

³⁶ A posição de Porto Rico no Mar do Caribe era tão cobiçada que tornou a ilha alvo de diversos ataques por parte das potências europeias. Muitas dessas ofensivas, foram protagonizadas por figuras históricas como Francis Drake (1595) e o Conde de Cumberland (1598). Mas todas essas ofensivas não tiveram êxito e Porto Rico permaneceria sob o comando da Espanha até a vitória dos EUA em 1898 (DIETZ, 1986).

³⁷ Antes da colonização espanhola, Porto Rico era povoado pelo grupo indígena Taino, que chamavam a ilha de *Boriquén*, a “Terra do Senhor Orgulhoso” (FIGUEROA, 2005).

³⁸ A ausência de jazidas minerais não deteve os colonizadores espanhóis de realizar a eliminação dos nativos em busca de ouro (DIETZ, 1986).

apenas na forma de alguns focos de agricultura de subsistência. Desta forma, o oficialato estacionado em Porto Rico, era particularmente dependente do suporte espanhol para sua manutenção, condição que se alteraria somente no início do século XVII, como consequência direta do declínio do Império Espanhol (DIETZ, 1976; MARTÍNEZ-VERGNE, 1992; RIVERS, 1973).

O período entre o fim do século XVIII e o início do século XIX fora de rápido declínio para o Império Espanhol. A invasão de Napoleão Bonaparte, as guerras napoleônicas, duas guerras civis e a perda de grande parte de suas colônias nas Américas – como consequência de movimentos revolucionários – incentivaram a potência europeia a repensar sua relação com as (poucas) colônias que ainda possuía no continente. Relativo a Porto Rico, este movimento marcou o início de um esforço por parte da metrópole em transformar a Ilha de uma colônia dependente para uma produtiva (DIETZ, 1976; MARTÍNEZ-VERGNE, 1992; RIVEIRA, 1973).

Assim, propugnando essa transformação, a Coroa Espanhola tomou duas medidas: primeiro, a concessão de terras e estrutura para colonizadores que visassem seu cultivo, enquanto a segunda fora o fim de uma série de regulamentos que impediam o comércio da Ilha com outros países. Como consequência dessas medidas, iniciou-se um grande fluxo migratório rumo a Ilha. Famílias espanholas, oriundas das diversas recém emancipadas colônias do Império, direcionaram-se para Porto Rico, trazendo consigo ferramentas, maquinário e escravos (DIETZ, 1976; MARTÍNEZ-VERGNE, 1992; RIVERA, 1973).

Alterava-se assim a estrutura econômica de Porto Rico. A produção pré-capitalista de subsistência transformou-se em uma economia extrativista de monocultura de açúcar. Uma vez que essa transformação não ocorreu, devido a uma revolução burguesa, as *haciendas* – como eram chamadas essas fazendas – tomariam uma forma monopolista logo em sua formação. Próximo ao final do século XVIII, apesar dos *hacendados* (donos de *haciendas*) comporem apenas 0,7% da população, eles viriam a ser responsáveis pelo cultivo de 42,2% do total de terras produtivas (DIETZ, 1976; MARTÍNEZ-VERGNE, 1992; RIVERA, 1973).

Entretanto, mesmo com o crescimento advindo do fluxo migratório espanhol, Porto Rico possuía baixa densidade populacional, incapaz de sustentar a produção agrícola de açúcar via mão de obra local. Lembrando que a (pequena) população indígena nativa da Ilha havia sido dizimada. A economia era marcada pela escassez de trabalhadores e pelo excesso de espaço. Visando o suprimento de tal demanda, a Coroa Espanhola, passou a usar a força laboral de pessoas escravizadas oriundas do continente Africano, bem como legislou a expropriação de terra em prol dos *hacendados* (DIETZ, 1976; RIVERA, 1973; FIGUEROA, 2005).

É necessário apontar que a estrutura da *hacienda* não era composta por relações capitalistas ainda que o proprietário fosse, de fato, o dono dos meios de produção. Mesmo sendo a apropriação da mais-valia necessária para satisfazer as necessidades de consumo e prestígio de sua posição, o *patrón* precisava que seus trabalhadores livres fossem leais, enquanto que a vida em uma *hacienda* era notoriamente comunal. Portanto, fazia parte dos interesses de classe dos proprietários de fazenda a organização de uma produção que não visasse estritamente a maximização do lucro (DIETZ, 1976; 1986).

Não obstante a exploração da mais-valia por parte dos *hacendados*, e do domínio dos meios de produção, eles não possuíam seu monopólio. A economia das *haciendas* apresentava, inclusive, maiores semelhanças com o modelo feudal, do que com uma capitalista. Tal afirmação encontra justificativa teórica na leitura realizada do marxismo sobre a natureza das relações capitalistas. Ellen Woods (2009) define o capitalismo com base na concepção da mercantilização dos aspectos da sociedade. Neste sentido, uma sociedade é apenas capitalista quando os imperativos mercadológicos governam todas as esferas do social.

Apesar das *haciendas* contarem com trabalhadores livres e assalariados³⁹, o mercado não consistia na unicidade da reprodução material de sua vida. Os

³⁹ A mercantilização da força de trabalho, sob a forma do salário, é uma das principais determinações de uma sociedade capitalista.

*haciendados*⁴⁰ faziam uso de um sistema de créditos, no qual trabalhadores poderiam trocar sua força de trabalho por *vouchers* no armazém da própria *hacienda* (RIVERA, 1973). Fora a mais-valia extraída para os senhores da *hacienda*, (que seria realizada na produção de produtos agrícolas vendidos para o exterior), estes trabalhadores não possuíam muito contato com um mercado verdadeiramente capitalista. Dietz (1976; 1986) aponta que eles produziam seu próprio sustento e o mercado apenas existia para a venda de produtos excedentes.

Se fosse para categorizar o circuito da mercadoria nesta sociedade, aponta-se a (quase) inexistência de capital. O caminho seria precisamente definido pelo circuito Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria (MDM), no qual o dinheiro apenas existe como meio de troca. Nota-se que nem mesmo os donos de *hacienda* demonstravam muito interesse na expansão da sua produção. Consonante a tal argumento, Rivera (1973, p.45, tradução do autor) opta por categorizar este movimento como “forma primitiva de produção”.

Dois fatores devem ser destacados sobre a produção *haciendada*: primeiramente, encontramos na relação entre os *haciendados* e trabalhadores livres as origens da burguesia nacional e da classe trabalhadora da sociedade porto-riquenha. O segundo consiste no fato de que, séculos antes de sua anexação formal, a economia de Porto Rico já se encontrava intimamente conectada com a estadunidense. Um fato a ser considerado é que, em torno de 80% do açúcar produzido na Ilha, era exportado para os mercados dos EUA (DIETZ, 1976).

4.2 Porto Rico à Moda Americana

O começo do século XVIII marcou o início do fim da influência espanhola na Ilha. Estimulado por um rápido crescimento econômico, discursos independentistas e contrários à escravidão ganhavam ressonância na população local, culminando em diversos movimentos almejando revoluções nos moldes

⁴⁰ Rivera (1973) aponta que existe certa discordância dentro da literatura especializada sobre o quão disseminado este fenômeno era. A carência de fontes historiográficas coloca em debate se isso era um fenômeno amplamente difundido, ou se ocorria apenas nas maiores *haciendas*.

bolivarianos. Dentre as diversas articulações revolucionárias desse período, talvez a mais digna de nota seja o “Grito de Lares”, insurreição armada ocorrida em 23 de setembro de 1868 para tentar obter a independência de Porto Rico em relação a Espanha. Seu impacto foi tamanho que, apesar da rápida e brutal repressão por parte do Império Espanhol, o evento permanece como símbolo pró-independência até os dias de hoje (DIETZ, 1976).

Visando uma resolução permanente para frear grupos rebeldes, o Governo espanhol celebrou um acordo: a *Carta Autonómica*. Esse acordo viria a ser ratificado pelo parlamento da Espanha no dia 27 de novembro de 1897 e, segundo Dietz (1976), apesar dos limites impostos pela Coroa Espanhola, Porto Rico nunca obteria condição semelhante sob a égide do domínio estadunidense. (DIETZ, 1976; VILLANUEVA, 2013).

Essa autonomia, ainda que limitada, não viria a durar, pois no dia 25 de julho de 1898 os Estados Unidos da América invadiram Porto Rico, selando seu destino. A campanha militar dos EUA em Porto Rico na guerra de 1898 seria breve, durando apenas 17 dias, e a guerra Hispano-Americana, seria breve. Em menos de quatro meses o Império que um dia governou as Américas havia sido expulso do continente, em um evento que nas palavras de John Hay, o então embaixador estadunidense em Londres, poderia ser descrito como “uma esplêndida pequena guerra” (HIXSON, 2015; IMMERSWAHR, 2019).

O triunfo da união sobre um Império do “velho mundo” reacendeu o fervor patriótico e discursos de excepcionalismo estadunidense após décadas de divisões internas. E assim, inflamados pela sua crença em seu destino, e agora com a posse de espólios de batalha sob a forma dos territórios de Cuba, das Filipinas e de Porto Rico, os Estados Unidos da América adentraram o palco mundial como uma potência a ser reconhecida (HIXSON, 2008; 2015; IMMERSWAHR, 2019).

É importante ressaltar que a anexação de Porto Rico não deve ser confundida como um mero espólio de guerra. Mahan ressaltou a importância que o controle da Ilha forneceria aos Estados Unidos da América: “a importância estimada

de Porto Rico nunca deve ser perdida de vista por nós, desde que tenhamos qualquer responsabilidade, direta ou indireta, pela segurança ou independência de Cuba” (MAHAN, *apud* SANTANA, 2013, p.124, tradução do autor).

Fazendo uso da gramática desenvolvida por Arrighi (2010), a importância original de Porto Rico era mais **territorial** do que **capitalista**. Graças a sua posição geográfica, a Ilha viria a desempenhar um papel importante para os Estados Unidos da América durante as três primeiras décadas do século XX, configurando-se como o mais importante centro de atividade naval dos EUA no mar do Caribe. Seria a partir de Porto Rico que os Estados Unidos da América controlaria não apenas o recém criado Canal do Panamá, mas toda a região – local onde “a Doutrina Monroe seria vigorosamente aplicada” (MELÉNDEZ LÓPEZ, 1982, p.30 *apud* SANTANA, 1998, p.98, tradução do autor; VILLANUEVA, 2013).

No entanto, a dimensão capitalista não deve ser ignorada. De largada, se pensa no papel de certos arranjos sociais. Como aponta Harvey (2003), ainda que uma sociedade possa ser capitalista com a ausência das instituições liberais, sua existência torna o capitalismo mais estável. De forma consonante, Ellen Woods (2009) é enfática ao pontuar a importância do aparelho estatal para a manutenção das condições necessárias para a reprodução expandida do capital, comentando que “os capitalistas dependem da coerção do Estado para sustentar seus poderes econômicos e sua propriedade, manter ordem e as condições sociais favoráveis à acumulação” (WOODS, 2009, p.10, tradução do autor).

Seria simplista atribuir ao projeto colonial dos EUA apenas as necessidades do capital. A própria identidade estadunidense repousava sobre os preceitos de liberdade e independência. Neste sentido, tal contexto encontrava-se dentro de um projeto de americanização visando total transformação das instituições, dos sistemas legais de Porto Rico, e encontrava seu sustento na criação de um projeto de educação universal ministrado completamente em inglês (CABAN, 1999; 2002b).

Como consequência à imagem promovida pelos EUA, sua entrada na Ilha caribenha fora saudada com louvor – concepção que logo seria alterada. Sob a justificativa dos porto-riquenhos serem um povo “patético e infantil” (HIXSON, 2008, p. 153), os Estados Unidos da América instauraram um Governo militar para o controle da região, visando “americanizar” os nativos⁴¹ (CABAN, 1999).

4.3 Anos Iniciais da Ocupação

Logo após sua vitória sobre a Coroa Espanhola, os EUA iniciaram uma política para incorporar suas recém adquiridas colônias – Cuba, Porto Rico e Filipinas – ao seu Império, garantindo a aliança dos povos subjulgados. Com esse objetivo em mente, o Departamento da Guerra administrou suas novas posses buscando atingir um desmantelamento do sistema de Governo espanhol, para estabelecer um sistema mais alinhado com os “interesses estadunidenses” (CABAN, 2002a).

Assim, Porto Rico viria a ser administrada por generais do Exército durante dois anos – de 25 de julho de 1898, até primeiro de maio de 1900, em um governo insular e alienado das elites políticas locais. O processo de americanização contou com a execução de diversas medidas, abrangendo desde a criação de uma nova corte de justiça; modernização e expansão do antigo sistema público de saúde; criação de um programa de construção de estradas; proibição do uso público da bandeira de Porto Rico⁴² e a criação de um programa de ensino público compulsório que objetivava moldar “os talentos nativos para adotar nossos ideais e morais” (HENRY, 1904, *s.p. apud* CABAN, 2002, p. 174, tradução do autor). Segundo Grosfoguel (2003), tais objetivos podem ser sintetizados nos seguintes pontos:

⁴¹ Hixson (2015) levanta a possibilidade da opção pela tentativa de americanização dos nativos ter sido tomada com base na densidade populacional das novas colônias. Compreendendo que o tamanho espacial não permitia o uso da tradicional estratégia de colonialismo de ocupação, houve uma necessidade de adotar uma nova forma de colonização.

⁴² Apesar dessa medida, deve-se apontar que a permanência da bandeira, apesar de sua censura, configura-se como um dos maiores atos de resistência simbólica da ilha para com a dominação dos EUA (DUANY, 2017).

(1) encontrar aliados com os EUA. capital para suas aventuras militares no exterior; (2) reorientar a economia local da dependência espanhola para a dependência americana buscando impedir qualquer justificação européia intervencionista; (3) estruturar um projeto econômico que poderia subsidiar a administração militar-colonial (GROSFOGUEL, 2003, p. 54, tradução do autor).

Em vias de compreensão à profundidade das transformações da sociedade porto-riquenha causadas pela anexação estadunidense, referimos ao primeiro ato histórico delineado por Marx e Engels (2007): a reprodução da vida material como precondition da vida social. Deve-se voltar o olhar para as relações de produção, uma vez que somente a reprodução ideal de seus processos revelaria a integração de suas diversas determinações na totalidade que é a sociedade de Porto Rico.

Para tal, começamos com as transformações naquilo que seria o principal produto de Porto Rico: o açúcar. Em um primeiro momento, é destacado que a anexação estadunidense configurou-se como o fim de todo o sistema *haciendado*, dando início a três processos distintos, ainda que interconectados⁴³, típicos de uma sociedade capitalista: a acumulação de capital, o trabalho assalariado e a integração de Porto Rico no mercado mundial.

No sistema das *haciendas*, as plantações eram altamente difundidas entre os diversos senhores, um fato que mudou radicalmente com a anexação. O primeiro dado a ser apresentado corresponde ao aumento do valor das exportações de açúcar resultantes das transformações causadas pela anexação. A exportação dessa *commodity*, que no ano de 1901 totalizou 4,7 milhões de dólares, viria a crescer, exponencialmente em apenas 30 anos, chegando até 54,7 milhões. Pode-se identificar um grande aumento produtivo da atividade canavieira, o que leva a um segundo ponto: o começo do modelo das *centrales*, dos grandes latifúndios agrários de açúcar na Ilha. De todo o açúcar de Porto Rico, em torno de 51% fora produzido por apenas quatro grandes companhias financiadas por capital

⁴³ Deve-se apontar que por tratar-se de uma totalidade, a separação categórica destas determinações não se manifesta na concretude material, trata-se de uma abstração que objetiva facilitar a reprodução ideal do movimento do objeto na mente do pesquisador.

estadunidense: a *South Porto Rico*, *United Porto Rico*, *Fajardo* e a *Central Aguirre*. Estas companhias não apenas detinham a maior parcela do mercado, como também controlavam 23% de toda a terra cultivada na Ilha (DUANY, 2017).

A ocupação americana de Porto Rico em 1898 e sua administração colonial subsequente transformaram toda a estrutura agrária para atender às demandas das grandes corporações de açúcar, ou *centrales*. Essas empresas tendiam a concentrar a propriedade de terras em algumas grandes propriedades (latifúndios), especialmente nas planícies costeiras, revertendo assim uma tendência anterior à dispersão de propriedades (DUANY, 2017, p.50, tradução do autor).

Importante ressaltar que tal processo monopolista não ocorrera de forma espontânea, governada apenas pelas forças de mercado. O aparelho estatal estadunidense fora fundamental para a concretização deste projeto, uma vez que logo de início o oficialato colonialista buscou desenhar políticas capazes de erodir quaisquer relações sociais de propriedade que pudessem servir de entrave para a chegada das firmas estadunidenses.

Notavelmente, ocorrem diferenças no tratamento da justiça para com as empresas dos EUA e de Porto Rico, exemplificada com a chamada “Lei dos 500 Acres” – uma promulgação do Governo dos EUA de 1900, limitando o território de corporações para até 500 acres. Ainda que, teoricamente, esta lei advogasse a equidade e a livre-competição, na prática ela agia como uma “espada de Damócles⁴⁴” sob as empresas locais, sendo aplicada efetivamente em empresas porto-riquenhas. Em eventuais casos, nas quais empresas de açúcar americanas foram obrigadas a cumprir com a lei, o aluguel de suas terras era o bastante (RIVERA, 1973).

Cabán (2002b, p.175, tradução do autor) é enfático ao apontar que “embora seja certo que o capital dos EUA acabaria por ter dominado produtores de açúcar e refinadores, também é inegável que os regimes militares criaram a base

⁴⁴ A espada de Dâmocles é uma alusão, frequentemente usada, para representar a insegurança daqueles com grande poder que podem perdê-lo de repente devido a qualquer contingência ou sentimento de danação iminente. Disponível em: <https://gustavorochacom.jusbrasil.com.br/artigos/114387662/a-espada-de-damocles>. Acesso em: 21 de março de 2020.

para que este processo se desdobrasse rapidamente”. Neste sentido, as lógicas de território serviram como um dinamizador para que a monopolização regional ocorresse. Em menos de dez anos o sistema de *haciendas* seria convertido em uma *plantation* moderna.

Para compreender as origens do trabalho assalariado, apontam-se mudanças resultantes da criação do sistema de propriedade privada capitalista. Dentro do sistema *haciendado*, trabalhadores rurais sem propriedade poderiam firmar acordos ao qual trocavam sua força de trabalho por sua subsistência, um modelo que acabou oficialmente com a chegada dos Estados Unidos da América em Porto Rico. Em seu lugar, iniciou-se um sistema de dependência salarial, onde para manter as condições necessárias para a reprodução da vida material, trabalhadores vendiam sua força de trabalho em troca de comida e moradia. Também não era incomum que as classes populares assumissem dívidas com os donos das *centrales*. A natureza sazonal do trabalho, no plantio de açúcar, dependente do próprio ciclo de plantação – tornava a condição desses endividados particularmente precária. Por fim, a anexação de Porto Rico introduziu a Ilha ao mercado mundial através da conexão com os Estados Unidos da América (AYALA; BERNABE, 2007; DUANY, 2017).

A “americanização” propiciou a transformação de Porto Rico em uma sociedade capitalista. Desde o início do Governo Militar abriu-se a Ilha para o capital financeiro externo, bem como forças coercitivas estatais foram fundamentais para a criação de um ambiente favorável às relações de produção do capitalismo, protegendo e favorecendo as empresas estadunidenses. Fora através do imperialismo, tal como delineado por Harvey (2003), que os imperativos mercadológicos tiveram sua origem em Porto Rico.

A apresentação dos anos iniciais da anexação estadunidense, por meio do prisma das interações das forças políticas da Ilha, objetiva apresentar seus atores, seus interesses e suas relações com a política da metrópole. Nota-se que a imensa concentração de capital nas mãos das empresas estadunidenses, não significou uma aniquilação da burguesia local – justamente o contrário. A inserção

de Porto Rico no mercado mundial, bem como as inovações tecnológicas, trazidas pelos Estados Unidos da América aumentaram a produtividade e o lucro exponencialmente, formando o núcleo de uma burguesia colonial favorável às intervenções estadunidenses. Nessa burguesia, notava-se uma clivagem ideológica das duas forças políticas existentes⁴⁵, o *Partido Republicano* e o *Partido Federal*, este último liderado por Luis Muñoz Rivera (AYALA; BERNABE, 2007; CABAN, 2002a).

Ainda que ambos partidos fossem favoráveis a intervenção estadunidense e a condição de ascensão de Porto Rico a estado da Federação, se diferenciavam na transição idealizada. Enquanto o Partido Federal (que gozava do maior apoio das elites locais) defendia que a transição deveria ser precedida por meio da criação de um Governo regional liberal, os republicanos defendiam a tutela norte-americana até o momento apropriado de transformação em estado (AYALA; BERNABE, 2007;; CABAN, 2002a). Tratava-se de uma clivagem que foi explorada com maestria por parte dos generais do Governo regional.

Necessário apontar que, após o anexo dos Estados Unidos da América, haviam poucos favoráveis a um movimento independentista e, os que existiam, eram vozes minoritárias dentro do Partido Federal. Relativo ao recém formado proletariado porto-riquenho, nota-se o apoio massivo à anexação por parte dos Estados Unidos da América. Em sua leitura sobre este período, Grosfoguel (2003) encontra dois motivos: o primeiro estava associado a uma fraca organização das classes populares; e o segundo, concerne à contradição inerente de que os membros da burguesia pró-independência eram aqueles favoráveis ao domínio e a exploração espanhola, sendo vistos como inimigos das classes populares. Neste sentido, pode-se afirmar que o romantismo do sonho independentista encontrava-se manchado por uma memória de abuso e exploração e, que a intervenção dos

⁴⁵ Rivera (1973) aponta que tais partidos já existiam previamente anexação de Porto Rico por parte dos Estados Unidos da América, e traça as origens de ambos em uma disputa antiga entre os *hacendados* e os comerciantes espanhóis. De qualquer forma, nota-se que ambos foram favoráveis a anexação da ilha por parte dos EUA (AYALA; BERNABE, 2007).

EUA, oferecia uma chance de que os mesmos ampliassem os direitos trabalhistas da metrópole para a Ilha.

As classes trabalhadoras organizadas adotaram o discurso de americanização promovido pelo novo poder imperial como estratégia para enfraquecer politicamente o poder dos *hacendados* locais e obter direitos democráticos reconhecidos pela Constituição metropolitana em aliança com as classes trabalhadoras metropolitanas (GROSFOGUEL, 2003, p. 55, tradução do autor).

Esse desejo acabou se concretizando, apesar dos efeitos negativos que tais direitos trariam para as empresas açucareiras dos EUA. É um momento onde a lógica geopolítica falou mais alto que o capital, pois os Estados Unidos da América compreendiam a necessidade do apoio das classes trabalhadoras para seu projeto “americanizador”, dificultando a concretização de uma aliança pró-independentista (CABAN, 2002a; GROSFOGUEL, 2003).

Sob o prisma jurídico, Porto Rico configura-se como Território Incorporado dos EUA, encontrando-se sobre a égide da chamada Cláusula Territorial da Constituição, Artigo IV, Seção 3-2. Trata-se da cláusula responsável por legislar todas as propriedades e territórios incorporados nacionais, categorizados como “terras federais”, dentre os quais, parques nacionais, bem como os demais territórios incorporados dos Estados Unidos da América. Segundo o artigo:

O Congresso terá Poder para descartar e fazer todas as Regras e Regulamentos necessários que respeitem o Território ou outra Propriedade pertencente aos Estados Unidos; e nada nesta Constituição deve ser interpretado de forma a prejudicar quaisquer reivindicações dos Estados Unidos ou de qualquer Estado em particular (EUA, 1995, p. 10, tradução do autor).

4.4 De *Foraker* a Segunda Guerra Mundial

Apesar da anexação contar com o apoio dos principais setores da sociedade, ficava claro que havia um limite para a paciência dos porto-riquenhos em relação a sua condição colonial. Em 1899, tanto os federalistas, quanto os republicanos, começaram a exigir a transformação de Porto Rico em um estado dos

Estados Unidos da América. Eles advogavam um programa que refletia as esperanças das classes dominantes de Porto Rico de adentrar a estrutura federativa dos EUA como iguais, com uma representação proporcional no Congresso Americano e o controle de seu governo estatal. Essa proposta fora veementemente negada e, no ano de 1900, o Congresso promulgou o chamado *Foraker Act*, uma reestruturação total e completa do sistema colonial que consolidava a posição de Porto Rico como uma posse dos Estados Unidos da América. “As classes dominantes de Porto Rico não foram admitidos como parceiros iguais na União, mas transformadas em servas coloniais” (AYALA; BERNABE, 2007, p.52, tradução do autor).

O *Foraker Act* consistiu na promulgação, pelo Congresso, daquilo que na visão estadunidense consistia o ponto mais importante do processo de “americanização” de Porto Rico: uma completa e total reforma de seu sistema judiciário. Como apontado pelo então governador de Porto Rico, William Hunt: “não existe um método mais pronto ou mais prático de americanizar nossas novas posses do que pela promulgação e execução de Leis americanas e a introdução e prática da jurisprudência americana” (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 1904, p.26 *apud* CABAN, 2002b, p.123, tradução do autor).

Iniciou-se então uma substituição do código penal Espanhol encabeçado por uma comissão de três pessoas apontadas pelo então presidente dos EUA. Como resultado, em 1902 o sistema jurídico porto-riquenho havia se transformado completamente para uma amalgamação dos diversos códigos do judiciário dos múltiplos estados dos EUA (CABAN, 2002b). Nesse intuito, um novo corpo executivo viria a assumir a função legislativa de Porto Rico: o chamado Conselho Executivo, uma instituição civil singular na história dos EUA, sendo encarregada das funções legislativas e executivas da Ilha (DUANY, 2017).

Explicar de forma aprofundada o funcionamento e as dinâmicas internas do Conselho Executivo escaparia do escopo e da temática do presente estudo. Portanto, far-se-á uma breve introdução de sua estrutura organizacional. O Conselho Executivo consistia em um órgão composto por 11 membros

correspondendo aos ministérios do governador. Sua hierarquia era dividida entre duas câmaras: uma superior contendo seis estadunidenses natos e um governador, sendo estes apontados pessoalmente pelo presidente dos EUA; a câmara inferior era composta por cinco porto-riquenhos responsáveis por ministérios menores⁴⁶ (CABAN, 2002b).

Enquanto o Partido Republicano gozava de sua posição dentro da hierarquia colonial, a incorporação de Washington a Porto Rico estava tornando os Federalistas cada vez mais desiludidos com a eventual possibilidade da transformação da Ilha em um estado. Seus membros, bem como aqueles do partido que viria a sucedê-lo no ano de 1904 – o *Partido Unión*⁴⁷ – passaram a defender um programa explicitamente independentista.

Após um breve domínio do Partido Republicano, que durou de 1900 até 1904, o recém fundado *Partido Unión* passou a dominar a política porto-riquenha. Este período evidenciou um grande descolamento entre o conteúdo do programa partidário unionista com sua *práxis* política. A postura unionista priorizava a busca por reformas graduais dentro do enquadramento de não-incorporação, sendo denominada pela literatura especializada como “reformista”. Nota-se que, apesar das diferenças programáticas, havia pouco conteúdo de ação política prática distinta entre os dois partidos. De fato, entre os anos de 1913 e 1914 houve uma aproximação de ambos para concretizar uma pressão lobista defendendo maior autonomia regional (AYALA; BERNABE, 2007; CABAN, 2002b).

Tais cobranças viriam a obter resultado apenas no ano de 1917, por parte do Congresso Federal do chamado *Jonas Act*, também conhecido como *Jonas-Shaffron Act*, ou *Second Organic Act*. Cabán (2002b) observava esse evento como uma medida que objetivava acalmar as tensões de Porto Rico durante a entrada dos Estados Unidos da América na Primeira Guerra Mundial. Este ato traria duas grandes consequências para Porto Rico: conferiria àqueles nascidos na Ilha à

⁴⁶ Historicamente, o Partido Republicano mantinha controle das câmaras inferiores, resquício das instituições coloniais (CABAN, 2002b).

⁴⁷ O *Partido Unión* criado por dissidentes do Partido Republicano e do antigo Partido Federal.

condição oficial de cidadãos dos EUA, bem como reformaria a estrutura política regional, concretizando a criação e a separação formal entre o poder executivo e o legislativo. Esse último, sob a forma de duas câmaras independentes: um Senado (que substituiria o Conselho Executivo) e uma Câmara de Representantes. Ademais, a cidadania estadunidense não significava que os porto-riquenhos gozassem de todas as proteções previstas na Constituição:

Os direitos fundamentais, geralmente aqueles garantidos pela cláusula do devido processo, seriam aplicados automaticamente aos cidadãos dos EUA que vivem em territórios não registrados, mas as liberdades pessoais não. Entre esses últimos estão o direito a um julgamento por júri e o direito de tributação uniforme (MALAVET, 2004, p. 41, tradução do autor).

Pode-se afirmar que o *Jonas Act* expandiu a participação porto-riquenha no processo de tomada de decisão do Governo regional e, consolidou consideravelmente a participação dos moradores da Ilha no processo de tomada de decisão do Governo regional. Ainda que a nomeação do governador continuasse como responsabilidade do presidente, o representante deste novo sistema bicameralista seria eleito regionalmente (AYALA; BERNABE, 2007; CABAN, 2002b; MALAVET, 2004). Nota-se que a construção jurídica elaborada pelo *Jonas Act* construía uma cidadania estadunidense inferior aos porto-riquenhos enquanto eles permanecessem na Ilha:

[...] enquanto optarem por permanecer na Ilha, os porto-riquenhos que são cidadãos dos EUA não gozarão de todos os direitos da cidadania americana. Assim, também distingue entre os porto-riquenhos como cidadãos individuais dos EUA e como habitantes coletivos de Porto Rico. Como indivíduos, eles são livres para "gozar de todos os direitos políticos e outros" concedidos aos cidadãos dos EUA se "se mudarem para os Estados Unidos" (MALAVET, 2004, p.41, tradução do autor).

Tratava-se de uma leitura territorialista sobre a natureza da cidadania conferida aos nativos de Porto Rico. Os moradores da Ilha não exerceriam todos os direitos constitucionais garantidos para cidadãos estadunidenses. Os porto-riquenhos não poderiam votar em representantes federais. Contudo, o exercício de tais direitos tornava-se permitido dentro do território nacional dos EUA (DUANY, 2017).

As recepções sobre o *Jonas Act* foram mistas. A dissolução do Conselho Executivo, bem como o ganho da cidadania, fizeram com que os republicanos compreendessem o ato como um passo significativo em direção ao horizonte da anexação. A concepção do *Partido Republicano* não era compartilhada pelos membros do *Partido Unión*, que interpretavam o decreto como uma reafirmação da continuidade do domínio colonial estadunidense sobre Porto Rico⁴⁸. Uma leitura reforçada pela conjuntura política da metrópole na época anunciava que membros do *Partido Unión* não seriam apontados para cargos dentro do executivo caso continuassem defendendo um programa independentista. Como consequência, em 1922, o *Partido Unión*, cedendo a tais pressões, retirou a independência de seu programa e adotou a vaga ideia de um "Estado Livre Associado" como seu objetivo (AYALA; BERNABE, 2007, p.59, tradução do autor).

Na prática, tal mudança programática significou quase que um fim das diferenças reais entre os partidos porto-riquenhos e resultaram na criação da *Alianza*, um bloco eleitoral composto por membros de ambos os partidos. Os líderes da *Alianza* acreditavam que a oposição à Washington tornava inviável, tanto a concretização de um estado, bem como a independência. Neste sentido, apontavam a necessidade de formular uma terceira opção "autonomista". A *Alianza* representava indícios da resignação por parte dos porto-riquenhos ao sistema colonial, desde que fosse possível a eleição local para governador (AYALA; BERNABE, 2007).

Esse bloco eleitoral desempenhou outro papel, visando suprimir uma tentativa de barrar a ascensão do Partido Socialista, que estava emergindo como uma alternativa eleitoral viável. Ao adentrar o cenário da política regional, os socialistas rapidamente abandonaram suas intenções iniciais de formar um partido independente, representativo das expressões políticas das classes populares rurais, chegando a criar a *Coalición*, – uma aliança com os membros do Partido

⁴⁸ De fato, o *Partido Unión* já havia se posicionado historicamente contra a extensão da cidadania estadunidense para porto-riquenhos se não viesse acompanhada de uma promessa da transformação de Porto Rico em um estado. Os unionistas argumentavam de que essa cidadania seria apenas um entrave para um possível movimento de independência.

Republicano contrários a *Alianza*. A *Coalizón* dominou a política regional até meados dos anos 1940, defendendo autoridades coloniais e os interesses das companhias de açúcar estadunidenses (CABAN, 2002b).

Relacionando essa temática a partir das relações de produção, nota-se uma relativa estabilidade do sistema *centralero* durante grande o começo do século XX. As empresas açucareiras, em especial as estadunidenses, conseguiam enormes lucros e, ano após ano, acumulavam e concentravam capital. Dois eventos, do final da década de 1920, resultariam no fim dessa durabilidade: em 1928, Porto Rico seria devastado pelo furacão *Okeechobee*, resultando em perdas imensuráveis, cenário agravado com a chegada da Grande Depressão em 1929 (AYALA; BERNABE, 2007; DUANY, 2017).

Os efeitos de tais eventos foram devastadores para Porto Rico, resultando em uma queda do PIB *per capita* em torno de 30% entre 1930 e 1933, aumento na pobreza extrema e no desemprego (AYALA; BERNABE, 2007). Como resultado, iniciou-se um período marcado por intensos movimentos trabalhistas, buscando justiça econômica dos barões do açúcar, juntamente com uma melhoria de salários e de condições de trabalho. Organizados pelas classes trabalhadoras de Porto Rico, iniciou-se uma série de protestos políticos e greves nas maiores cidades do país⁴⁹. Estas disputas trabalhistas fomentavam uma postura nacionalista, independentista e colocavam em questão a legitimidade do Governo colonial (CABAN, 2002b).

Tais movimentos expuseram a necessidade de uma intervenção por parte de Washington para evitar uma maior deterioração das condições materiais da Ilha. Objetivando a manutenção de sua colônia, a administração Roosevelt propôs uma versão de seu *New Deal* para Porto Rico, buscando reduzir a brutalidade desenfreada das forças de mercado sob o oligopólio das empresas açucareiras, promovendo assim, uma estrutura mais racional de alocação de

⁴⁹ É necessário apontar que tais eventos contaram com um esforço altamente coordenado por um Comitê de Greve. Dentre estes protestos, talvez o evento mais digno de nota tenha sido a Greve Geral dos Trabalhadores de Açúcar de 1934 (AYALA; BERNABE, 2007).

recursos. Inicialmente, este projeto seria capitaneado pela *Puerto Rican Policy Commission*, e resultaria na criação do chamado *Plano Chardón*⁵⁰, um programa para diminuir poderes das companhias de açúcar sobre os recursos humanos e materiais de Porto Rico. Seria feita uma reforma agrária, contando com diversificação da plantação, bem como a criação de uma política de criação de indústrias estatais para realizar substituição de importações (CABAN, 2002b).

Contudo, tal proposição não viria a sair do papel devido a feroz oposição de políticos estadunidenses, da *Coalizón* e dos açucareiros de Porto Rico, resultando em uma modificação do plano e da criação da *Puerto Rican Reconstruction Administration* (PRRA). Devido a incapacidade da *Coalizón* de apaziguar os protestos, a PRRA foi colocada sob a égide do Departamento do Interior dos EUA. A PRRA teve êxito em seu projeto, conseguindo evitar a dissolução social e mitigar o sofrimento humano, promovendo, portanto, as medidas de reforma agrária, a criação de indústrias de manufatura leve e o fomento de investimentos públicos. Notavelmente, a partir de 1941, começou-se um maior esforço por parte da justiça estadunidense, compelindo corporações açucareiras a cumprir com as obrigações da Lei de 500 Acres, mitigando a situação de desabrigados da Ilha (CABAN, 2002b; GROSGOUEL, 2003). Contudo, percebe-se que, apesar de seu êxito, o *Plano Chardón* não conseguiu extinguir por completo as vozes dos militantes independentistas.

A criação e execução do *Plano Chardón* por parte dos EUA, bem como o advento da Segunda Guerra Mundial, revelaram as velhas lógicas territoriais dos estadunidenses para com Porto Rico, ressaltando sua importância geopolítica nos planejamentos da defesa do Caribe⁵¹. As elites dos Estados Unidos da América

⁵⁰ Grosfoguel (2003) aponta que outro resultado das intervenções propostas pela administração Roosevelt foi a transferência da administração colonial de Porto Rico do Departamento da Guerra estadunidense para o Departamento de interiores.

⁵¹ Durante a Segunda Guerra Mundial Porto Rico foi transformada em um dos maiores enclaves militares do Caribe, buscando proteger a fronteira sul e o Canal do Panamá. O Governo dos EUA construiu e expandiu diversas bases de seu Exército, sua Marinha e sua Aeronáutica na ilha, estacionando milhares de militares para realizar sua defesa. A base da marinha *Roosevelt Roads*, localizada na cidade de Ceiba, virou a maior base naval dos EUA fora do continente (DUANY, 2017).

acreditavam que a insatisfação das classes trabalhadoras porto-riquenhas, com as empresas açucareiras, poderia se configurar como um problema de segurança regional e atrapalhar o uso militar da Ilha durante o período de guerra. Era de interesse nacional a transferência de fundos destinados a criação de milhares de empregos e para a expansão do Governo federal em Porto Rico (DUANY, 2017; GROSGOUEL, 2003). Como coloca Grosfoguel (2003, p.57, tradução do autor) “a estratégia dos EUA em Porto Rico foi a de estender os direitos democráticos básicos aos porto-riquenhos em troca da exploração militar da Ilha”⁵².

Os eventos dos anos de 1930 mudaram radicalmente a política porto-riquenha, resultando na criação do *Partido Popular Democrático* (PPD) em 1939. Esse partido, capitaneado por José Luís Muñoz Marín⁵³, viria a ganhar as eleições nos anos 1940, fato que revelou o grande descontentamento popular com as lideranças políticas anteriores. Seu programa reformista visava o desenvolvimento dentro do enquadramento colonial, resultando no apoio ao partido por parte da administração Roosevelt (CABAN, 2002b).

Assim, durante os anos 1940 “o estado colonial desempenhava as funções de capitalismo coletivo: assumia riscos e acumulava capital; investia, fazia planos e os executava” (DIETZ, 1986, p.186, tradução do autor). A conjuntura internacional deixou pouca escolha para empresas açucareiras a não ser aceitar essas reformas⁵⁴ (CABAN, 2002b).

⁵² Deve-se apontar que a contribuição de Porto Rico para os esforços de guerra fora significativa. Cerca de 65 mil porto-riquenhos serviram durante a Segunda Guerra Mundial, atuando principalmente na 65ª divisão da infantaria do exército estadunidense (DUANY, 2017).

⁵³ O porto-riquenho José Luis Alberto Muñoz Marín (18 de fevereiro de 1898 - 30 de abril de 1980) foi jornalista, político, estadista, considerado o “Arquiteto da *Commonwealth* de Porto Rico”. Em 1948, ele foi o primeiro governador democraticamente eleito de Porto Rico, liderando um Governo que projetou profundas reformas econômicas, políticas e sociais; realizações internacionalmente elogiadas por muitos políticos, estadistas, cientistas políticos e economistas do período. Muñoz Marín foi fundamental para a repressão do Partido Nacionalista e seus esforços para obter a independência (VILELLA, 2009; *The World of Puerto Rican Politics*, 2007).

⁵⁴ Tal afirmação não significa que a importância das companhias açucareiras tenha diminuído em Porto Rico durante este período, apenas que momento particular vivido pela política mundial proporcionou uma maior liberdade para os membros do PPD concretizarem suas reformas (CABAN, 2002b).

Impulsionado pelos ganhos nos campos militares e econômicos, o PPD começou uma campanha por maior autonomia para Porto Rico, alegando que o direito de autogoverno era fundamental para gerenciar os assuntos insulares. Assim, em 1943, uma Câmara dos Representantes (majoritariamente do PPD), enviou uma Resolução para o Congresso Federal exigindo que, após o fim da guerra, Porto Rico ganhasse o direito de exercitar sua autodeterminação. No mesmo ano, o presidente Roosevelt realizou duas medidas que indicavam, portanto, a aprovação de Washington das gestões coloniais: a primeira fora reunir um comitê executivo objetivando examinar maneiras de reforçar a autodeterminação em Porto Rico e, a segunda, a realização de um adendo ao *Jonas Act*, para que os porto-riquenhos pudessem eleger seu próprio governador.

Contudo, com o pós-guerra, a situação havia deteriorado rapidamente. Ainda que o PPD tivesse governado com certa autonomia durante o período de guerra, as fragilidades das bases nas quais ele havia construído seu projeto de capitalismo de Estado estavam expostas: o desemprego havia retornado a níveis pré-guerra; os recursos, outrora abundantes devido à conjuntura internacional, haviam se esgotado; tanto a produção industrial, quanto demanda por açúcar haviam caído substancialmente. Até mesmo a Comissão elaborada por Roosevelt, em 1947, observou que Porto Rico não sobreviveria como uma Nação independente. O PPD não teve escolha, tendo que abandonar seu programa de crescimento interno. “O fim da Segunda Guerra Mundial, trouxe o fim do breve período de capitalismo de Estado e de redistribuição de terras” (CABAN, 2002b).

4.4.1 *Fair Labour Standards Act*

Dentre as reformas estruturais realizadas pelo Governo federal, foi destaque a *Fair Labour Standards Act* (FLSA) de 1938, medida que fora responsável por estabelecer a criação do salário mínimo em Porto Rico. Inicialmente a Lei aplicava o salário mínimo estadunidense de U\$ 0,35 dólares por hora de trabalho. Contudo, tal medida viria a ser rapidamente revogada para evitar “devastar a economia da Ilha” (CASTILLO-FREEMAN; FREEMAN, 1992, p.178, tradução do autor). Como resultado, criou-se comitês compostos por corporações de Porto Rico

que viriam a definir o salário mínimo com valores bem abaixo dos praticados em território estadunidense.

Nota-se que, durante a coleta dos dados para o presente estudo, não foi encontrado nenhum documento demonstrando os valores do salário mínimo instituído por tais comitês, durante os anos iniciais do FLSA. Os dados mais antigos datam de 1950 e demonstram que Porto Rico possuía um salário mínimo de 0,20 dólares por hora, 300% abaixo da média nacional estadunidense de U\$ 0,75 dólares/hora.

4.5 Porto Rico após a Segunda Guerra Mundial – nascimento do *Estado Libre Asociado (ELA)*

O surgimento do Estado Livre Associado e a subsequente industrialização de Porto Rico, ocorreram em um contexto internacional específico – o fim da Segunda Guerra Mundial. Os movimentos de descolonização mundial, a ascensão dos EUA e da URSS como superpotências e o começo de um novo conflito cujo resultado impactaria os rumos do capitalismo global: a Guerra Fria. Ainda que o conflito entre URSS e os EUA jamais tenha a escalada do engajamento direto, a Guerra Fria marcou uma importante transição sobre o papel do poder imperial:

[s]em buscar uma expansão territorial total, os EUA se tornaram a força militar mais poderosa do mundo, com uma economia altamente militarizada. Foi durante esse período que o objetivo do poder militar mudou decisivamente para longe dos objetivos relativamente bem definidos de expansão imperial e rivalidade interimperialista, para o objetivo aberto de policiar o mundo nos interesses do capital (estadunidense) (WOODS, 2009, p.129, tradução do autor).

Assim, faz-se necessário, em um primeiro momento, apontar quais eram os interesses do capital para, assim, poder entender essa nova forma que as políticas imperiais haviam tomado. Tratava-se de um imperialismo qualitativamente novo daquele descrito por Lênin e por outros autores da Teoria Clássica do Imperialismo. Não mais consistia uma relação entre colônias e mestres, mas sim na complexa interação entre Estados-Nações independentes. O capitalismo mundial

estava entrando em um período de expansão que viria a durar até o fim dos anos 1970. Neste sentido,

[...] o poder imperial estava interessado em incentivar uma espécie de 'desenvolvimento' e 'modernização' no terceiro mundo, como forma de expandir seus próprios mercados. [...] Isso deveria ser conseguido pelos simples meios de tornar a reconstrução das economias europeias e o desenvolvimento do 'terceiro mundo' dependentes do cumprimento de condições impostas principalmente pelos EUA (WOODS, 2009, p.132, tradução do autor).

Em contrapartida, criava-se um sentimento anti-colonialista e anti-imperialista no mundo inteiro, um sentimento que José Luis Alberto Muñoz Marin buscou aproveitar de diversas maneiras para atingir seus objetivos de maior autonomia porto-riquenha. No ano de 1945, em uma declaração para os estadunidenses, Muñoz Marin declarou que os soviets poderiam assumir a posição de líder do mundo anti-colonial, avisando que era necessário que os EUA agissem rápido para não perder sua posição com seus aliados. Nesse sentido, Muñoz Marin alegou que o comportamento dos Estados Unidos da América perante Porto Rico era crucial para fortalecer sua posição entre os povos oprimidos (AYALA; BERNABE, 2007).

Seguindo a lógica de Muñoz Marin, Porto Rico, em sua condição colonial, correspondia a uma lacuna dentro da política dos EUA, sendo uma ficha simbólica dentro do tabuleiro da disputa geopolítica mundial entre as duas superpotências da Guerra Fria. Vista pelos soviets como um símbolo dos “objetivos colonialistas e imperialistas dos EUA no mundo” (GROSFOGUEL, 2003, p. 54, tradução do autor), os estadunidenses foram determinantes no desenvolvimento de estratégias que transformassem Porto Rico em uma vitrine para a democracia e o capitalismo. A primeira estratégia seria apontar um governador porto-riquenho na Ilha em 1946.

Em um segundo momento, foi reafirmado o direito dos porto-riquenhos de eleger seu próprio governador, em novembro de 1948, por meio da aprovação da *Elective Governor Act of 1947*. E assim, contando com uma vitória esmagadora de 61,2% dos votos válidos, José Luis Alberto Muñoz Marin se tornou o primeiro

governador eleito de Porto Rico. Nos anos seguintes, o líder do PPD se dedicou a elaboração de um novo conjunto de reformas, que viriam a resultar na criação do *Estado Libre Asociado* (AYALA; BERNABE, 2007).

No ano de 1950 o Congresso Estadunidense promulgou a *Public Law 81-600* que marcou o início de uma transformação institucional e burocrática ampla em Porto Rico. Tratava-se de uma Lei que permitia a realização de um plebiscito, questionando os nativos a respeito da criação de uma Constituição própria regional. O plebiscito sobre a reforma proposta, fora realizado em 4 de junho de 1951 e tinha, como única escolha, aceitá-la ou rejeitá-la nos termos incluídos na PL 600, sendo aceito por 76,5% dos votos válidos. Em 27 de agosto do mesmo ano, delegados foram eleitos para fazer parte de uma Assembleia Constitucional. Após a realização da Constituição elaborada, aprovada por 80% dos votos pelos participantes e enviada ao Congresso estadunidense para ser ratificada em 1952, Porto Rico foi declarado um “*Estado Libre Asociado*”, tradução da palavra *Commonwealth* (AYALA; BERNABE, 2007).

Podemos notar a importância que a pressão internacional teve para a concretização do ELA, uma vez que no dia 19 de Janeiro de 1953, subsequentemente a aprovação e ratificação da Constituição porto-riquenha, os Estados Unidos da América informaram a Organização das Nações Unidas (ONU) de que Porto Rico havia se tornado um território auto-organizado e que havia entrado em uma união com os EUA por vontade própria (CABAN, 2002b; MALAVET, 2004). Desta forma os estadunidenses enquadravam Porto Rico como um “território sem Governo próprio”, tal como descrito no artigo 73 da Carta da ONU⁵⁵:

⁵⁵ O uso deste artigo é geralmente reservado para povos sob tutela e exige relatórios periódicos do Estado-Nação sobre as condições da tutela. Contudo, por invocarem o fato de que Porto Rico entrou nesta relação de *Commonwealth* voluntariamente, os EUA estavam invocando o princípio de autodeterminação dos povos, se isentando da elaboração de tais relatórios. A ONU aceitou tal posição e os EUA foram eximidos da responsabilidade de elaborar relatórios (MALAVET, 2004).

Os membros das Nações Unidas, que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos não tenham atingido a plena capacidade de se governarem a si mesmos, reconhecem o princípio de que os interesses dos habitantes desses territórios são da mais alta importância e, aceitam, como missão sagrada, a obrigação de promover no mais alto grau, dentro do sistema de paz e segurança internacionais estabelecido na presente Carta, o bem-estar dos habitantes desses territórios [...] (ONU, 1945).

Um ponto que fora reforçado por Muñoz Marín em suas afirmações sobre o novo *status* da Ilha, sob a condição de ELA, foi pautado nos princípios da liberdade: “removeu a própria base da relação da natureza e responsabilidade do colonialismo. Ele não pode ser revogado ou alterado unilateralmente” (MUÑOZ MARÍN, 1952, *apud* CABAN, 2002b, p.189, tradução do autor). Trata-se de uma afirmação que encontra pouco respaldo na realidade concreta, uma vez que o Congresso Federal manteve claro que detinha autoridade constitucional para anular a Constituição porto-riquenha, bem como o poder para vetar quaisquer legislações que achasse imprópria. Uma afirmação reforçada em por um Relatório Federal elaborado em 1997, afirmando que:

[...] embora o Congresso tenha concedido o direito de autogoverno local a Porto Rico, não houve alteração fundamental no relacionamento constitucional de Porto Rico com os Estados Unidos: Porto Rico permanece sujeito à Cláusula Territorial (GAO, 1997, p.7, tradução do autor).

Neste sentido, apesar de invocarem a autodeterminação dos povos perante a ONU, a ascensão de Porto Rico à condição de Estado Livre Associado (ELA) não alterou em nada a visão estadunidense sobre a Ilha. Através de uma extensa análise sobre casos da Suprema Corte estadunidense, Pedro Malavet (2004) aponta que existe uma conformidade sobre a visão de inferioridade de Porto Rico, expondo que não houve de fato, uma alteração legal sobre o antigo *status* de Território Incorporado. Ademais, Porto Rico continua sob a égide da Cláusula Territorial. Sob o ponto de vista econômico, não se encontra nenhuma alteração nas medidas que mantinham Porto Rico preso dentro do circuito de produção e de troca com os EUA:

[i]sso incluía isenções de impostos federais, um sistema monetário comum, inclusão na área alfandegária dos EUA, provisões para cobrança e devolução de impostos especiais de consumo, acesso aos mercados financeiros dos EUA, tratamento especial sob as leis tributárias federais, legislação marítima insular, isenção parcial da *Fair Labour Standards Act*, proibições contra tratados comerciais com nações estrangeiras, transferências federais diretas a indivíduos e à burocracia pública e aplicação da legislação da *Taft-Hartley*. O governo federal manteve o controle sobre a política monetária e comercial, determinou o uso exclusivo dos EUA. [...] e manteve as disposições originais da Lei *Foraker* que autorizavam a administração colonial a estabelecer um sistema tributário (CABAN, 2002b, p. 215, tradução do autor).

De forma semelhante, Malavet (2004) aponta que:

Porto Rico está sujeito aos processos regulatórios legislativos e executivos nacionais dos cinquenta Estados Unidos da América, e essas leis e regulamentos são executados em Porto Rico por funcionários executivos e judiciais federais. Mas, ao mesmo tempo, os porto-riquenhos não têm participação significativa no processo político em nível nacional, porque não têm permissão para votar no presidente dos Estados Unidos da América, e sua única representação no Congresso é um representante sem direito a voto na Casa (MALAVET, 2004, p.47, tradução do autor).

Neste sentido, apesar do novo título, pode-se afirmar que Porto Rico continuava sob a mesma condição.

5 **OPERATION BOOTSTRAP:**

INÍCIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO DA ILHA

A reorganização da economia mundial ocorrida após a Segunda Guerra Mundial criou um cenário que favoreceu a semi-industrialização de alguns países subdesenvolvidos, e facilitou a criação de um fluxo migratório no sentido Sul-Norte. O que ocorre no nosso caso, guardando as particularidade que serão estudadas.

Em maio de 1947, o legislativo porto-riquenho aprovou o *Industrial Incentives Act* que não apenas isentava as companhias qualificadas de diversas taxas, tais como impostos municipais, mas apresentava uma isenção total do imposto de renda até 1959 (e parcial até 1962). Com essa Lei, Porto Rico iniciava a chamada *Operación Manos a la Obra*, também chamada de *Operation Bootstrap*, marcando o início de uma rápida industrialização e urbanização da Ilha (DIETZ, 2018).

Tal operação buscava a minimizar o fracasso da tentativa de industrialização via investimento público. Nesse contexto, surgia o plano que viria a ser denominado de *Operation Bootstrap*, ou *Operación Manos a la Obra*, que objetivava a criação de um enquadramento estável a fim de atrair de investimentos externos para a Ilha (LAPP, 1995).

Porto Rico almejava resolver suas questões sociais através de uma rápida modernização, conjurada no ideário da construção de um parque industrial próprio e financiado pela iniciativa privada externa, principalmente estadunidense. Nesse sentido, o capital seria atraído para Porto Rico por três razões: a primeira diz respeito aos enormes incentivos fiscais oferecidos pela Ilha, na forma da isenção de tributações, tanto federais, quanto regionais; a segunda motivação seria gozar do livre acesso ao mercado interno dos Estados Unidos da América (que a possuía); por fim, destaca-se o baixo custo da mão de obra porto-riquenha, principalmente quando comparada com a estadunidense (AYALA; BERNABE, 2007; LAPP, 1985).

Apesar da aparente similaridade do desenho da *Operation Bootstrap* com os projetos desenvolvimentistas de substituições de importação latino-americanos, faz-se necessário apontar uma diferença crucial entre os dois modelos: enquanto os Cepalinos partem do ideário de fazer uso do capital externo, com vistas à consolidação de um mercado interno, o projeto de industrialização porto-riquenho encontrava-se deslocado da relação entre a oferta e a demanda interna. Era um processo de industrialização orientado para a exportação de seus produtos para o mercado estadunidense (DIETZ, 1979).

Sob a direção da *Compañía de Fomento Industrial de Puerto Rico* – ou simplesmente *Fomento* – a Operação promoveu e vendeu a Ilha como paraíso altamente lucrativo para investidores. Imagem que encontrou ressonância ao se fazer uma análise superficial do momento histórico, uma vez que Porto Rico configurava-se como uma das áreas mais industrializadas do planeta em 1970. Seu Produto Interno Bruto (PIB), passou de 287 milhões em 1940, para 7.914 milhões em 1970. Em torno de 20 anos, a produção primária característica da Ilha havia deixado de existir, emergindo em seu lugar uma pujante economia industrial (AYALA; BERNABE, 2007; DIETZ, 1979).

Contudo, as rápidas revoluções espaciais, resultantes da *Operation Bootstrap*, não seriam suficientes para garantir a autonomia da Ilha, mas apenas acentuariam a dominação estadunidense, transformando a economia porto-riquenha em dependente e dominada pelo capital monopolista dos EUA.

Primeiramente, retoma-se as cinco características apontadas por Lênin e as cinco características indicativas da presença do capital financeiro:

(1) a concentração da produção e do capital evoluiu a um nível tão alto que criou monopólios que desempenham um papel decisivo na vida econômica; (2) a fusão de capital bancário com capital industrial e a criação com base nesse "capital financeiro" de uma oligarquia financeira; (3) a exportação de capital, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância excepcional; (4) a formação de associações capitalistas monopolistas internacionais que compartilham o mundo entre si; e (5) a divisão territorial do mundo inteiro entre as maiores potências capitalistas é concluída (LÊNIN, 1999, p.10, tradução do autor).

Iniciamos esta análise trazendo nosso olhar para os dois últimos pontos delineados por Lênin, uma vez que o percurso metodológico realizado pelo trabalho até então já nos fornece as respostas sobre como tais fenômenos se manifestam dentro da produção espacial de Porto Rico. Sabemos, por meio do capítulo três, da importância que a política externa estadunidense confere ao continente americano, sintetizada em sua Doutrina Monroe; bem como o papel político desempenhado por Porto Rico dentro desta visão. Concepções que eram exacerbadas pelo período vivido durante o recorte temporal, a Guerra Fria.

Trazendo nosso olhar para o Quadro 1, identificamos de imediato os **Atores-Chave** correspondentes em cada uma das lógicas: Sob a **lógica territorial**, encontramos os Estados Territoriais, protagonizados no presente estudo por **Porto Rico** e pelos **Estados Unidos da América**; enquanto, sob a **lógica capitalista**, as **empresas** que se mudaram para Porto Rico.

Assim, faz-se necessário expor, de forma sintética, as lógicas que resultaram na configuração geopolítica mundial durante o recorte temporal selecionado objetivando compreender a divisão territorial global. Como nos referimos ao período da Guerra Fria, de imediato contextualiza-se a divisão do territorial global em dois pólos, cada qual liderado por uma das grandes potências mundiais: EUA e URSS.

Como apontado no Quadro 1, o imperialismo de lógica territorial apresenta como sua característica principal a expansão do controle territorial para a promoção dos interesses do Estado. Neste sentido, buscamos apontar os interesses

estadunidenses e de Porto Rico durante o recorte selecionado. No caso dos EUA trazemos dois interesses principais:

O primeiro refere-se à manutenção da unidade interna dos EUA mediante suas contradições internas políticas e econômicas. Como discorrido anteriormente, é tradicional da nação buscar sua manutenção interna por parte de exportações de contradições para um “outro” para poder expandir (HARVEY, 2003). Portanto, era do interesse do capital estadunidense, garantir a manutenção do espaço territorial da Ilha, tanto no nível de sua identidade de produção, quanto em seu planejamento geopolítico. Um traço que fora fortemente reforçado durante a Guerra Fria.

Relativo à lógica capitalista, Porto Rico, assim como os outros espaços abertos com o fim da Segunda Guerra Mundial, oferecia uma dimensão espacial inteiramente nova para que as forças moleculares do capital pudessem construir revoluções espaciais e evitar sua degradação. Era um período determinante de uma economia em expansão, demonstrando exemplarmente que, “o poder imperial estava interessado em incentivar uma espécie de desenvolvimento e modernização no Terceiro Mundo, como forma de expandir seus próprios mercados” (WOODS, 2009, p.192, tradução do autor).

Em segundo lugar, reforçamos a importância da ilha dentro da arena geopolítica mundial. Como fora discutido extensamente nos capítulos anteriores, a principal importância de Porto Rico para os EUA repousa em sua localidade geográfica como o local de onde a Doutrina Monroe pode ser aplicada para todo o continente americano.

Nota-se no entanto que o desenrolar da Guerra Fria - principalmente a Revolução Cubana de 1959 - foram responsáveis por adicionar uma dimensão simbólica a Porto Rico (GROSFOGUEL, 2003). Pelo ponto de vista da lógica territorial, a rápida industrialização de Porto Rico apresentava-se como uma vitória simbólica sobre o potencial modernizador da ideologia capitalista, um laboratório social cujo rápido desenvolvimento de suas forças produtivas e de sua “democracia

pujante”, serviam contraponto direto para a presença comunista nas Américas (CAMPOS; BONNILLA, 1982; LAPP, 1995).

Visando a apresentação de forma metodológica para esta investigação, nos voltamos para as características necessárias para a realização de uma investigação que empregue o materialismo histórico dialético. Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que esta corresponde a uma metodologia que privilegia a concepção de um mundo em constante movimento, que está sempre em transformação contraditória e dialética.

Ademais, deve-se substituir as concepções formais de causalidade e individualidade de um objeto por um enquadramento que de determinações inter relacionadas dentro de uma totalidade, onde “nenhuma determinação vem primeiro e pode-se dizer que cada processo individual determina e é determinado pelos outros” (OLLMAN, 2003, p.71, tradução do autor). Deve-se ressaltar que tratar esta afirmação com um cuidado, uma vez que a concepção de “totalidade” não implica em conferir importância igual para o todos seus processos. Existem processos cujas determinações impactam mais outras do que são impactadas e é de grande importância dentro de uma pesquisa marxista apontar quais processos devem ser priorizados na análise (OLLMAN, 2003).

Neste sentido, seguimos o conselho que Harvey (2001) oferece e nos voltamos para os passos trilhados por Marx em “O Capital”. Não é coincidência que a obra de Marx tenha como ponto de partida a mercadoria, pois sua condição como fruto do trabalho humano no capitalismo a eleva a maneira na qual este modo produtivo é reproduzido.

Objetivando seguir tais passos, a presente exposição encontra-se dividida em três seções: Primeiramente investigar-se-á o circuito da mercadoria em Porto Rico, apontando-se as condições de possibilidade para a sua industrialização e a maneira na qual a mais-valia era realizada em tal economia. Em um segundo momento, buscar-se-á compreender as maneiras na qual o fluxo de trabalho operou

durante tal industrialização. Por fim, trazemos nossa análise para o campo do capital financeiro e do grandes bancos.

5.1 Fluxo do Capital e da Mercadoria em Porto Rico

Trazendo nosso olhar para Porto Rico, começamos nossa análise reconhecendo o desenho sob o qual o projeto fora idealizado. Muñoz Marin inicialmente concebeu a *Operation Bootstrap* como um processo de “industrialização por convite” e traçou dois objetivos principais: “(1) a integração de longo prazo da economia local nos circuitos de produção e comércio dos EUA, e (2) preservação da vantagem comparativa nos custos de produção em relação aos centros regionais de fabricação no continente” (CABAN, 1989, p.564, tradução do autor). Pode-se afirmar que a aposta que o PPD estava realizando é que Porto Rico poderia resolver suas questões sociais por meio de um rápido processo de modernização, conjurada no ideário da construção de um parque industrial próprio e financiada pela iniciativa privada externa, principalmente a estadunidense.

Como apontado no Quadro 1, trazemos as seguintes compreensões sobre a natureza do poder econômico: ele corresponde há um poder difuso, difícil de ser controlada, que tem como característica principal sua fluidez de maneira molecular através do tempo e do espaço; ademais, relativo a sua relação com sua espacialidade, entende-se que ele busca sua expansão por meio da exploração das condições assimétricas entre as regiões.

Contextualizando tais constatações para o objeto em questão, aponta-se que a captação destes fluxos moleculares do capital para Porto Rico só seria possível mediante a presença e a reafirmação de tais assimetrias, por meio do aumento da exploração de suas desigualdades perante o continente. Neste sentido, para capturar os processos moleculares do capital dentro de seu território, Muñoz-Marín buscou explorar as duas principais vantagens comparativas que Porto Rico possuíam em relação aos Estados Unidos da América: As isenções fiscais e os baixos salários de sua força de trabalho.

Como já versamos sobre a natureza e os impactos dessas isenções anteriormente, focar-se-á na questão salarial. Assim, iniciamos nossa exposição apresentando na Tabela 1 o quão assimétricas eram tais diferenças relativas a categoria salário mínimo comparado entre os EUA e Porto Rico.

Tabela 1: Salário Mínimo Comparado – EUA e Porto Rico
(por horas de trabalho)

Ano	EUA	Porto Rico
1950	\$0,75	\$0,20
1956	\$1,00	\$0,45
1961	\$1,15	\$0,61
1963	\$1,25	\$0,72
1967	\$1,40	\$0,97

FONTE: Adaptado de CASTILLO-FREEMAN; FREEMAN, 1992.

De imediato nota-se uma diferença salarial significativa, que oferecia condições ideais para que esse deslocamento fosse realizado. Contudo, deve-se apontar que a existência de tal disparidade não ocorria de forma orgânica, uma vez que, como apontado previamente, o montante do salários mínimos eram estipulados por um comitê formado por representantes das indústrias da ilha (CASTILLO-FREEMAN; FREEMAN, 1992). Nota-se que apesar de não ter sido encontrado nenhum documento referente a estas reuniões, é seguro inferir que os interesses da burguesia estadunidense eram fortemente representados neles. Justifica tal dedução com o fato de que em 1975 o capital estrangeiro controlava cerca de 80% do parque industrial porto-riquenho (NORTH AMERICAN CONGRESS ON LATIN AMERICA, 1975).

Antes de seguirmos em frente com a nossa investigação, faz-se necessário trazer apontamentos sobre a unidade dos processos de realização do capital. A teoria marxista afirma que o valor do capital (resultante da extração de

mais-valia) é apenas realizado⁵⁶ no fim de seu circuito, ou seja, durante a *venda* da mercadoria. A interrupção deste movimento, significaria a depreciação do valor da mercadoria-capital.

Aqui nos deparamos com uma primeira contradição presente na economia política de Porto Rico. O valor para ser realizado necessita que o movimento da mercadoria ocorra, contudo, como consequência dos baixos salários das classes trabalhadoras este não pode ser realizado na esfera interna da ilha. Buscando compreender as sínteses de tal dialética, retomamos a afirmação de Marini (2006, p.18) que “o sacrifício do consumo individual dos trabalhadores, em favor da exportação para o mercado mundial, deprime os níveis de demanda interna e institui o mercado mundial como única saída para a produção”. Nessa perspectiva, olha-se para natureza da troca de mercadorias em Porto Rico, como resultante de uma integração violenta e exteriorizada, voltada ao mercado mundial. A produção porto-riquenha não buscava responder às demandas de seu mercado interno e necessitava manter os salários dos trabalhadores baixos, uma vez que “como a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais valia” (MARINI, 1972, p.27).

Constatado a descolagem da produção porto-riquenha com sua demanda, coloca-se o olhar para as consequências na troca de mercadorias. Marini adverte que, “o intercâmbio de mercadorias, expressa a troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam” (MARINI, 1972, p.9). Trazendo tal afirmação para o objeto em estudo, encontra-se nesse descolamento, entre demanda interna e produção, o “incremento dos lucros que disso se deriva [...] coloca o capitalista em condições de desenvolver expectativas de consumo sem contrapartida na produção interna (orientada para o mercado mundial)” (MARINI, 1972, p.18).

Tabela 2: Valor das exportações e importações de mercadorias e déficit comercial: 1958-1966 (em milhões de dólares)

⁵⁶Aqui entendido como a transformação de capital-mercadoria para capital dinheiro (M-D').

Anos Fiscais	Exportação de mercadorias	Importação de Mercadorias	Déficit
1958	475,2	731,1	255,9
1959	511,8	811,2	299,4
1960	622,1	915,0	292,9
1961	687,4	927,3	239,9
1962	757,4	1.092,0	334,6
1963	845,3	1.159,7	314,4
1964	918,4	1353,8	435,4
1965	974,0	1514,5	540,6
1966	1.320,8	1.798,9	478,9

FONTE: Produção autoral, adaptado de *JUNTA DE PLANIFICACIÓN* (1964;1965;1966;1967)

Observa-se de imediato na Tabela 2 que, apesar do desenvolvimento das forças produtivas de Porto Rico, existe uma grande disparidade entre a parcela de importações e de exportações. Trata-se de um *gap* que não diminuiu com o passar dos anos da *Operation Bootstrap*, muito pelo contrário, apenas se intensificou.

A consistência e a permanência dessa discrepância não pode ser compreendida quando isola-se as partes, pois o movimento do objeto é apenas revelado quando se observa as interações da totalidade. Primeiramente, pode-se inferir que a diferença entre as importações e as exportações de Porto Rico não configuram-se como uma anomalia, mas sim parte integral e estruturante de seu fluxo de capital, ou como Marini coloca “não é tampouco porque produziram além do necessário que sua posição comercial se deteriorou, mas foi a deterioração comercial o que as forçou a produzir em maior escala” (MARINI, 2005, p. 9)

Tal constatação, se assoma ao baixo salário das classes trabalhadoras de Porto-Rico, indicando que sua participação na economia era marginal. Assim, a tendência observada é de descolamento entre a oferta e a demanda,

impossibilitando a existência uma economia voltada para o consumo de seus nacionais.

Trata-se de uma situação familiar dentro dos estudos de Marini: uma economia incapaz de atender sua própria demanda necessita voltar-se para fora. Dessa forma, encontramos a contradição motriz do movimento do capital porto-riquenho. Sua condição como uma economia “nascida para atender uma demanda pré-existente” (MARINI, 2006, p.21), traduz-se em um limite estrutural para o desenvolvimento de suas forças produtivas - resultantes das particularidades de suas inserção no capitalismo mundial. A realização do valor de suas mercadorias ocorre somente através do comércio com os EUA, configurando-se como uma desigualdade inerente de sua produção.

[...] Nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador (MARINI, 2006, p.11).

Em um hiato que forçava o capital a diminuir sua produtividade dentro dos países desenvolvidos, fruto das condições geopolíticas mundiais, havia necessidade de expansão. Nesse sentido, a espacialidade porto-riquenha oferecia uma dimensão singular para que as firmas pudessem super-explorar a mão de obra dos países de terceiro mundo (DUMÉNIL; LÉVY, 2007). Retomando os conceitos de Harvey de “acumulação por espoliação” e “arranjo espaço-temporal”, traça-se um indicativo de que o fluxo de capital-dinheiro para Porto Rico não configurou-se como um movimento capitalista em prol da ilha, mas fora necessário para a manutenção da reprodução, e até mesmo acumulação, de capital dentro dos EUA.

Neste sentido, aponta-se a existência de um esforço intencional da burguesia industrial para o manutenção dos baixos salários das classes trabalhadoras de Porto Rico. Contudo, deve-se apontar que a existência de tal movimento não poderia ser concretizado apenas pela vontade da burguesia, necessitando o apoio do aparelho estatal.

Dentre as investigações realizadas sobre os diversos movimentos de repressão empregados pelo governo de Porto Rico apontamos como de particular relevância para a presente pesquisa a relação do PPD com os movimentos sindicais locais. Apesar de oficialmente apoiar a criação de sindicatos, o Estado porto-riquenho buscou intervir diretamente em suas operações internas e nas relações com os trabalhadores, demonstrando-se favorável às condições do imperialismo capitalista (DIETZ, 1979). Quanto a presença de monopólios, não fora possível confirmar-las por base de fontes primárias, no entanto, diversos estudos como Dietz (1979), Campos e Bonilla (1982) confirmam tal presença.

Assim, tiramos duas conclusões preliminares da presente etapa da análise. Primeiramente, nota-se que, diferentemente dos objetivos emancipatórios propostos pelo PPD com a *Operation Bootstrap*, o processo de industrialização porto-riquenho resultou em uma economia que enquadra-se perfeitamente no desenho teórico delineado por Marini: a economia dependente.

Em segundo lugar, apontamos confirmação do segundo ponto delineado por Lênin, que diz respeito a “presença decisiva de monopólios na vida econômica”. Principalmente quando atentamos ao fato de que estes monopólios possuíam papel decisório sobre as condições materiais das classes trabalhadoras, bem como apoio do aparelho estatal para a realização do valor da mercadoria.

5.2 *Operation Bootstrap* – A espacialidade e o fluxo de trabalho

Contextualizando a investigação das lógicas territoriais no presente estudo, busca-se o entendimento das transformações espaciais em consonância com o fluxo de trabalho em Porto Rico durante o recorte temporal selecionado (1952-1968). Justifica-se tal seleção pelo entendimento de que apenas o trabalho humano é responsável por adicionar valor a mercadoria.

Diversos autores caracterizaram os anos iniciais da *Operation Bootstrap* como um momento de intensa urbanização da Ilha, marcadas por êxodo dos trabalhadores rurais em direção às cidades (CABAN, 2002b; DIETZ, 1979;

SANTANA, 2008). Como observado na Figura 3 em apenas 20 anos Porto Rico se tornou altamente urbanizada, com 64,79% de sua população morando em zonas urbanas.

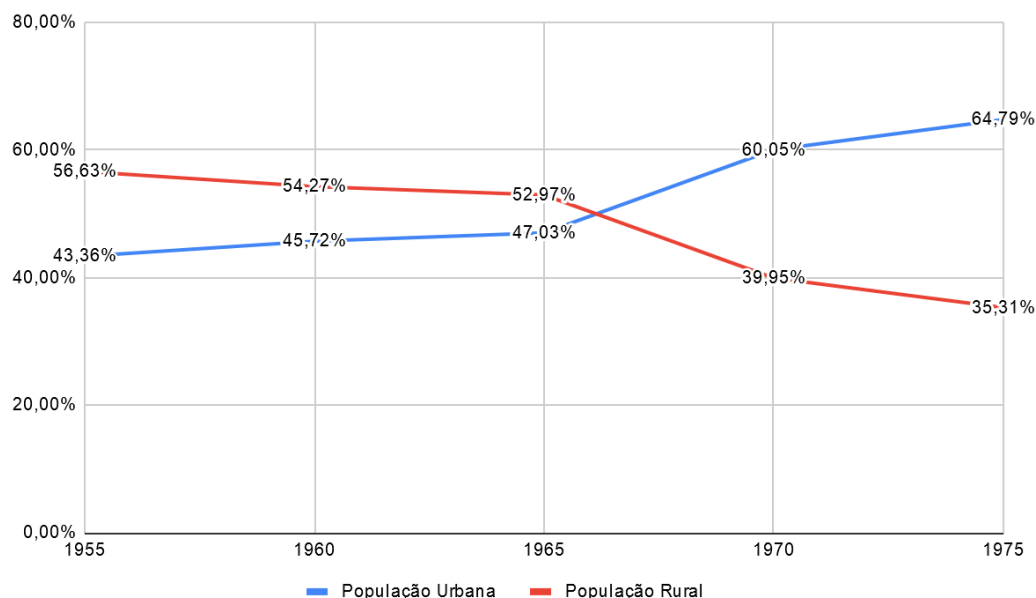


Figura 3: Urbanização de Porto Rico (1955 - 1975)

FONTE: Elaboração própria, dados coletados de WORLDOMETER⁵⁷

O êxodo rural da força de trabalho em direção à cidade é comum dentro do processo de industrialização, sendo uma consequência natural da intensificação da competição capitalista. “A troca de bens e serviços (incluindo força de trabalho) sempre resulta em mudanças de locação” (HARVEY, 2003, p. 94, tradução do autor), propiciando a criação de uma geografia de interação humana em determinado local. Contudo, a movimentação espacial humana não é livre, mas condicionada numa tensão entre “fluidez” e “rigidez”, apresentando a distância um potencial de fomento para as interações humanas, traço esse que acaba, invariavelmente, gravado no espaço. E, como desenlace dessa dialética, coexiste a frequência de atividades agrupadas em um determinado local, resultando em desenvolvimentos geográficos desiguais e na criação da divisão territorial e espacial

⁵⁷ Dados disponíveis em <<https://www.worldometers.info/demographics/puerto-rico-demographics/#urb>> . Acesso 20/08/2019.

do trabalho, criando “regiões”. Trata-se de um fator que é intensificado pela competição capitalista, fazendo com que os fluxos de seus processos moleculares, naturalmente, se direcionam para onde já exista capital fixado no espaço.

Contudo, existem duas particularidades que se deve apontar sobre tal fenômeno migratório: primeiramente, retoma-se a afirmação de Wallerstein (2003, tradução do autor) de que “[dentro do capitalismo histórico] os Estados legislaram de maneira a aumentar a mercantilização da força de trabalho, abolindo vários tipos de restrições costumeiras ao movimento dos trabalhadores de um tipo de emprego para outro”. Assim, avoca-se nosso olhar para as ações do Estado durante o período histórico em estudo, identificando sua priorização por um rápido processo de industrialização. O PPD acabou por negligenciar outros setores da economia porto-riquenha e a produção agrícola (anteriormente a principal receita de Porto Rico) foi afetada pelos novos modelos de produção. Como consequência, ressurgiu uma massa de trabalhadores rurais rumo às cidades, seja por falta de opção ou por acreditar na promessa de melhoria em sua qualidade de vida (SANTANA, 2008). O segundo ponto, a ser ressaltado sobre tal fenômeno, consiste no fato de que esses trabalhadores não migraram apenas para as cidades de Porto Rico, mas iniciaram um fluxo massivo em direção aos Estados Unidos da América. O próprio capital imbuído na terra chama mais capital, sendo compreensível que trabalhadores porto-riquenhos tenham migrado para tais locais.

De fato, Dietz (1986) atenta que, desde a promulgação da cidadania estadunidense com o *Jonas Act* de 1917, sempre existiu um fluxo migratório de Porto Rico em direção aos EUA. O que difere este fenômeno do antigo é a magnitude dos processos que ocorreram a partir da *Operation Bootstrap*. Para exemplificar, aponta-se que, apenas em 1953, emigraram quase tantas pessoas de Porto Rico para os EUA quanto no período inteiro de 1900 até 1945. Como observado na Figura 4, em 1970 cerca de 23% dos nascidos em Porto Rico haviam-se mudado, permanentemente, para os Estados Unidos da América.

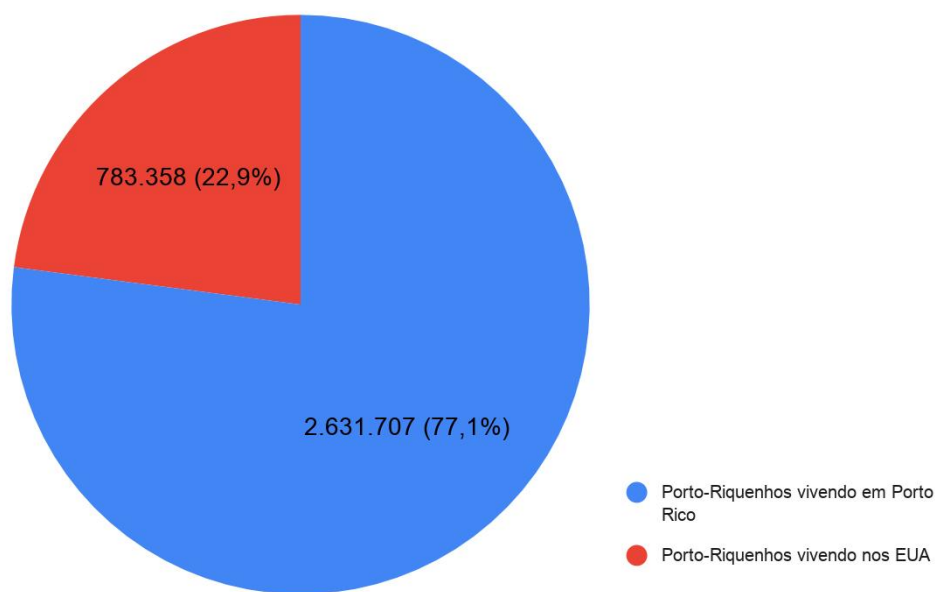


Figura 4 - A Diáspora de Porto Rico (1970)

Fonte: Produção do autor, adaptado de Dietz (1976) e Worldometers⁵⁸

Constatado tal anomalia, iniciamos nossa análise sobre os processos que compõem tal fenômeno. De início, retomamos os apontamentos de Harvey (2003) supracitados sobre a mobilidade dos fluxos moleculares do capital e suas limitações resultantes das distintas configurações espaciais “

Como Harvey (2003) aponta, quaisquer fluxos moleculares do capitalismo encontram sua mobilidade limitada, fisicamente, pelas distintas configurações espaciais em que estão inseridas. Propondo-se um olhar para o objeto em estudo, aponta-se que, sua condição como uma Ilha, afastada geograficamente do continente pelo Mar do Caribe, configura-se como uma barreira potente, capaz de deter a migração de mão de obra. Portanto, atribuir a existência do processo migratório apenas nas diferenciações regionais, seria ignorar as dimensões da rigidez espacial e sua relação com as lógicas de acumulação do capital no tempo e no espaço.

⁵⁸ Dados disponíveis em <<https://www.worldometers.info/demographics/puerto-rico-demographics/#urb>> . Acesso 20/08/2019.

Contudo, é necessário tomar cuidado quando se enfatiza a importância da distância, pois apesar do espaço impor barreiras, a visão de Harvey (2001) difere de autores como Mahan, que compreende o espaço como soberano absoluto das relações humanas. Harvey (2001; 2004), é enfático ao apontar que a lógica espacial é construída socialmente e que as revoluções tecnológicas, em consonância com o surgimento do modo de produção capitalista, emanciparam a humanidade de sua relação submissa às diferenciações naturais.

O “movimento sobre o espaço, só é possível através da fixação de certas estruturas físicas” (HARVEY, 2003, p.99, tradução do autor). Nesse contexto, emigrações só seriam possíveis através do uso de estruturas capazes de transpor tais obstáculos. As barreiras naturais da Ilha tornam o transporte terrestre inviável, restando apenas a travessia de grandes corpos de água, como aeroportos, ou portos marinhos.

O controle de fronteiras sempre foi uma parte fundamental para a dominação imperialista. Nesse sentido, Santana (1998) aponta que tal movimento migratório não foi acidental, mas resultado de um programa intencional por parte dos Estados Unidos da América de estímulo à migração⁵⁹. A título de ilustração, passagens aéreas (sem retorno) de San Juan até Nova York podiam ser encontradas por preços em torno de U\$ 45,00.

Em tal cenário, admitindo o crescimento, ou até mesmo estagnação, da economia, presume-se de antemão que a existência de um fluxo migratório de tal magnitude resultaria em uma baixa do desemprego. Contudo, como demonstrado na Tabela 1, essa não era a questão. As taxas de desemprego continuaram altas, correspondendo a uma média de 11%. Aponta-se que, apesar da alta do PIB, tal crescimento não fora compartilhado com todos os membros da sociedade.

Tabela 3: Taxa de desemprego (anos selecionados)

⁵⁹Nota metodológica: tal informação é corroborada por diversos autores versados sobre a temática, tais como Dietz (1979), Cabán (1989) e Campos e Bonilla (1982). Contudo, não fora encontrado nenhum documento primário que confirmasse a existência de tal política.

Ano	Taxa
1950	12,90%
1952	16,00%
1956	13,20%
1960	13,20%
1963	12,80%
1964	11,20%
1965	11,60%

Fonte: Adaptado de JUNTA DE PLANIFICACIÓN (1967)

Destarte, apresentamos aqui a contradição entre a contínua existência de uma *elevada taxa de desemprego* - que, segundo Dietz (1979) é comparável às taxas de outros países latino-americanos- ao mesmo tempo em que existe um *grande processo migratório*. A concepção do capitalismo como totalidade implica na correlação desses fatos. Sintetizados, são condição *sine qua non* para a manutenção do *status quo*, tendo na *Operation Bootstrap* sua máxima expressão:

[...] uma vez que todos os pobres e redundantes de Porto Rico fossem trazidos para a órbita da economia moderna ou enviados para o exterior, a Nação entraria tranquilamente na estrada do desenvolvimento capitalista auto-sustentado (CAMPOS; BONNILA, 1982, p.558, tradução do autor).

Em retrospecto, entende-se que caso o amplo movimento em questão não ocorresse, os antagonismos sociais gerados pela abismal desigualdade se acentuariam. Dessa forma, sem “essa realocação maciça, a estrutura social porto-riquenha teria sido esticada até o ponto de ruptura” (DIETZ, 1979, p.28, tradução do autor). Além disso, não podem ser ignoradas as similitudes entre a integração dessa força de trabalho no continente com aquelas realizadas - tais como negros, indígenas e outros imigrantes - durante a formação territorial dos EUA como uma mão de obra barata empregada em trabalho intensivo (SANTANA, 1998). Para analisar a significância de tal dado, iniciamos com uma frase de Harvey:

A produção do espaço, a organização de divisões territoriais do trabalho totalmente novas, a abertura de complexos de recursos novos e mais baratos, de novas regiões como espaços dinâmicos de acumulação de capital e a penetração de formações sociais pré-existentes pelas relações sociais capitalistas e institucionais [...] **fornecem maneiras importantes de absorver excedentes de capital e mão-de-obra** (HARVEY, 2003, p. 116, tradução do autor)

Como o autor aponta, a produção de espaço e a reorganização de novas divisões territoriais de trabalho apresentam um papel central dentro da manutenção das contradições inerentes ao modo de produção capitalista ao absorver seus excedentes. Nesse sentido, pode-se inferir que o papel desempenhado por Porto Rico era o de aliviar as contradições internas estadunidenses- garantindo assim a manutenção de sua unidade interna - agindo como um espaço para absorver seu capital excedente.

5.3 Operation Bootstrap – Investimento externo e dividendos

Assim, adentramos na última parte da presente análise, onde buscar-se-á, correlacionar os eventos pesquisados a partir da lógica do imperialismo. Antes de prosseguir, retomamos a conclusão previamente apontada de que Porto Rico configura-se como uma nação incapaz de realizar o valor de suas mercadorias em sua esfera interna, necessitando a importação dos EUA para atender suas demandas próprias, o que acaba resultando em um déficit na sua balança comercial. No entanto, a existência desse déficit não significa que exista de fato a presença do capital financeiro, compreendido aqui como a fusão contraditória do capital bancário com o capital industrial, um processo dialético cuja síntese resulta na extração dos lucros exorbitantes do imperialismo capitalista (LÊNIN, 1999; WOODS, 2009).

Neste sentido, retomamos o terceiro ponto delineado por Lênin sobre o imperialismo consistir em uma etapa qualitativamente nova do capitalismo onde a exportação de capital financeiro é priorizada sobre a de mercadorias e a presença de monopólios. Assim, temos expostos às condições de possibilidade do capital financeiro e as duas etapas que ainda necessitam ser investigadas:

Primeiramente, esta investigação averigua a importância do capital estrangeiro na produção local, bem como o fluxo de saída de capitais. Nesse sentido, através de uma coleta rigorosa de dados do *Economic Study of Puerto Rico, Report to the President (1953-1968)* encontrou-se os seguintes dados:

Tabela 4: Investimento Externo em Porto Rico

Anos Fiscais	Investimento Externo Direto (em milhões de dólares)	Porcentagem do investimento externo em relação ao total
1953	19,2	12,10 %
1954	30,1	17,40 %
1955	41,09	20,70%
1956	57,1	26,03%
1957	59,5	22,90%
1958	101,4	36,00 %
1959	59,1	19,50 %
1960	74,9	21,10 %
1961	95,4	25,30 %
1962	170	38,00 %
1963	169,6	34,90%
1964	176,3	30,20 %
1965	192,4	26,70 %
1966	225	30,02%
1967	312,4	34,60%
1968	283,5	29,40%

Fonte: Adaptado de *DEPARTMENT OF COMMERCE* (1979)

Nota-se que o crescimento da presença do capital estrangeiro, que passa a compor montantes e parcelas cada vez maiores do investimento total da ilha. Onde outrora o capital estrangeiro consistia apenas 12,10% do investimento total em 1954, constatou-se que houve um aumento exponencial tanto em porcentagem,

quanto em quantia absoluta. Cerca de ¼ do investimento em Porto Rico era advindo dos EUA, o que configurava um percentual em torno de 34% de todo o investimento estadunidense na América Latina (DEPARTMENT OF COMMERCE, 1979).

Relativo a questão da fusão do capital industrial com o bancário, a pesquisa realizada não encontrou fontes primárias que confirmassem tal fenômeno. O que fora possível dentro desta investigação fora demonstrar o crescimento percentual da dívida do setor privado de Porto Rico com o setor Bancário Estrangeiro (dominado por bancos estadunidenses).

Tabela 5: Dívidas do Setor Privado ao Setor Bancário Estrangeiro 1966-1967
(em milhões de Dólares)

Ano	Valor	Aumento Percentual
1966	5.640	
1967	10.423	
		84,80%

FONTE: Adaptado de JUNTA DE PLANIFICACIÓN (1966; 1967).

Aqui fica claro, a presença de lucros exorbitantes, uma vez que em apenas um ano tal dívida aumentou exponencialmente, apresentando um crescimento percentual de 84,80 %. Com este dado podemos inferir que ficava claro que a dominação dos EUA sobre Porto Rico não era apenas no campo jurídico, mas era transposta para o campo econômico. Trazendo grandes similitudes da divisão que Lênin apontava entre Estados rentistas e devedores (CALLINICOS, 2003; LENIN, 1999; WOODS, 2009). Ademais, corroborando com tal argumento, segundo pesquisas realizadas pelo *Partido Socialista de Puerto Rico* (1975), grande parte dessas dívidas, remetia aos grandes *trusts* dos EUA como o grupo Rockefeller.

Para analisar a significância desses dados, apropriamo-nos de uma citação de Harvey:

A produção do espaço, a organização de divisões territoriais do trabalho totalmente novas, a abertura de complexos de recursos novos e mais baratos, de novas regiões como espaços dinâmicos de acumulação de capital e a penetração de formações sociais pré-existentes pelas relações sociais capitalistas e institucionais. acordos (como regras de contrato e acordos de propriedade privada) **fornecem maneiras importantes de absorver excedentes de capital e mão-de-obra** (HARVEY, 2003, p.116, tradução do autor)

Como sugere o autor, a produção de espaço e a reorganização de novas divisões territoriais de trabalho desempenham um papel central dentro da manutenção das contradições inerentes ao modo de produção capitalista ao absorver seus excedentes. Neste sentido, pode-se inferir que o papel desempenhado por Porto Rico era o de aliviar contradições internas sob a égide estadunidense – garantindo, assim, a manutenção de sua unidade doméstica – agindo como um espaço para absorver seu capital excedente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentado tais dados, torna-se possível responder a problemática que norteou a pesquisa: “Qual o papel desempenhado por Porto Rico na reprodução expandida do capital Estadunidense durante a *Operation Bootstrap* (1952-1968)?”

Para averiguar a resposta, começamos através de uma retomada das hipóteses delineadas na introdução: (1) a *Operation Bootstrap* é um plano que, por meio do capital externo (estadunidense), o modelo de “investimento por convite” aponta que existem fortes indícios de que a relação entre os Estados Unidos da América e Porto Rico seja marcada pelo imperialismo; ou seja, pela dominação do capital financeiro e monopolista; (2) a teoria do Ordenamento Espaço-Temporal de David Harvey (2003) argumenta sobre a possibilidade de um relativo alívio desse imperialismo por meio de revoluções espaciais.

Relativo a primeira hipótese, imediatamente torna-se claro a sua confirmação. De fato, o programa de desenvolvimento porto-riquenho foi caracterizado pela dominação do capital financeiro e monopolista. Ademais, podemos completar tal afirmação apresentando o papel exercido pela ilha dentro do projeto geopolítico e econômico estadunidense.

No quesito econômico, Porto Rico apresentava dois papéis particulares para a manutenção do capitalismo dos Estados Unidos da América. O substancial capital exportado aliviava os excedentes internos (assim as contradições) do capital estadunidense, evitando sua desvalorização e garantindo a manutenção dos salários dos trabalhadores do continente e, conseqüentemente, a unidade interna do seu circuito.

Relativo ao valor geopolítica de Porto Rico, retomamos a importância de sua localização geográfica durante o período da Guerra Fria. Fora somente graças a esse momento particular da história que a *Operation Bootstrap* ocorreu. Em somatória o aparelho estatal não apenas facilitou a entrada de capitais, como garantiu as condições para que as contradições internas não rompessem com a lógica de acumulação de capital.

Seguindo em frente com a nossa discussão, apontamos uma negação da segunda hipótese. As revoluções espaciais, aqui configuradas como a urbanização e a industrialização da ilha, não resultaram em um alívio relativo da dominação do capital financeiro para a ilha. A pesquisa confirmou justamente o contrário, nota-se que o capital imerso na terra resultou de fato em uma maior atração de força de trabalho, mas não no sentido que Harvey apontou, verificou-se que as classes trabalhadoras de Porto Rico migraram rumo a sua colônia.

Feita tal concatenação, encontramos como resposta a problemática realizada que a teoria do Imperialismo de David Harvey apresenta forte potencialidade quando usada como lente analítica para se compreender as múltiplas determinações que orientam a dominação da ilha. Contudo, não se deve deixar de notar que este desenho teórico carece em dimensões importantes para a análise em questão.

Iniciamos por suas virtudes, a discussão introduzida por Harvey é mais pontual do que as teorias clássicas do imperialismo pela leitura que o autor traz sobre a importância do papel do Estado. Suas leituras sobre a natureza dialética do imperialismo serviram como um excelente desenho macro teórico para nortear a pesquisa. Contudo, quando trazido para a leitura das minúcias dos fenômenos, a teoria de Harvey deixou a desejar, questões como o ciclo do capital porto-riquenho, o papel de sua classe trabalhadora dentro da economia estadunidense tiveram que ser suplantadas pela lente elaborada por outros autores, principalmente Marini.

Ademais, verifica-se que, apesar das potencialidades analíticas apresentadas pelo marco teórico selecionado oferecerem para a leitura da conjuntura de Porto Rico, notam-se carências relativas à questões pertinentes a dimensão da colonialidade. O presente desenho teórico não oferece nenhuma visão a questões relativas à subjetividade dos sujeitos coloniais, e não oferece leituras apropriadas para uma leitura interseccional - integrando raça e gênero para a leitura do objeto. Nesse sentido, aponta-se que a análise teria se beneficiado através da introdução de autores pós-coloniais e decoloniais.

Nosso estudo buscou investigar um objeto pouco trabalhado dentro da Ciência Política brasileira, que é a relação entre os Estados Unidos da América e

Porto Rico. A existência de tal lacuna dentro do campo disciplinar configurou-se como a maior dificuldade vivida durante o presente trabalho, e em seu percurso o pesquisador se deparou com diversas barreiras de alguém que necessitava mapear o campo pela primeira vez. Houve uma grande dificuldade de encontrar-se fontes primárias e a maioria dos dados foram coletados por meio de outros estudos internacionais. Até mesmo os *Informe Económico al Gobernador*, que serviram como base principal para a argumentação do autor, foram adicionados em uma etapa tardia da pesquisa, pois foram apenas disponibilizados no site oficial de Porto Rico no dia 15/05/2020.

Por fim, trazemos nossa discussão para o *status* de Porto Rico posterior ao marco temporal selecionado. Como previamente exposto, a economia de Porto Rico era uma fundamentalmente contraditória, marcada por severos antagonismos internos resultantes do descolamento entre a aparente modernização e urbanização da ilha com uma não melhora das condições das classes trabalhadoras. Tratava-se de um frágil balanço que era apenas aliviado por meio de estímulos governamentais para a migração continental, e era claro que esta não era uma solução permanente para os problemas da ilha.

Tal fragilidade fora plenamente exposta com a crise internacional dos anos 1970, onde o modelo produtivo desenvolvido pelo PPD entraria em crise e seria reestruturado de forma que viria a intensificar ainda mais as desigualdades da ilha e marcaria o fim da hegemonia do partido.

O fim da Guerra Fria configurou-se como outro evento que alteraria fundamentalmente o desenho das relações sociais porto-riquenhas, simbolizando o limite de sua função estratégica e o começo de um negligenciamento maior quanto às condições materiais da ilha por parte dos EUA. Como exemplo, traz-se os impactos resultantes do Furacão Maria (2016), um furacão extratropical que devastou a ilha e cujas consequências são sentidas até hoje.

No entanto, deve-se apontar que os porto-riquenhos não são um povo passivo que aceita livremente sua dominação. Mesmo que subdimensionada, sua agência foi decisiva ao longo da história e os últimos cinco anos vem sendo marcados por intensos protestos (liderados pelas classes trabalhadoras da ilha) que

culminaram no *impeachment* do então governador da ilha Ricardo Rosseló (ABC, 2020).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIN, Samir. Accumulation and development: a theoretical model. **Review of African Political Economy**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 9–26, 1974. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03056247408703234>

AMIN, Samir. **Imperialism and Unequal Development**. [S. l.]: Monthly Review Press, 1977. *E-book*.

AMIN, Samir. O imperialismo, passado e presente. **Tempo**, [S. l.], v. 9, n. 18, p. 77–123, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042005000100005>

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith in Beijing: lineages of the twenty-first century**. London ; New York: Verso, 2007. *E-book*.

ARRIGHI, Giovanni. **The long twentieth century: money, power, and the origins of our times**. "New and updated ed."-- Cover ed. London ; New York: Verso, 2010. *E-book*.

AYALA, César J.; BERNABE, Rafael. **Puerto Rico In the American Century: A History since 1898**. [S. l.]: University of North Carolina Press, 2007. *E-book*.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão; BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Modernidade/Colonialidade sem "Imperialidade"? O Elo Perdido do Giro Decolonial. **Dados**, [S. l.], v. 60, n. 2, p. 505–540, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/001152582017127>

BICHIR, Máira Machado. Aportes de Ruy Mauro Marini ao Debate sobre o Estado nos Países Dependentes. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 31, n. 84, p. 535–553, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792018000300007>

BONNILA, Frank; CAMPOS, Ricardo. Imperialist Initiatives and the Puerto Rican Worker: From Foraker to Reagan. **Contemporary Marxism**, [S. l.], v. 5, p. 1–18, 1982.

BRADLEY, Harriett; CROCE, Benedetto; MEREDITH, C. M. Historical Materialism and the Economics of Karl Marx. **The Journal of Philosophy, Psychology and**

Scientific Methods, [S. I.], v. 12, n. 26, p. 718, 1915. Disponível em:
<https://doi.org/10.2307/2012429>.

BRAUDEL, Fernand. **Civilization and Capitalism, 15th-18th Century, Volume II: The Wheels of Commerce**. [S. I.]: University of California Press, 1992. 671 p.

BREWER, Anthony. **Marxist Theories of Imperialism: A Critical Survey**. 2 Edition ed. [S. I.]: Taylor & Francis, 2001. *E-book*.

BUKHARIN, Nikolai. **Imperialism and World Economy**. [S. I.]: Martin Lawrance Limited, 1972. *E-book*.

CABÁN, Pedro. Puerto Rico: National security, economic growth and colonialism. **New Political Science**, [S. I.], v. 15, n. 1–2, p. 191–216, 1994. Disponível em:
<https://doi.org/10.1080/07393149408429716>

CABAN, Pedro. The Colonial State and Capitalist Expansion in Puerto Rico. [S. I.], p. 15. 2002a.

CABAN, Pedro A. Industrial Transformation and Labour Relations in Puerto Rico: From “Operation Bootstrap” to the 1970s. **Journal of Latin American Studies**, [S. I.], v. 21, n. 3, p. 559–591, 1989.

CABÁN, Pedro A. Puerto Rico: State Formation in a Colonial Context. **Caribbean Studies**, [S. I.], v. 30, n. 2, p. 170–215, 2002b.

CALLINICOS, Alex. **Imperialism and Global Political Economy**. [S. I.]: Polity Press, 2009. *E-book*.

CAMPOS, Ricardo; BONNILA, Frank. Bootstraps and Enterprise Zones: The Underside of Late Capitalism in Puerto Rico and the United States. **Review (Fernand Braudel Center)**, [S. I.], v. 4, n. 2, p. 556–590, 1982.

CHESNAI, François. The Economic Foundations of Contemporary Imperialism. **Historical Materialism**, [S. I.], v. 15, n. 3, p. 121–142, 2007. Disponível em:
<https://doi.org/10.1163/156920607X225906>

COX, Robert W. **Production, power, and world order: social forces in the making of history**. New York: Columbia University Press, 1987. (The political economy of international change v. 1). *E-book*.

DUANY, Jorge. **Puerto Rico: What Everyone Needs to Know®**. 1. ed. [S. I.]: Oxford University Press, 2017. 209 p.

DIETZ, James L. **Economic History of Puerto Rico: Institutional Change and Capitalist Development**. [S. I.]: Princeton University Press, 1987. 363 p. ISBN 978-0691022482.

DIETZ, James. Puerto Rico in the 1970s and 1980s: Crisis of the Development Model. **Journal of Economic Issues**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 497–506, 1982.

DIETZ, James L. Imperialism and Underdevelopment: A Theoretical Perspective and a Case Study of Puerto Rico. **Review of Radical Political Economics**, [S. l.], v. 11, n. 4, p. 16–32, 1979. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/048661347901100403>

DIETZ, James L. Reviewing and Renewing Puerto Rican and Caribbean Studies: From Dependency to What? **Caribbean Studies**, [S. l.], v. 25, n. 1/2, p. 27–48, 1992 a.

DIETZ, James L. Overcoming Underdevelopment: What Has Been Learned from the East Asian and Latin American Experiences? **Journal of Economic Issues**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 373–383, 1992 b. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00213624.1992.11505297>

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Neoliberalismo: neo-imperialismo. **Economia e Sociedade**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 1–19, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182007000100001>

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. [Constituição (1793)]. **The Constitution of the United States**. [S. l.: s. n.], 1995. 21 p. Disponível em: <https://usconstitution.net/const.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2020.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: COLETIVO SYCORAX. 1ª. ed. São Paulo, SP.: Editora Elefante, [2004], 2017. 464 p. ISBN 978-85-93115-03-5. Disponível em: http://coletivosycorax.org/wp-content/uploads/2019/09/CALIBA_E_A_BRUXA_WEB-1.pdf. Acesso em: 6 jan. 2020.

FIGUEROA, Luis A. **Sugar, Slavery, and Freedom in Nineteenth-Century Puerto Rico**. [S. l.]: University of North Carolina Press, 2005. 304 p. ISBN 9780807876831.

FIORI, José Luís. Sobre o poder global. **Novos Estudos - CEBRAP**, [S. l.], n. 73, p. 61–72, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002005000300005>

FRY, Joseph A. Imperialism, American style, 1890–1916. *In*: MARTEL, Gordon (org.). **American Foreign Relations Reconsidered, 1890–1993**. 2. ed. rev. 29 West 35th Street, New York, NY 10001: Taylor & Francis e-Library, 1994. cap. 4, p. 52-70.

GARCIA, Ana Saggiaro. Hegemonia e Imperialismo: Caracterizações da Ordem Mundial Capitalista após a Segunda Guerra Mundial*. [S. l.], [s. d.].

GILDERHUS, Mark T. The Monroe Doctrine: Meanings and Implications. **Presidential Studies Quarterly**, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 5–16, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1741-5705.2006.00282.x>

GROSFOGUEL, Ramón. **Colonial subjects: Puerto Ricans in a global perspective**. Berkeley: University of California Press, 2003. *E-book*.

HAMILTON, Alexander *et al.* (org.). **The Federalist papers**. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2008. (Oxford world's classics). *E-book*.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Empire**. 4ª. ed. [S. l.]: Harvard University Press, 2001. 478 p. ISBN 0-674-25121-0.

HARVEY, David. The Dialectics of Spacetime. *In*: OLLMAN, Bartell (org.). **Dialectics for the New Century**. [S. l.]: Pallgrave Maximilliam, 2008. cap. 7, p. 98-117. ISBN 978-1-349-35829-8.

HARVEY, David. **Spaces of capital: towards a critical geography**. Edinburgh: Edinburgh Univ. Press, 2001. *E-book*.

HARVEY, David. **The new imperialism**. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2003. *E-book*.

HARVEY, David. **The limits to capital**. New and fully updated ed ed. London ; New York: Verso, 2006. *E-book*.

HARVEY, David. The “New” Imperialism: Accumulation by Dispossession. *In*: ANDERSON, Kevin B. **Karl Marx**. 1. ed. [S. l.]: Routledge, 2017. p. 213–237. *E-book*. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781315251196-10>. Acesso em: 19 jul. 2020.

HARVEY, David. **A companion to Marx's Capital**. Complete edition ed. London: Verso, 2018 a. *E-book*.

HARVEY, David. **Marx, capital and the madness of economic reason**. New York, NY: Oxford University Press, 2018 b. *E-book*.

HARVEY, David. Seventeen Contradictions and the End of Capitalism. [S. l.], p. 354, [s. d.].

HERRING, George C. **From colony to superpower: U.S. foreign relations since 1776**. New York: Oxford University Press, 2008. (The Oxford history of the United States). *E-book*.

HIXSON, Walter L. **The myth of American diplomacy: national identity and U.S. foreign policy**. New Haven: Yale University Press, 2008. *E-book*.

HIXSON, Walter L. **American Settler Colonialism**. New York: Palgrave Macmillan US, 2013. *E-book*. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/9781137374264>. Acesso em: 19 jul. 2020.

HIXSON, Walter L. **American Foreign Relations: A New Diplomatic History**. 1. ed. [S. l.]: Routledge, 2015. *E-book*. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780203766682>. Acesso em: 19 jul. 2020.

HOBBSBAWM, Eric J. **The Age of Revolution 1789-1848**. [S. l.]: Vintage Books, [1968] (1996). 356 p.

INFORMATION, Economic Research Group of the Secretariat of; PARTY, The Puerto Rican Socialist; LUBECK, Scott. The Economic Importance of Puerto Rico for the United States. **Latin American Perspectives**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 46–65, 1976.

IMMERWAHR, Daniel. **How to Hide an Empire: A History of the Greater United States**. [S. l.]: Farrar, Straus and Giroux, 2019. 528 p. ISBN 9780374172145.

JOHANNSEN, Robert Walter; HAYNES, Sam W.; MORRIS, Christopher (org.). **Manifest destiny and empire: American antebellum expansionism**. 1st ed ed. College Station, Tex: Published for the University of Texas at Arlington by Texas A&M University Press, 1997. (The Walter Prescott Webb memorial lectures no. 31). *E-book*.

JESSOP, Bob. Spatial-Fixes, Temporal Fixes and Spatio-Temporal Fixes. In: CASTREE, Noel; GREGORY, Derek (org.). **David Harvey: A Critical Reader**. First. ed. [S. l.]: Wiley-Blackwell, 2006. v. 1, cap. 8, p. 142-166. ISBN 9780631235095.

KAPLAN, Amy. **The anarchy of empire in the making of US culture**. [s.l.] : Harvard University Press, 2005. v. 32

LAPP, Michael. The Rise and Fall of Puerto Rico as a Social Laboratory, 1945-1965. [S. l.], p. 31, [s. d.].

LEBOWITZ, Michael A. **Following Marx: Method, Critique and Crisis**. [S. l.]: Koninklijke Brill NV, 2009. (Following Marx).v. 20 *E-book*.

LEFEBVRE, Henri. **Dialectical Materialism**. Tradução John Sturrock. 1 edition ed. [S. l.]: Univ Of Minnesota Press, 2009. *E-book*.

LEITE, Leonardo de Magalhães. Sobre as teorias do imperialismo contemporâneo: uma leitura crítica. **Economia e Sociedade**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 507–534, 2014.

LEITE, Leonardo de Magalhães. A dialética do imperialismo: contribuição para uma reinterpretação marxista. **Crítica Marxista**, [S. l.], n. 46, p. 143–151, 2018.

LENIN, Vladimir Illych. **Imperialism - The Highest Stage of Capitalism**. Tradução Doug Lorimer. Sidney: Resistance Books, 1999. *E-book*.

LIVINGSTONE, Grace. **America's backyard: the United States and Latin America from the Monroe Doctrine to the War on Terror**. London ; New York : London : New York, NY: Zed Books ; Latin America Bureau ; Distributed in the USA exclusively by Palgrave Macmillan, 2009. *E-book*.

LORIMER, Doug. Introdução. *In*: LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialism: The Highest Stage of Capitalism**. 1. ed. Sydney: Resistance Books, 1999. p. 7-24. ISBN 0909196-84-2.

LUXEMBURG, Rosa. **The accumulation of capital**. London; New York: Routledge, 2003. *E-book*. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/e/9780203361863>. Acesso em: 19 jul. 2020.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MAHAN, Albert T. **The Influence of Sea Power Upon History: 1660-1783**. First Edition. [S. l.]: Dover Publications, [1890], 1987. 640 p. ISBN 9780486255095.

MALDONADO, Rita. Education, Income Distribution and Economic Growth in Puerto Rico. **Review of Social Economy**, [S. l.], v. 34, n. 1, p. 1–12, 1976. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00346767600000025>

MALAVET, Pedro. **America's Colony: The Political and Cultural Conflict between the United States and Puerto Rico**. 1. ed. [S. l.]: NYU Press, 2004. 258 p.

MANN, Arthur J. Economic Development, Income Distribution, and Real Income Levels: Puerto Rico, 1953-1977. **Economic Development and Cultural Change**, [S. l.], v. 33, n. 3, p. 485–502, 1985.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. *In*: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular Ltda, 2005. p. 137–180. *E-book*.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Tradução Fernando Correa Prado; Marina Machado Gouvêa. 4 edição ed. Florianópolis: Insular LTDA, 2013. (Pátria Grande). *E-book*.

MARTEL, Gordon. **American foreign relations reconsidered, 1890-1993**. London; New York: Routledge, 1994. *E-book*. Disponível em: <http://site.ebrary.com/id/10058411>. Acesso em: 19 jul. 2020.

MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotel (org.). **A América Latina e os Desafios da Globalização - Ensaios em Homenagem a Ruy Mauro Marini**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2009. *E-book*.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. [S. l.]: 1ª, 2007. *E-book*.

MARX, Karl. **O Capital [Livro I]**: crítica da economia política. O processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enlerde. 2ª. ed. São Paulo: Boitempo, [1867], 2011. 894 p. ISBN 9788575595480.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **The Communist Manifesto**. [S. l.]: Penguin Ltda, 2018. *E-book*.

NORTH AMERICAN CONGRESS ON LATIN AMERICA. **Political thesis of the Puerto Rican Socialist Party : the socialist alternative**. Berkeley, Calif.: North American Congress on Latin America, 1975. *E-book*.

NEGRÓN-MUNTANER, Frances; GROSGOUEL, Ramón (org.). **Puerto Rican jam: rethinking colonialism and nationalism**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997. *E-book*.

NETTO, José Paulo. **Introdução aos Estudos do Método em Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. *E-book*.

NINKOVICH, Frank. The United States and Imperialism. *In*: SCHULZINGER, Robert (org.). **A Companion to American Foreign Relations**. First. ed. [S. l.]: Wiley-Blackwell, 2003. cap. 6, p. 79-102. ISBN 9780631223153.

O'BRIEN, Thomas F.; JOHNSON, Lyman L. **Making the Americas**: The United States and Latin America from the Age of Revolutions to the Era of Globalization. First. ed. [S. l.]: University of New Mexico Press, 2007. 407 p. ISBN 9780826342010.

OLLMAN, Bartell. **Dance of the Dialectic - Steps in Marx Method**. 1. ed. Manufactured in the United States of America: University of Illinois Press, 2003. *E-book*.

OLLMAN, Bartell. Why Dialectics? Why Now?. *In*: OLLMAN, Bartell (ed.). **Dialectics for the New Century**. [S. l.]: Pallgrave Maximilliam, 2008. cap. 2, p. 8-25. ISBN 978-1-349-35829-8.

ONU, Assembleia General. **Carta das Nações Unidas**. São Francisco, 1945.

PARISOT, James. **How America Became Capitalist**: Imperial Expansion and the Conquest of the West. First. ed. [S. l.]: Pluto Press, 2019. 256 p. ISBN 978-0-7453-3788-3.

PUERTO RICO. JUNTA DE PLANIFICACIÓN. **Informe Económico al Gobernador 1964**: Informe Económico al Gobernador. [S. l.: s. n.]. Junta de Planificación, 1964. Disponível em: <https://jp.pr.gov/Portals/0/Economia/Informes%20Econ%C3%B3micos%20al%20Gobernador/Informe%20Econ%C3%B3mico%20al%20Gobernador%201965.pdf?ver=2014-10-01-121644-000>. Junta de Planificación, 1964. Acesso em: 25 maio. 2020.

PUERTO RICO. JUNTA DE PLANIFICACIÓN. **Informe Económico al Gobernador 1965**: Informe Económico al Gobernador. [S. l.: s. n.]. Junta de Planificación, 1965. Disponível em: <https://jp.pr.gov/Portals/0/Economia/Informes%20Econ%C3%B3micos%20al%20Gobernador/Informe%20Econ%C3%B3mico%20al%20Gobernador%201965.pdf?ver=2014-10-01-121644-000>. Junta de Planificación, 1965. Acesso em: 25 maio. 2020.

PUERTO RICO. JUNTA DE PLANIFICACIÓN. **Informe Económico al Gobernador 1967**: Informe Económico al Gobernador. [S. l.: s. n.]. Junta de Planificación, 1967. Disponível em: https://jp.pr.gov/Portals/0/Economia/Informes%20Econ%C3%B3micos%20al%20Gobernador/Informe%20Econ%C3%B3mico%20al%20Gobernador%201967_old.pdf?ver=2014-10-16-115206-000. Acesso em: 25 maio. 2020.

PUERTO RICO. JUNTA DE PLANIFICACIÓN. **Informe Económico al Gobernador 1968**: Informe Económico al Gobernador. [S. l.: s. n.]. Disponível em: https://jp.pr.gov/Portals/0/Economia/Informes%20Econ%C3%B3micos%20al%20Gobernador/Informe%20Econ%C3%B3mico%20al%20Gobernador%201967_old.pdf?ver=2014-10-16-115206-000. Junta de Planificación, 1968. Acesso em: 25 maio. 2020.

PUERTO RICO. JUNTA DE PLANIFICACIÓN. **Informe Económico al Gobernador 1969**: Informe Económico al Gobernador. [S. l.: s. n.]. Junta de Planificación, 1969. Disponível em: <https://jp.pr.gov/Portals/0/Economia/Informes%20Econ%C3%B3micos%20al%20Gobernador/Informe%20Econ%C3%B3mico%20al%20Gobernador%201969.pdf?ver=2014-11-21-111522-130>. Acesso em: 25 maio. 2020.

REZVANI, David A. The Basis of Puerto Rico's Constitutional Status: Colony, Compact, or "Federacy"? **Political Science Quarterly**, [S. l.], v. 122, n. 1, p. 115–140, 2007.

RIVERA, A. G. Quintero. Background to the Emergence of Imperialist Capitalism in Puerto Rico. **Caribbean Studies**, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 31–63, 1973.

RODRÍGUEZ, Iliá. Global Discourse and Local Readings of Development: The Mediated Publicness of Operation Bootstrap in Puerto Rico. **Gazette (Leiden, Netherlands)**, [S. l.], v. 64, n. 1, p. 79–101, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/17480485020640010501>

SAFA, Helen. THE TRANSFORMATION OF PUERTO RICO: THE IMPACT OF MODERNIZATION IDEOLOGY. **Transforming Anthropology**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 46–49, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1548-7466.2011.01115.x>

SANTANA, Déborah Berman. Puerto Rico's Operation Bootstrap: Colonial Roots of a Persistent Model for "Third World" Development. **Revista Geográfica**, [S. l.], n. 124, p. 87–116, 1998.

SAYER, Derek. Method and Dogma in Historical Materialism. **The Sociological Review**, [S. l.], v. 23, n. 4, p. 779–810, 1975. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.1975.tb00540.x>

SCAFF, Lawrence A. **Max Weber in America**. 1. ed. [S. l.]: Princeton University Press, 2011. 329 p. ISBN 9780691147796.

SEXTON, Jay. **The Monroe Doctrine: Empire and Nation in Nineteenth-Century America**. First. ed. [S. l.]: Hill and Wang, 2011. 303 p. ISBN B004WPGF76.

SLATER, David. **Geopolitics and the Post-colonial: Rethinking North-South Relations**. 2. ed. [S. l.]: Blackwell Publishing, [2004] (2006a). 286 p. ISBN 978-0-631-21452-6.

UNITED STATES DEPARTMENT OF COMMERCE, Interagency Study Group. **Economic Study of Puerto Rico, Report to the President Volume I: Economic Study of Puerto Rico**. [S. l.: s. n.]. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=A2E-AAAAYAAJ&pg=GBS.PA104>. Acesso em: 20 fev. 2020.

UNITED STATES DEPARTMENT OF COMMERCE, Interagency Study Group. **Economic Study of Puerto Rico, Report to the President Volume II: Economic Study of Puerto Rico**. [S. l.: s. n.]. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=irsXAAAAYAAJ&pg=GBS.PR1>. Acesso em: 20 fev. 2020.

UNITED STATES GENERAL ACCOUNTING OFFICE. **U.S. INSULAR AREAS Application of the U.S. Constitution**. [S. l.: s. n.]. Disponível em: <https://www.gao.gov/assets/230/224900.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

VALENCIA, Adrián Sotel. **Sub-Imperialism Revisited: Dependency Theory in the Thought of Ruy Mauro Marini**. Tradução Jacob Lagnado. [S. l.]: Koninklijke Brill NV, 2017. (Critical Global Studies).v. 7 *E-book*.

WHELESS, Joseph. The Monroe Doctrine and Latin America. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, [S. l.], v. 54, p. 66–83, 1914.

WHITMAN, James Q. **Hitler's American model: the United States and the making of Nazi race law**. First paperback printing ed. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2018. *E-book*.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Historical Capitalism with Capitalist Civilization**. 2. ed. [S. l.]: Verso, 2011. 176 p.

WOOD, Ellen Meiksins. **Empire of Capital**. 2 ed ed. [S. l.]: Verso, 2005. *E-book*.

WORLDOMETER. Puerto Rico Demographics. *In*: WORLDOMETER.
Worldometer. [S. l.], s.d. Disponível em:
<https://www.worldometers.info/demographics/puerto-rico-demographics/#urb>.
Acesso em: 9 set. 2019.

WOOD, Gordon S. **Empire of Liberty**: A History of the Early Republic, 1789–1815.
1ª. ed. [S. l.]: Oxford University Press, 2009. 778 p. v. 2. ISBN 0195039149.

Anexos

Anexo A - Artigos empregados na revisão de literatura inicial (Ordenados por Relevância)				
Título	Autor	Data de Publicação	Revista	Endereço Eletrônico

Sobre as teorias do imperialismo contemporâneo: uma leitura crítica	LEITE, Leonardo de Magalhães	mai. 2014	Economia e Sociedade	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182014000200507&lang=pt
Hegemonia e imperialismo: caracterizações da ordem mundial capitalista após a Segunda Guerra Mundial	GARCIA, Ana Saggioro	jun. 2010	Contexto Internacional	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292010000100005&lang=pt
ECONOMÍA: CIENCIA IMPERIALISTA	MAYA, Guillermo.	jun. 2013	Semestre Económico	www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-63462013000100009&lang=pt

Imperialismo, destrucción de fuerzas productivas y crisis crónica del capitalismo: El Capital, instrumento imprescindible para comprender la economía mundial actual (primera parte)	ARRIZABALO MONTORO, Xavier	dez. 2018	Economía y Desarrollo	http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0252-85842018000200002&lang=pt
DAVID HARVEY: PARA ALÉM DE UMA GEOGRAFIA DO CAPITAL	MUSSE, Ricardo	jun. 2014	Sociologia & Antropologia	https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752014000100055&lang=pt
Modernidade/Colonialidade sem "Imperialidade"? O Elo Perdido do Giro Decolonial	BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão.	abr. 2017	Dados	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582017000200505&lang=pt

Gustavo Machado y los orígenes del marxismo en Venezuela	MORÁN BELTRÁN, Lino; VELASQUEZ, Lorena; MELEÁN, Vileana.	jan. 2005	Revista de Filosofía	http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0798-11712005000100002&lang=pt
Teorías del imperialismo y marxismo en el socialismo francés temprano: el caso de Paul Louis (1896-1907)	QUIROGA SOTO, Manuel	abr. 2016	Izquierdas	http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-50492016000200013&lang=pt
Órbitas de un pensamiento: Lenin y el marxismo en América Latina	ORTEGA REYNA, Jaime.	dez. 2017	Latinoamérica	http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-85742017000200227&lang=pt

EL MARXISMO CLÁSICO Y LA CARACTERIZ ACIÓN DE LO INDÍGENA EN COLOMBIA	VASCO URIBE, Luis Guillermo	dez. 2006	Tabula Rasa	http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892006000200002&lang=pt
Os dilemas do marxismo latino- americano nas obras de Caio Prado Jr. e José Carlos Mariátegui	KAYSEL, André	jun. 2012	Revista Brasileira de Ciências Sociais	https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092012000200004&lang=pt
Fonte: Adaptado de < https://www.scielo.br >				